



31 de março de 2016

Demonstrações Contábeis Completas
em IFRS

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 31 de março de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas International Financial Reporting Standards (IFRS), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de maio de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

| Ativo | Nota | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 4 | 18.384 | 18.544 |
| Depósitos Compulsórios no Banco Central | 5 | 67.001 | 66.556 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 6 | 29.189 | 30.525 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 6 | 209.394 | 254.404 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 7a | 169.905 | 164.311 |
| Dados em Garantia | | 13.724 | 11.008 |
| Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | | 156.181 | 153.303 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | 7b | 396 | 642 |
| Derivativos | 8 e 9 | 27.748 | 26.755 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 10 | 85.679 | 86.045 |
| Dados em Garantia | | 16.667 | 16.706 |
| Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | | 69.012 | 69.339 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 11 | 41.104 | 42.185 |
| Dados em Garantia | | 11.050 | 9.460 |
| Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | | 30.054 | 32.725 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida | 12 | 418.026 | 447.404 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro | | 445.927 | 474.248 |
| (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | | (27.901) | (26.844) |
| Outros Ativos Financeiros | 20a | 54.035 | 53.506 |
| Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | 13 | 4.576 | 4.399 |
| Ágio | 3a | 2.669 | 2.057 |
| Imobilizado, Líquido | 15 | 8.181 | 8.541 |
| Ativos Intangíveis, Líquido | 16 | 6.238 | 6.295 |
| Ativos Fiscais | | 48.588 | 52.149 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes | | 2.556 | 2.088 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | 27b | 43.500 | 47.453 |
| Outros | | 2.532 | 2.608 |
| Bens Destinados à Venda | 36 | 519 | 486 |
| Outros Ativos | 20a | 11.662 | 11.611 |
| Total do Ativo | | 1.203.294 | 1.276.415 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos | 17 | 266.318 | 292.610 |
| Captações no Mercado Aberto | 19a | 305.940 | 336.643 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | 18 | 395 | 412 |
| Derivativos | 8 e 9 | 28.934 | 31.071 |
| Recursos de Mercados Interbancários | 19a | 148.151 | 156.886 |
| Recursos de Mercados Institucionais | 19b | 84.041 | 93.918 |
| Outros Passivos Financeiros | 20b | 66.828 | 68.715 |
| Provisão de Seguros e Previdência Privada | 30c II | 134.970 | 129.305 |
| Passivos de Planos de Capitalização | | 3.026 | 3.044 |
| Provisões | 32 | 19.457 | 18.994 |
| Obrigações Fiscais | | 3.052 | 4.971 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes | | 867 | 2.364 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas | 27b II | 310 | 370 |
| Outras | | 1.875 | 2.237 |
| Outros Passivos | 20b | 27.322 | 25.787 |
| Total do Passivo | | 1.088.434 | 1.162.356 |
| Capital Social | 21a | 85.148 | 85.148 |
| Ações em Tesouraria | 21a | (4.144) | (4.353) |
| Capital Adicional Integralizado | 21c | 1.405 | 1.733 |
| Reservas Integralizadas | 21d | 10.332 | 10.067 |
| Reservas a Integralizar | 21e | 22.388 | 20.947 |
| Resultado Abrangente Acumulado | | (2.042) | (1.290) |
| Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores | | 113.087 | 112.252 |
| Participações de Acionistas não Controladores | | 1.773 | 1.807 |
| Total do Patrimônio Líquido | | 114.860 | 114.059 |
| Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 1.203.294 | 1.276.415 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

| | Nota | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------|-----------------------|-----------------------|
| Produto Bancário | | 29.808 | 20.078 |
| Receita de Juros e Rendimentos | 23a | 38.707 | 34.967 |
| Despesa de Juros e Rendimentos | 23b | (22.686) | (15.793) |
| Receita de Dividendos | | 10 | 2 |
| Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos | 23c | 3.012 | 1.665 |
| Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior | | 1.509 | (9.839) |
| Receita de Prestação de Serviços | 24 | 7.440 | 7.110 |
| Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização | | 1.564 | 1.626 |
| Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada | 30b III | 5.446 | 5.343 |
| Resseguros de Prêmios | 30b III | (19) | (19) |
| Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada | | (4.012) | (3.833) |
| Receita de Operações de Capitalização | | 149 | 135 |
| Outras Receitas | 25 | 252 | 340 |
| Perdas com Créditos e Sinistros | | (5.856) | (5.050) |
| Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 12b | (6.293) | (5.746) |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | | 831 | 1.064 |
| Despesas com Sinistros | | (399) | (371) |
| Recuperação de Sinistros com Resseguros | | 5 | 3 |
| Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros | | 23.952 | 15.028 |
| Outras Receitas / (Despesas) Operacionais | | (13.277) | (12.155) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 26 | (11.387) | (11.000) |
| Despesas Tributárias | | (2.016) | (1.286) |
| Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | 13 | 126 | 131 |
| Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social | 27 | 10.675 | 2.873 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | | (933) | (4.207) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | | (4.044) | 7.117 |
| Lucro Líquido | | 5.698 | 5.783 |
| Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores | 28 | 5.711 | 5.673 |
| (Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores | | (13) | 110 |
| Lucro por Ação - Básico | 28 | | |
| Ordinárias | | 0,96 | 0,94 |
| Preferenciais | | 0,96 | 0,94 |
| Lucro por Ação - Diluído | 28 | | |
| Ordinárias | | 0,96 | 0,94 |
| Preferenciais | | 0,96 | 0,94 |
| Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica | 28 | | |
| Ordinárias | | 3.047.037.403 | 3.047.037.403 |
| Preferenciais | | 2.875.882.653 | 2.968.529.572 |
| Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída | 28 | | |
| Ordinárias | | 3.047.037.403 | 3.047.037.403 |
| Preferenciais | | 2.896.900.403 | 3.003.529.076 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

| | Nota | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|------|-----------------------|-----------------------|
| Lucro Líquido | | 5.698 | 5.783 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | | 1.204 | (258) |
| Variação de Valor Justo | | 1.504 | (953) |
| Efeito Fiscal | | (634) | 314 |
| (Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado | 23c | 556 | 636 |
| Efeito Fiscal | | (222) | (255) |
| Hedge | | (610) | (1.108) |
| Hedge de Fluxo de Caixa | 9 | (1.630) | 110 |
| Variação de Valor Justo | | (3.005) | 219 |
| Efeito Fiscal | | 1.375 | (109) |
| Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior | 9 | 1.020 | (1.218) |
| Variação de Valor Justo | | 1.784 | (2.393) |
| Efeito Fiscal | | (764) | 1.175 |
| Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*) | | (9) | 9 |
| Remensurações | 29 | (4) | 22 |
| Efeito Fiscal | | (5) | (13) |
| Variações Cambiais de Investimentos no Exterior | | (1.337) | 1.785 |
| Total do Resultado Abrangente | | 4.946 | 6.211 |
| Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores | | (13) | 110 |
| Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador | | 4.959 | 6.101 |

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
 Períodos findos em 31 de Março de 2016 e 2015
 (Em milhões de Reais)

| | Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores | | | | | | | | | | | Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores | Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores | Total |
|--|---|---------------------|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------|----------------------------|-------------------------------|---|---|-----------------------------|---|---|-------|
| | Capital Social | Ações em Tesouraria | Capital Adicional Integralizado | Reservas Integralizadas | Reservas a Integralizar | Lucros Acumulados | Disponíveis para Venda (1) | Outros Resultados Abrangentes | Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego | Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior | Ganhos e Perdas - Hedge (2) | | | |
| Saldos em 01/01/2015 | 75.000 | (1.328) | 1.508 | 8.210 | 16.301 | - | (600) | (177) | 1.723 | (1.377) | 99.260 | 1.357 | 100.617 | |
| Transações com os Acionistas | - | (339) | (96) | - | - | (1.509) | - | - | - | - | (1.944) | 228 | (1.716) | |
| Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações | - | (339) | 37 | - | - | - | - | - | - | - | (302) | - | (302) | |
| Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas | - | 229 | 42 | - | - | - | - | - | - | - | 271 | - | 271 | |
| Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a) | - | (568) | - | - | - | - | - | - | - | - | (568) | - | (568) | |
| Outorga de Opções Reconhecidas | - | - | (5) | - | - | - | - | - | - | - | (5) | - | (5) | |
| Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável | - | - | (133) | - | - | - | - | - | - | - | (133) | - | (133) | |
| (Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 276 | 276 | |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b) | - | - | - | - | - | (1.509) | - | - | - | - | (1.509) | (48) | (1.557) | |
| Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros | - | - | - | (2.940) | - | - | - | - | - | - | (2.940) | - | (2.940) | |
| Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III) | - | - | - | (160) | - | - | - | - | - | - | (160) | - | (160) | |
| Outros | - | - | - | 9 | 39 | - | - | - | - | - | 48 | - | 48 | |
| Total do Resultado Abrangente | - | - | - | - | - | 5.673 | (258) | 9 | 1.785 | (1.108) | 6.101 | 110 | 6.211 | |
| Lucro Líquido | - | - | - | - | - | 5.673 | - | - | - | - | 5.673 | 110 | 5.783 | |
| Outros Resultados Abrangentes no Período | - | - | - | - | - | - | (258) | 9 | 1.785 | (1.108) | 428 | - | 428 | |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | - | 278 | - | (278) | - | - | - | - | - | - | - | |
| Reserva Estatutária | - | - | - | 3.768 | 118 | (3.886) | - | - | - | - | - | - | - | |
| Saldos em 31/03/2015 | 75.000 | (1.667) | 1.412 | 9.165 | 16.458 | - | (858) | (168) | 3.508 | (2.485) | 100.365 | 1.695 | 102.060 | |
| Mutação do Período | - | (339) | (96) | 955 | 157 | - | (258) | 9 | 1.785 | (1.108) | 1.105 | 338 | 1.443 | |
| Saldos em 01/01/2016 | 85.148 | (4.353) | 1.733 | 10.067 | 20.947 | - | (2.771) | (225) | 4.822 | (3.116) | 112.252 | 1.807 | 114.059 | |
| Transações com os Acionistas | - | 209 | (328) | - | - | (1.144) | - | - | - | - | (1.263) | (21) | (1.284) | |
| Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações | - | 209 | (112) | - | - | - | - | - | - | - | 97 | - | 97 | |
| Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas | - | 409 | (38) | - | - | - | - | - | - | - | 371 | - | 371 | |
| Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a) | - | (200) | - | - | - | - | - | - | - | - | (200) | - | (200) | |
| Outorga de Opções Reconhecidas | - | - | (74) | - | - | - | - | - | - | - | (74) | - | (74) | |
| Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável | - | - | (216) | - | - | - | - | - | - | - | (216) | - | (216) | |
| (Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 | 9 | |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b) | - | - | - | - | - | (1.144) | - | - | - | - | (1.144) | (30) | (1.174) | |
| Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015 - Reserva Especial de Lucros | - | - | - | (2.697) | - | - | - | - | - | - | (2.697) | - | (2.697) | |
| Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III) | - | - | - | (157) | - | - | - | - | - | - | (157) | - | (157) | |
| Outros | - | - | - | - | (7) | - | - | - | - | - | (7) | - | (7) | |
| Total do Resultado Abrangente | - | - | - | - | - | 5.711 | 1.204 | (9) | (1.337) | (610) | 4.959 | (13) | 4.946 | |
| Lucro Líquido | - | - | - | - | - | 5.711 | - | - | - | - | 5.711 | (13) | 5.698 | |
| Outros Resultados Abrangentes no Período | - | - | - | - | - | - | 1.204 | (9) | (1.337) | (610) | (752) | - | (752) | |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | - | - | - | 213 | - | (213) | - | - | - | - | - | - | - | |
| Reserva Estatutária | - | - | - | 2.906 | 1.448 | (4.354) | - | - | - | - | - | - | - | |
| Saldos em 31/03/2016 | 85.148 | (4.144) | 1.405 | 10.332 | 22.388 | - | (1.567) | (234) | 3.485 | (3.726) | 113.087 | 1.773 | 114.860 | |
| Mutação do Período | - | 209 | (328) | 265 | 1.441 | - | 1.204 | (9) | (1.337) | (610) | 835 | (34) | 801 | |

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

| | Nota | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|---|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| Lucro Líquido Ajustado | | 15.229 | 7.668 |
| Lucro Líquido | | 5.698 | 5.783 |
| Ajustes ao Lucro Líquido: | | 9.531 | 1.885 |
| Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável | | (290) | (138) |
| Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa | | (3.176) | (4.387) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 12b | 6.293 | 5.746 |
| Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada | | (1.184) | 4.855 |
| Variação das Provisões de Seguros e Previdência | | 4.012 | 3.833 |
| Resultado de Operações de Capitalização | | (149) | (135) |
| Depreciações e Amortizações | 15 e 16 | 728 | 667 |
| Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais | | 433 | 342 |
| Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais | | 832 | 833 |
| Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia | | (91) | (82) |
| Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge) | 27b | 952 | (422) |
| Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | | (126) | (131) |
| (Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 23c | 556 | 636 |
| Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | | 185 | (6.630) |
| Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | | 482 | (2.985) |
| (Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda | 25 e 26 | 2 | 15 |
| (Ganho) Perda na Alienação de Investimentos | 25 e 26 | 1 | 4 |
| (Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado | 25 e 26 | 2 | 3 |
| Outros | | 70 | (140) |
| Variação de Ativos e Obrigações (*) | | 18.343 | (46.020) |
| (Aumento) Redução em Ativos | | 80.397 | (48.569) |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | | 32 | 1.005 |
| Aplicações no Mercado Aberto | | 70.609 | (34.860) |
| Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil | | (1.309) | 473 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | | (5.734) | (5.041) |
| Derivativos (Ativos / Passivos) | | (3.617) | 4.062 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | | 189 | 459 |
| Operações de Crédito | | 18.067 | (11.319) |
| Outros Ativos Financeiros | | (1.299) | 476 |
| Outros Ativos Fiscais | | 2.609 | (5.503) |
| Outros Ativos | | 850 | 1.679 |
| (Redução) Aumento em Passivos | | (62.054) | 2.549 |
| Depósitos | | (23.515) | (4.437) |
| Captações no Mercado Aberto | | (30.678) | 5.071 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | | 36 | (305) |
| Recursos de Mercados Interbancários | | (8.433) | 7.809 |
| Outros Passivos Financeiros | | (1.004) | (6.289) |
| Provisão de Seguros e Previdência | | 1.653 | 179 |
| Passivos de Planos de Capitalização | | 131 | 202 |
| Provisões | | (515) | (360) |
| Obrigações Fiscais | | 1.560 | 1.978 |
| Outros Passivos | | 1.945 | 1.839 |
| Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social | | (3.234) | (3.138) |
| Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais | | 33.573 | (38.352) |
| Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | | 137 | 105 |
| Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | | 3.447 | 3.243 |
| Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento | | 887 | 626 |
| Alienação de Bens Destinados a Venda | | 110 | 28 |
| Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | | (1) | (4) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Recovery | 3cl | (714) | - |
| Alienação de Imobilizado de Uso | 15 | 8 | 14 |
| Distrato de Contratos do Intangível | 16 | 3 | 6 |
| Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | | (2.127) | (2.573) |
| Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | | (288) | (909) |
| Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto - basicamente ConectCar | 13 | (144) | - |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | 15 | (146) | (339) |
| Aquisição de Intangível | 16 | (171) | (247) |
| Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento | | 1.002 | (50) |
| Captação em Mercados Institucionais | | - | 637 |
| Resgate em Mercados Institucionais | | (7.727) | (945) |
| (Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores | | - | 276 |
| Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas | | 371 | 271 |
| Aquisições de Ações para Tesouraria | | (200) | (568) |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores | | (30) | (48) |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos | | (4.826) | (4.457) |
| Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento | | (12.412) | (4.834) |
| Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.4c e 4 | 22.162 | (43.237) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período | 4 | 91.649 | 125.318 |
| Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa | | 3.176 | 4.387 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período | 4 | 116.987 | 86.468 |
| Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa | | | |
| Juros Recebidos | | 44.303 | 28.041 |
| Juros Pagos | | 19.333 | 12.630 |
| Transações não Monetárias | | | |
| Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda | | - | - |
| Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos | | 1.107 | 1.464 |

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Receitas | 47.032 | 31.189 |
| Juros, Rendimentos e outras | 43.238 | 26.795 |
| Prestação de Serviços | 7.440 | 7.110 |
| Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização | 1.564 | 1.626 |
| Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa | (5.462) | (4.682) |
| Outras | 252 | 340 |
| Despesas | (25.028) | (18.262) |
| Juros, Rendimentos e outras | (22.686) | (15.793) |
| Outras | (2.342) | (2.469) |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | (3.517) | (3.299) |
| Materiais, Energia e Outros | (183) | (180) |
| Serviços de Terceiros | (931) | (883) |
| Outras | (2.403) | (2.236) |
| Processamento de Dados e Telecomunicações | (933) | (923) |
| Propaganda, Promoções e Publicações | (208) | (218) |
| Instalações | (247) | (227) |
| Transportes | (99) | (101) |
| Segurança | (177) | (165) |
| Viagens | (40) | (48) |
| Outras | (699) | (554) |
| Valor Adicionado Bruto | 18.487 | 9.628 |
| Depreciação e Amortização | (670) | (610) |
| Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade | 17.817 | 9.018 |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | 126 | 131 |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | 17.943 | 9.149 |
| Distribuição do Valor Adicionado | 17.943 | 9.149 |
| Pessoal | 2.947 | 4.165 |
| Remuneração Direta | 1.460 | 3.361 |
| Benefícios | 683 | 612 |
| F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço | 804 | 192 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 8.957 | (1.122) |
| Federais | 7.818 | (1.381) |
| Estaduais | 16 | 11 |
| Municipais | 1.123 | 248 |
| Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis | 341 | 323 |
| Remuneração de Capitais Próprios | 5.698 | 5.783 |
| Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio | 1.174 | 1.557 |
| Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período | 4.537 | 4.116 |
| Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos | (13) | 110 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 31 de Março de 2016 e 31 de Dezembro 2015 para Contas Patrimoniais e De 01/01 a 31/03 de 2016 e 2015 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egidio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de Maio de 2016.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de março de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de operação em conjunto que constitui um negócio.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 16 – Arrendamentos – O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa nos fluxos de caixas recebidos em relação aos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2016 e em 2015, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de março de 2016 e 2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, de acordo com a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas, e suas entidades de propósito específico, de acordo com a SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu a IAS 27 e a SIC 12.

De acordo com a IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou seus investimentos, em 1º de janeiro de 2013, a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com a IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com a IAS 27 e SIC 12. A aplicação da norma não acarretou impactos relevantes.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/03/2016 e 31/12/2015:

| | País de Constituição | Atividade | Participação % no capital votante em | | Participação % no capital total em | |
|--|----------------------|--|--------------------------------------|------------|------------------------------------|------------|
| | | | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
| Banco Itaú Argentina S.A. | Argentina | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Itaú BBA S.A. | Brasil | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Itaú Chile | Chile | Instituição Financeira | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% |
| Banco Itaú BMG Consignado S.A | Brasil | Instituição Financeira | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| Banco Itaú Paraguay S.A. | Paraguai | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Itaú Suisse S.A. | Suíça | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Itaú Uruguay S.A. | Uruguai | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Itaucard S.A. | Brasil | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Itauleasing S.A. | Brasil | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Cia. Itaú de Capitalização | Brasil | Capitalização | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil | Brasil | Arrendamento Mercantil | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento | Brasil | Sociedade de Crédito | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Hipercard Banco Múltiplo S.A. | Brasil | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú Bank, Ltd. | Ilhas Cayman | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera | Colômbia | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú BBA International plc | Reino Unido | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú BBA USA Securities Inc. | Estados Unidos | Corretora de Valores | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú BMG Seguradora S.A. | Brasil | Seguros | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| Itaú Corretora de Valores S.A. | Brasil | Corretora de Títulos e Valores Mobiliários | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú Seguros S.A. | Brasil | Seguros | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú Unibanco S.A. | Brasil | Instituição Financeira | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Itaú Vida e Previdência S.A. | Brasil | Previdência Complementar | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento | Brasil | Sociedade de Crédito | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Redecard S.A. - REDE | Brasil | Adquirente | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com a IFRS 3 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com a IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras

mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação;
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo;
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento;
- Empréstimos e Recebíveis;
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos dessa categoria têm o mesmo tratamento contábil daqueles apresentados na categoria Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente, na data em que os contratos são firmados, e subsequentemente, reconhecidos a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável e, no caso de instrumentos de patrimônio um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros disponíveis para a venda quanto a reversão dessa perda, são registradas, quando aplicável, na Demonstração Consolidada do Resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas, quando aplicável, na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação, e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento

inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificadas. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização

e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

São inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Sua composição está apresentada na Nota 20a.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesa de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17);
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f);
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a);
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b);
- Obrigações de Planos de Capitalização;
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

Até 1º de janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos da IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou a IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as determinações de transição da IFRS 11.

Os efeitos da adoção da IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com a IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

| | 31/03/2016 |
|------------------------------------|-------------------|
| Imposto de Renda | 15,00% |
| Adicional de Imposto de Renda | 10,00% |
| Contribuição Social ^(*) | 20,00% |

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo a IFRS 4, um contrato de seguro é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação em relação ao efetivamente realizado, ou mudanças em tais premissas, são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes, no período em que ocorrem.

r) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

y) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) Aquisições

Gestora de Inteligência de Crédito (GIC)

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito (GIC) que possibilitará maior eficiência na gestão e concessão de linhas de crédito numa perspectiva de médio e longo prazos.

A GIC será estruturada como uma sociedade anônima e seu controle será compartilhado entre as partes, sendo que cada uma delas deterá 20% de seu capital social.

A criação da GIC está sujeita à celebração de contratos definitivos entre as partes, bem como ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) para aquisição de 81,94% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (Recovery), correspondente à totalidade da participação do BTG na Recovery, pelo montante de R\$ 640.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R\$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R\$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a Recovery é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da Recovery consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

Após o cumprimento de determinadas condições suspensivas e aprovação dos reguladores, o fechamento da operação ocorreu em 31 de março de 2016.

Será concluída, no decorrer de 2016, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (Purchase Price Allocation - PPA).

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (ConectCar) pelo montante de R\$ 170.

A ConectCar é uma instituidora de arranjos de pagamento próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e estacionamentos, que posiciona-se como a segunda maior empresa do setor e opera atualmente em 12 estados e no Distrito Federal. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da ConectCar.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2016.

Será concluída, no decorrer de 2016, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (Purchase Price Allocation - PPA).

A operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca e seus acionistas controladores (Corp Group), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

O CorpBanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá. Focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas, oferece produtos bancários universais. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com market share de 7,1%.

Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e em seu intuito de tornar-se um banco líder na América Latina. Como resultado da fusão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou da 7º (sétima) para a 4º (quarta) posição no ranking de maiores bancos do Chile.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CorpBanca e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. E, conforme previsão do aditamento ao *Transaction Agreement*, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 01 de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- i. Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 milhões concluído em 22 de março de 2016;
- ii. Incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção de 80.240 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group.
- iii. A seguinte estrutura societária foi formada como resultado da transação:

| Participação Acionária | |
|-------------------------------------|--------|
| ITAÚ UNIBANCO HOLDING | 33,58% |
| Corp Group | 33,13% |
| Outros Acionistas não Controladores | 33,29% |

O Itaú CorpBanca será controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que assinou um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Este acordo de acionistas deu ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de indicar membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca.

Não foram incluídos valores de ativos, passivos, receitas e despesas do Itaú CorpBanca nas Demonstrações Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o período findo em 31/03/2016. A administração do Itaú Unibanco Holding está avaliando os possíveis impactos na alocação do ágio da referida operação e irá divulgar maiores detalhes em suas próximas demonstrações financeiras. Referida operação não acarretará efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

Em 13 de março de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Itaú Unibanco S.A. assinou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil.

Os objetivos da operação são (a) ampliar os negócios de emissão e adquirência, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento; (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento; (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência; e (d) beneficiar-se da *expertise* da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia desta Aliança está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

MaxiPago

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (Rede) assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* – dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 13.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a Rede seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MaxiPago.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2015.

O diferencial entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

| | |
|---|-----------|
| Preço de Compra | 15 |
| (-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados | (4) |
| (=) Ágio | 11 |

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--|----------------|---------------|
| Disponibilidades | 18.384 | 18.544 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 21.921 | 22.022 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 76.682 | 51.083 |
| Total | 116.987 | 91.649 |

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 7.268 (R\$ 8.503 em 31/12/2015) e R\$ 132.712 (R\$ 203.321 em 31/12/2015), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------|---------------|---------------|
| Não Remunerados | 7.154 | 3.790 |
| Remunerados | 59.847 | 62.766 |
| Total | 67.001 | 66.556 |

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 28.430 | 759 | 29.189 | 29.769 | 756 | 30.525 |
| Aplicações no Mercado Aberto ^(*) | 209.130 | 264 | 209.394 | 254.404 | - | 254.404 |
| Total | 237.560 | 1.023 | 238.583 | 284.173 | 756 | 284.929 |

(*) O montante de R\$ 10.497 (R\$ 9.461 em 31/12/2015) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 121.506 (R\$ 152.551 em 31/12/2015) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|----------------|---|----------------|----------------|---|----------------|
| | Custo | Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado | Valor Justo | Custo | Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado | Valor Justo |
| Fundos de Investimento | 1.332 | (35) | 1.297 | 1.110 | (59) | 1.051 |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a) | 122.104 | 231 | 122.335 | 117.848 | (795) | 117.053 |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b) | 860 | 38 | 898 | 4.672 | (241) | 4.431 |
| Títulos Públicos - Outros Países ^(1c) | 1.014 | 6 | 1.020 | 1.140 | 9 | 1.149 |
| Argentina | 582 | 6 | 588 | 682 | 14 | 696 |
| Chile | 237 | - | 237 | 36 | - | 36 |
| Colômbia | 11 | - | 11 | 77 | (5) | 72 |
| Estados Unidos | 86 | - | 86 | 132 | - | 132 |
| México | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Paraguai | 57 | - | 57 | 68 | - | 68 |
| Uruguai | 41 | - | 41 | 40 | - | 40 |
| Outros | - | - | - | 102 | - | 102 |
| Títulos de Dívida de Empresas ^(1d) | 44.225 | 130 | 44.355 | 40.659 | (32) | 40.627 |
| Ações Negociáveis | 2.324 | 1 | 2.325 | 2.231 | (70) | 2.161 |
| Certificado de Depósito Bancário | 2.433 | - | 2.433 | 2.583 | - | 2.583 |
| Debêntures | 4.038 | 85 | 4.123 | 4.460 | 62 | 4.522 |
| Euro Bonds e Assemelhados | 4.041 | 44 | 4.085 | 1.015 | (24) | 991 |
| Letras Financeiras | 31.267 | - | 31.267 | 30.367 | - | 30.367 |
| Outros | 122 | - | 122 | 3 | - | 3 |
| Total ⁽²⁾ | 169.535 | 370 | 169.905 | 165.429 | (1.118) | 164.311 |

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 12.897 (R\$ 7.384 em 31/12/2015), b) R\$ 617 (R\$ 3.541 em 31/12/2015), c) (R\$ 68 em 31/12/2015) e d) R\$ 210 (R\$ 15 em 31/12/2015), totalizando R\$ 13.724 (R\$ 11.008 em 31/12/2015);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

| | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Custo | Valor Justo | Custo | Valor Justo |
| Circulante | 41.490 | 41.466 | 36.045 | 35.934 |
| Sem vencimento | 3.656 | 3.621 | 3.341 | 3.212 |
| Até um ano | 37.834 | 37.845 | 32.704 | 32.722 |
| Não Circulante | 128.045 | 128.439 | 129.384 | 128.377 |
| De um a cinco anos | 71.810 | 71.937 | 57.923 | 57.700 |
| De cinco a dez anos | 49.740 | 49.900 | 66.148 | 65.437 |
| Após dez anos | 6.495 | 6.602 | 5.313 | 5.240 |
| Total | 169.535 | 169.905 | 165.429 | 164.311 |

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 122.899 (R\$ 117.128 em 31/12/2015). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

| | 31/03/2016 | | |
|---|------------|---|-------------|
| | Custo | Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado | Valor Justo |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro | 247 | 18 | 265 |
| Títulos Públicos - Outros Países | 138 | (7) | 131 |
| Total | 385 | 11 | 396 |

| | 31/12/2015 | | |
|---|------------|---|-------------|
| | Custo | Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado | Valor Justo |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro | 493 | 13 | 506 |
| Títulos Públicos - Outros Países | 143 | (7) | 136 |
| Total | 636 | 6 | 642 |

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

| | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|-----------------------|------------|-------------|------------|-------------|
| | Custo | Valor Justo | Custo | Valor Justo |
| Circulante | 205 | 221 | - | - |
| Até um ano | 205 | 221 | - | - |
| Não Circulante | 180 | 175 | 636 | 642 |
| De um a cinco anos | 180 | 175 | 636 | 642 |

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swap* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 8.622 (R\$ 7.757 em 31/12/2015) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

| | Conta de Compensação | Custo Amortizado | Ganhos / (Perdas) | | Valor Justo |
|-------------------------------------|----------------------|------------------|-------------------|------------|-----------------|
| | Valor Referencial | | 31/03/2016 | | |
| | 31/03/2016 | 31/03/2016 | 31/03/2016 | 31/03/2016 | 31/03/2016 |
| Contratos de Futuros | 527.130 | 413 | 604 | | 1.017 |
| Compromissos de Compra | 184.660 | (628) | 634 | | 6 |
| <i>Commodities</i> | 277 | - | - | | - |
| Índices | 63.123 | (307) | (1) | | (308) |
| Mercado Interfinanceiro | 82.915 | (283) | (1) | | (284) |
| Moeda Estrangeira | 27.220 | (38) | 636 | | 598 |
| Títulos | 11.106 | - | - | | - |
| Outros | 19 | - | - | | - |
| Compromissos de Venda | 342.470 | 1.041 | (30) | | 1.011 |
| <i>Commodities</i> | 289 | 1 | - | | 1 |
| Índices | 77.168 | 292 | - | | 292 |
| Mercado Interfinanceiro | 150.346 | 499 | 1 | | 500 |
| Moeda Estrangeira | 107.912 | 249 | (31) | | 218 |
| Títulos | 6.737 | - | - | | - |
| Outros | 18 | - | - | | - |
| Contratos de Swaps | | (5.675) | 514 | | (5.161) |
| Posição Ativa | 329.069 | 6.839 | 1.050 | | 7.889 |
| <i>Commodities</i> | 5 | - | - | | - |
| Índices | 131.661 | 886 | 200 | | 1.086 |
| Mercado Interfinanceiro | 60.535 | 1.715 | 159 | | 1.874 |
| Moeda Estrangeira | 13.855 | 2.279 | 28 | | 2.307 |
| Pós-Fixados | 10.742 | 312 | 24 | | 336 |
| Prefixados | 112.247 | 1.646 | 639 | | 2.285 |
| Títulos | 13 | - | - | | - |
| Outros | 11 | 1 | - | | 1 |
| Posição Passiva | 334.744 | (12.514) | (536) | | (13.050) |
| <i>Commodities</i> | 16 | - | - | | - |
| Índices | 105.580 | (3.188) | 218 | | (2.970) |
| Mercado Interfinanceiro | 39.888 | (804) | 265 | | (539) |
| Moeda Estrangeira | 32.846 | (3.072) | (28) | | (3.100) |
| Pós-Fixados | 10.702 | (110) | (673) | | (783) |
| Prefixados | 145.567 | (5.315) | (322) | | (5.637) |
| Títulos | 45 | (25) | 4 | | (21) |
| Outros | 100 | - | - | | - |
| Contratos de Opções | 417.098 | (333) | 146 | | (187) |
| De Compra - Posição Comprada | 99.902 | 2.196 | (792) | | 1.404 |
| <i>Commodities</i> | 702 | 32 | (9) | | 23 |
| Índices | 28.207 | 163 | 116 | | 279 |
| Mercado Interfinanceiro | 369 | 2 | (1) | | 1 |
| Moeda Estrangeira | 64.106 | 1.864 | (1.103) | | 761 |
| Prefixados | 5 | 1 | - | | 1 |
| Títulos | 6.423 | 127 | 195 | | 322 |
| Outros | 90 | 7 | 10 | | 17 |
| De Venda - Posição Comprada | 108.224 | 1.654 | 1.892 | | 3.546 |
| <i>Commodities</i> | 197 | 14 | (3) | | 11 |
| Índices | 48.210 | 114 | (4) | | 110 |
| Mercado Interfinanceiro | 1.356 | 2 | 6 | | 8 |
| Moeda Estrangeira | 50.508 | 1.235 | 1.336 | | 2.571 |
| Prefixados | 158 | 7 | (1) | | 6 |
| Títulos | 7.751 | 282 | 557 | | 839 |
| Outros | 44 | - | 1 | | 1 |
| De Compra - Posição Vendida | 82.689 | (2.184) | 339 | | (1.845) |
| <i>Commodities</i> | 193 | (6) | (2) | | (8) |
| Índices | 18.983 | (186) | (139) | | (325) |
| Mercado Interfinanceiro | 459 | (2) | 1 | | (1) |
| Moeda Estrangeira | 57.938 | (1.926) | 616 | | (1.310) |
| Prefixados | 102 | - | - | | - |
| Títulos | 4.924 | (57) | (127) | | (184) |
| Outros | 90 | (7) | (10) | | (17) |
| De Venda - Posição Vendida | 126.283 | (1.999) | (1.293) | | (3.292) |
| <i>Commodities</i> | 358 | (23) | (15) | | (38) |
| Índices | 67.298 | (341) | 15 | | (326) |
| Mercado Interfinanceiro | 549 | (1) | (1) | | (2) |
| Moeda Estrangeira | 51.244 | (1.359) | (790) | | (2.149) |
| Prefixados | 20 | (1) | - | | (1) |
| Títulos | 6.770 | (274) | (501) | | (775) |
| Outros | 44 | - | (1) | | (1) |

| | Conta de | | | |
|--|-------------------|------------------|-------------------|-----------------|
| | Compensação | Custo Amortizado | Ganhos / (Perdas) | Valor Justo |
| | Valor Referencial | | | |
| | 31/03/2016 | 31/03/2016 | 31/03/2016 | 31/03/2016 |
| Contratos a Termo | 35.732 | 1.544 | 33 | 1.577 |
| Compras a Receber | 1.880 | 1.997 | (5) | 1.992 |
| Pós-Fixados | 636 | 639 | (1) | 638 |
| Prefixados | 1.236 | 1.350 | (4) | 1.346 |
| Títulos | 8 | 8 | - | 8 |
| Obrigações por Compra a Pagar | - | (1.886) | - | (1.886) |
| Pós-Fixados | - | (639) | - | (639) |
| Prefixados | - | (1.247) | - | (1.247) |
| Vendas a Receber | 33.852 | 3.334 | 33 | 3.367 |
| Mercado Interfinanceiro | 30.488 | - | 28 | 28 |
| Pós-Fixados | 769 | 786 | - | 786 |
| Prefixados | 1.052 | 1.052 | - | 1.052 |
| Títulos | 1.543 | 1.496 | 5 | 1.501 |
| Obrigações por Venda a Entregar | - | (1.901) | 5 | (1.896) |
| Pós-Fixados | - | (772) | 2 | (770) |
| Prefixados | - | (1.129) | 3 | (1.126) |
| Derivativos de Crédito | 11.601 | 43 | (151) | (108) |
| Posição Ativa | 4.950 | 356 | 70 | 426 |
| Moeda Estrangeira | 3.670 | 356 | 33 | 389 |
| Prefixados | 374 | - | - | - |
| Títulos | 722 | - | 32 | 32 |
| Outros | 184 | - | 5 | 5 |
| Posição Passiva | 6.651 | (313) | (221) | (534) |
| Moeda Estrangeira | 4.322 | (309) | (58) | (367) |
| Prefixados | 53 | (5) | - | (5) |
| Títulos | 1.837 | 1 | (143) | (142) |
| Outros | 439 | - | (20) | (20) |
| Forwards | 176.076 | 1.228 | (39) | 1.189 |
| Posição Ativa | 92.575 | 4.170 | (85) | 4.085 |
| Commodities | 444 | 43 | - | 43 |
| Índices | 119 | 10 | - | 10 |
| Moeda Estrangeira | 92.003 | 4.117 | (85) | 4.032 |
| Títulos | 9 | - | - | - |
| Posição Passiva | 83.501 | (2.942) | 46 | (2.896) |
| Commodities | 40 | (4) | 2 | (2) |
| Moeda Estrangeira | 83.446 | (2.938) | 44 | (2.894) |
| Títulos | 15 | - | - | - |
| Verificação de Swap | 1.578 | (314) | 92 | (222) |
| Posição Ativa - Moeda Estrangeira | 1.008 | 116 | 116 | 232 |
| Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro | 570 | (430) | (24) | (454) |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | 10.866 | 128 | 581 | 709 |
| Posição Ativa | 9.857 | 3.127 | 663 | 3.790 |
| Índices | 8 | - | - | - |
| Moeda Estrangeira | 5.855 | 3.061 | 441 | 3.502 |
| Prefixados | 1.334 | 59 | 59 | 118 |
| Títulos | 2.206 | 7 | 144 | 151 |
| Outros | 454 | - | 19 | 19 |
| Posição Passiva | 1.009 | (2.999) | (82) | (3.081) |
| Moeda Estrangeira | 242 | (2.998) | (60) | (3.058) |
| Títulos | 598 | (1) | (18) | (19) |
| Outros | 169 | - | (4) | (4) |
| | Ativo | 24.202 | 3.546 | 27.748 |
| | Passivo | (27.168) | (1.766) | (28.934) |
| | Total | (2.966) | 1.780 | (1.186) |

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

| Compensação - Valor Referencial | 0 - 30 | 31 - 180 | 181 - 365 | Acima de 365 | 31/03/2016 |
|---|---------|----------|-----------|--------------|------------|
| Contrato de Futuros | 92.345 | 146.446 | 117.735 | 170.604 | 527.130 |
| Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar | 11.146 | 45.230 | 44.721 | 221.133 | 322.230 |
| Contratos de Opções | 125.338 | 189.561 | 62.697 | 39.502 | 417.098 |
| Contratos a Termo | 7.806 | 14.326 | 12.974 | 626 | 35.732 |
| Derivativos de Crédito | - | 803 | 245 | 10.553 | 11.601 |
| Forwards | 61.651 | 68.506 | 37.439 | 8.480 | 176.076 |
| Verificação de Swap | - | - | - | 1.578 | 1.578 |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | 40 | 1.421 | 2.001 | 7.404 | 10.866 |

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

| | Conta de Compensação | Custo Amortizado | Ganhos / (Perdas) | Valor Justo |
|-------------------------------------|----------------------|------------------|-------------------|-----------------|
| | Valor Referencial | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2015 | 31/12/2015 | 31/12/2015 |
| Contratos de Futuros | 589.451 | (71) | 600 | 529 |
| Compromissos de Compra | 189.037 | 702 | 624 | 1.326 |
| <i>Commodities</i> | 316 | - | - | - |
| Índices | 60.485 | 702 | (6) | 696 |
| Mercado Interfinanceiro | 88.411 | (40) | 1 | (39) |
| Moeda Estrangeira | 34.228 | 40 | 629 | 669 |
| Títulos | 5.508 | - | - | - |
| Outros | 89 | - | - | - |
| Compromissos de Venda | 400.414 | (773) | (24) | (797) |
| <i>Commodities</i> | 158 | - | - | - |
| Índices | 73.466 | (754) | 8 | (746) |
| Mercado Interfinanceiro | 190.855 | 60 | - | 60 |
| Moeda Estrangeira | 129.357 | (79) | (32) | (111) |
| Títulos | 6.260 | - | - | - |
| Outros | 318 | - | - | - |
| Contratos de Swaps | | (8.848) | 1.664 | (7.184) |
| Posição Ativa | 327.834 | 4.764 | 4.383 | 9.147 |
| <i>Commodities</i> | 4 | - | - | - |
| Índices | 134.426 | (18) | 1.050 | 1.032 |
| Mercado Interfinanceiro | 60.888 | 426 | 818 | 1.244 |
| Moeda Estrangeira | 14.668 | 3.068 | 1.234 | 4.302 |
| Pós-Fixados | 11.491 | 377 | 143 | 520 |
| Prefixados | 106.316 | 911 | 1.138 | 2.049 |
| Títulos | 25 | - | - | - |
| Outros | 16 | - | - | - |
| Posição Passiva | 336.682 | (13.612) | (2.719) | (16.331) |
| <i>Commodities</i> | 15 | - | - | - |
| Índices | 100.826 | (2.316) | (311) | (2.627) |
| Mercado Interfinanceiro | 37.889 | (233) | (1.167) | (1.400) |
| Moeda Estrangeira | 33.944 | (6.084) | (756) | (6.840) |
| Pós-Fixados | 11.195 | (155) | (560) | (715) |
| Prefixados | 152.593 | (4.795) | 70 | (4.725) |
| Títulos | 64 | (29) | 5 | (24) |
| Outros | 156 | - | - | - |
| Contratos de Opções | 285.405 | 136 | (336) | (200) |
| De Compra - Posição Comprada | 61.880 | 2.288 | 1.661 | 3.949 |
| <i>Commodities</i> | 481 | 25 | (11) | 14 |
| Índices | 5.505 | 66 | (25) | 41 |
| Mercado Interfinanceiro | 5.116 | 15 | 6 | 21 |
| Moeda Estrangeira | 44.802 | 2.073 | 1.474 | 3.547 |
| Prefixados | 6 | - | - | - |
| Títulos | 5.872 | 101 | 208 | 309 |
| Outros | 98 | 8 | 9 | 17 |
| De Venda - Posição Comprada | 85.099 | 1.481 | 153 | 1.634 |
| <i>Commodities</i> | 159 | 9 | 12 | 21 |
| Índices | 27.824 | 133 | 16 | 149 |
| Mercado Interfinanceiro | 12.347 | 16 | (16) | - |
| Moeda Estrangeira | 36.526 | 1.024 | (557) | 467 |
| Prefixados | 179 | 8 | (1) | 7 |
| Títulos | 8.015 | 291 | 698 | 989 |
| Outros | 49 | - | 1 | 1 |
| De Compra - Posição Vendida | 58.929 | (2.020) | (2.141) | (4.161) |
| <i>Commodities</i> | 249 | (6) | - | (6) |
| Índices | 5.418 | (66) | 21 | (45) |
| Mercado Interfinanceiro | 5.146 | (21) | (30) | (51) |
| Moeda Estrangeira | 42.750 | (1.864) | (1.902) | (3.766) |
| Prefixados | 112 | - | - | - |
| Títulos | 5.156 | (55) | (221) | (276) |
| Outros | 98 | (8) | (9) | (17) |
| De Venda - Posição Vendida | 79.497 | (1.613) | (9) | (1.622) |
| <i>Commodities</i> | 290 | (22) | (39) | (61) |
| Índices | 30.277 | (158) | (23) | (181) |
| Mercado Interfinanceiro | 7.694 | (10) | 10 | - |
| Moeda Estrangeira | 33.751 | (1.147) | 740 | (407) |
| Prefixados | 22 | (1) | - | (1) |
| Títulos | 7.414 | (275) | (696) | (971) |
| Outros | 49 | - | (1) | (1) |

| | Conta de | Custo Amortizado | Ganhos / (Perdas) | Valor Justo |
|--|----------------------------------|------------------|-------------------|-----------------|
| | Compensação Valor Referencial | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2015 | 31/12/2015 | 31/12/2015 |
| Contratos a Termo | 40.227 | 2.253 | 80 | 2.333 |
| Compras a Receber | 516 | 636 | - | 636 |
| Moeda Estrangeira | - | 1 | - | 1 |
| Pós-Fixados | 354 | 353 | - | 353 |
| Prefixados | 154 | 273 | - | 273 |
| Títulos | 8 | 9 | - | 9 |
| Obrigações por Compra a Pagar | - | (508) | - | (508) |
| Pós-Fixados | - | (353) | - | (353) |
| Prefixados | - | (154) | - | (154) |
| Títulos | - | (1) | - | (1) |
| Vendas a Receber | 23.208 | 2.448 | 82 | 2.530 |
| Mercado Interfinanceiro | 20.697 | - | 73 | 73 |
| Pós-Fixados | 164 | 164 | - | 164 |
| Prefixados | 153 | 157 | - | 157 |
| Títulos | 2.194 | 2.127 | 9 | 2.136 |
| Obrigações por Venda a Entregar | 16.503 | (323) | (2) | (325) |
| Mercado Interfinanceiro | 16.503 | - | (3) | (3) |
| Moeda Estrangeira | - | (2) | - | (2) |
| Pós-Fixados | - | (164) | 1 | (163) |
| Prefixados | - | (157) | - | (157) |
| Derivativos de Crédito | 12.662 | 58 | (319) | (261) |
| Posição Ativa | 4.605 | 353 | 261 | 614 |
| Moeda Estrangeira | 3.625 | 353 | 212 | 565 |
| Títulos | 788 | - | 45 | 45 |
| Outros | 192 | - | 4 | 4 |
| Posição Passiva | 8.057 | (295) | (580) | (875) |
| Moeda Estrangeira | 4.360 | (290) | (267) | (557) |
| Prefixados | 547 | (6) | (3) | (9) |
| Títulos | 2.763 | 1 | (275) | (274) |
| Outros | 387 | - | (35) | (35) |
| Forwards | 148.477 | 203 | 85 | 288 |
| Posição Ativa | 71.227 | 3.285 | 145 | 3.430 |
| Commodities | 419 | 47 | - | 47 |
| Índices | 22 | 1 | - | 1 |
| Moeda Estrangeira | 70.786 | 3.237 | 145 | 3.382 |
| Posição Passiva | 77.250 | (3.082) | (60) | (3.142) |
| Commodities | 152 | (13) | 2 | (11) |
| Índices | 77 | (3) | - | (3) |
| Moeda Estrangeira | 77.020 | (3.066) | (62) | (3.128) |
| Títulos | 1 | - | - | - |
| Verificação de Swap | 1.676 | (330) | 140 | (190) |
| Posição Ativa - Moeda Estrangeira | 1.106 | 199 | 156 | 355 |
| Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro | 570 | (529) | (16) | (545) |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | 16.651 | 117 | 252 | 369 |
| Posição Ativa | 15.508 | 2.964 | 967 | 3.931 |
| Moeda Estrangeira | 10.468 | 2.883 | 588 | 3.471 |
| Prefixados | 1.464 | 71 | 63 | 134 |
| Títulos | 3.113 | 10 | 279 | 289 |
| Outros | 463 | - | 37 | 37 |
| Posição Passiva | 1.143 | (2.847) | (715) | (3.562) |
| Moeda Estrangeira | 283 | (2.847) | (687) | (3.534) |
| Títulos | 743 | - | (25) | (25) |
| Outros | 117 | - | (3) | (3) |
| | Ativo | 18.347 | 8.408 | 26.755 |
| | Passivo | (24.829) | (6.242) | (31.071) |
| | Total | (6.482) | 2.166 | (4.316) |

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

| Compensação - Valor Referencial | 0 - 30 | 31 - 180 | 181 - 365 | Acima de 365 | 31/12/2015 |
|---|---------|----------|-----------|--------------|------------|
| Contrato de Futuros | 152.087 | 138.545 | 74.365 | 224.454 | 589.451 |
| Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar | 10.654 | 39.702 | 46.157 | 226.557 | 323.070 |
| Contratos de Opções | 93.587 | 123.391 | 40.860 | 27.567 | 285.405 |
| Contratos a Termo | 6.591 | 22.349 | 10.118 | 1.169 | 40.227 |
| Derivativos de Crédito | - | 1.436 | 428 | 10.798 | 12.662 |
| Forwards | 43.651 | 70.688 | 23.365 | 10.773 | 148.477 |
| Verificação de Swap | - | - | - | 1.676 | 1.676 |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | 1.550 | 3.254 | 502 | 11.345 | 16.651 |

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

| | 31/03/2016 | | | | | | | |
|--|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| | Valor Justo | % | 0-30 dias | 31-90 dias | 91-180 dias | 181-365 dias | 366-720 dias | Acima de 720 dias |
| Ativo | | | | | | | | |
| Contrato de Futuros - BM&FBovespa | 1.017 | 3,7 | 841 | 10 | (10) | 30 | 7 | 139 |
| Contratos de Swaps - Ajuste a Receber | 7.889 | 28,4 | 111 | 242 | 479 | 1.806 | 1.415 | 3.836 |
| BM&FBOVESPA | 1.604 | 5,8 | 5 | 23 | 164 | 359 | 533 | 520 |
| Empresas | 4.382 | 15,8 | 83 | 175 | 256 | 1.015 | 672 | 2.181 |
| Instituições Financeiras | 1.677 | 6,0 | 22 | 38 | 25 | 375 | 151 | 1.066 |
| Pessoas Físicas | 226 | 0,8 | 1 | 6 | 34 | 57 | 59 | 69 |
| Contratos de Opções | 4.950 | 17,8 | 685 | 747 | 965 | 939 | 1.248 | 366 |
| BM&FBOVESPA | 1.948 | 7,0 | 298 | 334 | 445 | 407 | 456 | 8 |
| Empresas | 901 | 3,2 | 63 | 67 | 81 | 121 | 359 | 210 |
| Instituições Financeiras | 2.097 | 7,6 | 324 | 346 | 438 | 409 | 432 | 148 |
| Pessoas Físicas | 4 | 0,0 | - | - | 1 | 2 | 1 | - |
| Contratos a Termo | 5.359 | 19,3 | 4.011 | 869 | 461 | 17 | 1 | - |
| BM&FBOVESPA | 1.563 | 5,6 | 225 | 861 | 459 | 17 | 1 | - |
| Empresas | 2.169 | 7,8 | 2.159 | 8 | 2 | - | - | - |
| Instituições Financeiras | 1.627 | 5,9 | 1.627 | - | - | - | - | - |
| Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras | 426 | 1,5 | - | - | - | 3 | 12 | 411 |
| Forwards | 4.085 | 14,8 | 1.034 | 792 | 919 | 792 | 260 | 288 |
| BM&FBOVESPA | 169 | 0,6 | 76 | 42 | 33 | 18 | - | - |
| Empresas | 1.747 | 6,3 | 340 | 401 | 345 | 360 | 140 | 161 |
| Instituições Financeiras | 2.153 | 7,8 | 614 | 341 | 539 | 412 | 120 | 127 |
| Pessoas Físicas | 16 | 0,1 | 4 | 8 | 2 | 2 | - | - |
| Verificação de Swap - Empresas | 232 | 0,8 | - | - | - | - | 232 | - |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | 3.790 | 13,7 | 2 | 833 | 85 | 1.624 | 67 | 1.179 |
| Empresas | 205 | 0,7 | 2 | 5 | 4 | 9 | 42 | 143 |
| Instituições Financeiras | 3.585 | 13,0 | - | 828 | 81 | 1.615 | 25 | 1.036 |
| Total (*) | 27.748 | 100,0 | 6.684 | 3.493 | 2.899 | 5.211 | 3.242 | 6.219 |
| % por prazo de vencimento | | | 24,1 | 12,6 | 10,4 | 18,8 | 11,7 | 22,4 |

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 18.287 referem-se ao circulante e R\$ 9.461 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

| | 31/12/2015 | | | | | | | |
|--|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------------|
| | Valor Justo | % | 0-30 dias | 31-90 dias | 91-180 dias | 181-365 dias | 366-720 dias | Acima de 720 dias |
| Ativo | | | | | | | | |
| Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA | 529 | 2,0 | 639 | (155) | (18) | (49) | 76 | 36 |
| Contratos de Swaps - Ajuste a Receber | 9.147 | 34,2 | 666 | 224 | 403 | 1.513 | 1.935 | 4.406 |
| BM&FBOVESPA | 662 | 2,5 | 17 | 13 | 25 | 104 | 126 | 377 |
| Empresas | 5.127 | 19,1 | 627 | 29 | 46 | 1.037 | 838 | 2.550 |
| Instituições Financeiras | 2.826 | 10,6 | 21 | 177 | 325 | 329 | 657 | 1.317 |
| Pessoas Físicas | 532 | 2,0 | 1 | 5 | 7 | 43 | 314 | 162 |
| Contratos de Opções | 5.583 | 20,8 | 2.413 | 676 | 609 | 715 | 692 | 478 |
| BM&FBOVESPA | 2.597 | 9,7 | 2.074 | 228 | 140 | 113 | 31 | 11 |
| Empresas | 1.278 | 4,8 | 118 | 147 | 131 | 194 | 412 | 276 |
| Instituições Financeiras | 1.697 | 6,3 | 221 | 300 | 337 | 399 | 249 | 191 |
| Pessoas Físicas | 11 | 0,0 | - | 1 | 1 | 9 | - | - |
| Contratos a Termo | 3.166 | 11,9 | 1.204 | 1.417 | 538 | 6 | 1 | - |
| BM&FBOVESPA | 2.218 | 8,3 | 368 | 1.313 | 530 | 6 | 1 | - |
| Empresas | 530 | 2,0 | 418 | 104 | 8 | - | - | - |
| Instituições Financeiras | 418 | 1,6 | 418 | - | - | - | - | - |
| Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras | 614 | 2,3 | - | - | 2 | 2 | 26 | 584 |
| Forwards | 3.430 | 12,8 | 1.030 | 794 | 526 | 434 | 233 | 413 |
| BM&FBOVESPA | 47 | 0,2 | 3 | 19 | 7 | 18 | - | - |
| Empresas | 1.453 | 5,4 | 177 | 327 | 288 | 294 | 135 | 232 |
| Instituições Financeiras | 1.927 | 7,2 | 850 | 447 | 230 | 121 | 98 | 181 |
| Pessoas Físicas | 3 | 0,0 | - | 1 | 1 | 1 | - | - |
| Verificação de Swap - Empresas | 355 | 1,3 | - | - | - | - | 355 | - |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | 3.931 | 14,7 | 88 | 1.269 | 867 | 32 | 112 | 1.563 |
| Empresas | 415 | 1,6 | 3 | 13 | 14 | 14 | 74 | 297 |
| Instituições Financeiras | 3.516 | 13,1 | 85 | 1.256 | 853 | 18 | 38 | 1.266 |
| Total (*) | 26.755 | 100,0 | 6.040 | 4.225 | 2.927 | 2.653 | 3.430 | 7.480 |
| % por prazo de vencimento | | | 22,6 | 15,8 | 10,9 | 9,9 | 12,8 | 28,0 |

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 15.845 referem-se ao circulante e R\$ 10.910 ao não circulante.

31/03/2016

| | Valor Justo | % | 0 - 30 dias | 31 - 90 dias | 91 - 180 dias | 181 - 365 dias | 366 - 720 dias | Acima de 720 dias |
|--|-----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| Passivo | | | | | | | | |
| Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar | (13.050) | 45,1 | (161) | (143) | (624) | (978) | (1.825) | (9.319) |
| BM&FBOVESPA | (1.515) | 5,2 | (30) | (8) | (221) | (281) | (224) | (751) |
| Empresas | (3.951) | 13,7 | (101) | (81) | (254) | (590) | (671) | (2.254) |
| Instituições Financeiras | (2.292) | 7,9 | (29) | (48) | (55) | (47) | (441) | (1.672) |
| Pessoas Físicas | (5.292) | 18,3 | (1) | (6) | (94) | (60) | (489) | (4.642) |
| Contratos de Opções | (5.137) | 17,7 | (601) | (910) | (783) | (1.344) | (1.075) | (424) |
| BM&FBOVESPA | (1.826) | 6,3 | (320) | (465) | (263) | (601) | (170) | (7) |
| Empresas | (705) | 2,4 | (16) | (56) | (72) | (142) | (221) | (198) |
| Instituições Financeiras | (2.593) | 9,0 | (265) | (389) | (445) | (595) | (682) | (217) |
| Pessoas Físicas | (13) | 0,0 | - | - | (3) | (6) | (2) | (2) |
| Contratos a Termo | (3.782) | 13,1 | (3.782) | - | - | - | - | - |
| BM&FBOVESPA | (12) | 0,0 | (12) | - | - | - | - | - |
| Empresas | (2.142) | 7,5 | (2.142) | - | - | - | - | - |
| Instituições Financeiras | (1.628) | 5,6 | (1.628) | - | - | - | - | - |
| Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras | (534) | 1,8 | - | (2) | (1) | (2) | (46) | (483) |
| Forwards | (2.896) | 10,0 | (1.072) | (566) | (482) | (380) | (225) | (171) |
| BM&FBOVESPA | (193) | 0,7 | (79) | (65) | (36) | (13) | - | - |
| Empresas | (896) | 3,1 | (225) | (176) | (221) | (143) | (87) | (44) |
| Instituições Financeiras | (1.805) | 6,2 | (768) | (324) | (224) | (224) | (138) | (127) |
| Pessoas Físicas | (2) | 0,0 | - | (1) | (1) | - | - | - |
| Verificação de Swap - Empresas | (454) | 1,6 | - | - | - | - | (282) | (172) |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | (3.081) | 10,7 | (2) | (795) | (82) | (1.614) | (6) | (582) |
| Empresas | (115) | 0,4 | (2) | (1) | (1) | (4) | (6) | (101) |
| Instituições Financeiras | (2.966) | 10,3 | - | (794) | (81) | (1.610) | - | (481) |
| Total (*) | (28.934) | 100,0 | (5.618) | (2.416) | (1.972) | (4.318) | (3.459) | (11.151) |
| % por prazo de vencimento | | | 19,4 | 8,4 | 6,8 | 14,9 | 12,0 | 38,5 |

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.324) referem-se ao circulante e R\$ (14.610) ao não circulante.

31/12/2015

| | Valor Justo | % | 0 - 30 dias | 31 - 90 dias | 91 - 180 dias | 181 - 365 dias | 366 - 720 dias | Acima de 720 dias |
|--|-----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| Passivo | | | | | | | | |
| Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar | (16.331) | 52,6 | (783) | (481) | (989) | (1.898) | (2.618) | (9.562) |
| BM&FBOVESPA | (1.107) | 3,6 | (9) | (10) | (35) | (145) | (340) | (568) |
| Empresas | (5.912) | 19,0 | (703) | (422) | (279) | (953) | (1.339) | (2.216) |
| Instituições Financeiras | (3.530) | 11,4 | (60) | (21) | (662) | (644) | (284) | (1.859) |
| Pessoas Físicas | (5.782) | 18,6 | (11) | (28) | (13) | (156) | (655) | (4.919) |
| Contratos de Opções | (5.783) | 18,6 | (1.460) | (1.285) | (895) | (845) | (805) | (493) |
| BM&FBOVESPA | (2.365) | 7,6 | (1.112) | (565) | (510) | (130) | (40) | (8) |
| Empresas | (661) | 2,1 | (71) | (45) | (63) | (150) | (144) | (188) |
| Instituições Financeiras | (2.748) | 8,8 | (277) | (674) | (321) | (560) | (620) | (296) |
| Pessoas Físicas | (9) | 0,1 | - | (1) | (1) | (5) | (1) | (1) |
| Contratos a Termo | (833) | 2,6 | (828) | (4) | (1) | - | - | - |
| BM&FBOVESPA | (5) | 0,0 | - | (4) | (1) | - | - | - |
| Empresas | (411) | 1,3 | (411) | - | - | - | - | - |
| Instituições Financeiras | (417) | 1,3 | (417) | - | - | - | - | - |
| Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras | (875) | 2,8 | - | (9) | (9) | (5) | (105) | (747) |
| Forwards | (3.142) | 10,1 | (692) | (727) | (785) | (581) | (233) | (124) |
| BM&FBOVESPA | (41) | 0,1 | (8) | (10) | (10) | (13) | - | - |
| Empresas | (1.948) | 6,3 | (260) | (478) | (565) | (356) | (179) | (110) |
| Instituições Financeiras | (1.151) | 3,7 | (424) | (238) | (210) | (211) | (54) | (14) |
| Pessoas Físicas | (2) | 0,0 | - | (1) | - | (1) | - | - |
| Verificação de Swap - Empresas | (545) | 1,8 | - | - | - | - | (335) | (210) |
| Outros Instrumentos Financeiros Derivativos | (3.562) | 11,5 | (87) | (1.267) | (857) | (19) | (8) | (1.324) |
| Empresas | (817) | 2,6 | (1) | (3) | (6) | (4) | (8) | (795) |
| Instituições Financeiras | (2.745) | 8,9 | (86) | (1.264) | (851) | (15) | - | (529) |
| Total (*) | (31.071) | 100,0 | (3.850) | (3.773) | (3.536) | (3.348) | (4.104) | (12.460) |
| % por prazo de vencimento | | | 12,4 | 12,1 | 11,4 | 10,8 | 13,2 | 40,1 |

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (14.507) referem-se ao circulante e R\$ (16.564) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

| | 31/03/2016 | | | | |
|-----------------------------------|---|----------------|---------------|---------------|-----------------|
| | Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto | Antes de 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos |
| Por Instrumento | | | | | |
| CDS | 7.717 | 971 | 3.159 | 3.231 | 356 |
| Total por Instrumento | 7.717 | 971 | 3.159 | 3.231 | 356 |
| Por Classificação de Risco | | | | | |
| Grau de Investimento | 7.717 | 971 | 3.159 | 3.231 | 356 |
| Total por Risco | 7.717 | 971 | 3.159 | 3.231 | 356 |
| Por Entidade de Referência | | | | | |
| Entidades Privadas | 7.717 | 971 | 3.159 | 3.231 | 356 |
| Total por Entidade | 7.717 | 971 | 3.159 | 3.231 | 356 |

| | 31/12/2015 | | | | |
|-----------------------------------|---|----------------|---------------|---------------|-----------------|
| | Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto | Antes de 1 ano | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos |
| Por Instrumento | | | | | |
| CDS | 8.799 | 1.781 | 3.301 | 3.717 | - |
| Total por Instrumento | 8.799 | 1.781 | 3.301 | 3.717 | - |
| Por Classificação de Risco | | | | | |
| Grau de Investimento | 8.799 | 1.781 | 3.301 | 3.717 | - |
| Total por Risco | 8.799 | 1.781 | 3.301 | 3.717 | - |
| Por Entidade de Referência | | | | | |
| Entidades Privadas | 8.799 | 1.781 | 3.301 | 3.717 | - |
| Total por Entidade | 8.799 | 1.781 | 3.301 | 3.717 | - |

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

| 31/03/2016 | | | |
|-------------------|--|---|------------------------|
| | Valor Nominal da Proteção Vendida | Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico | Posição Líquida |
| CDS | (7.717) | 3.884 | (3.833) |
| Total | (7.717) | 3.884 | (3.833) |

| 31/12/2015 | | | |
|-------------------|--|---|------------------------|
| | Valor Nominal da Proteção Vendida | Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico | Posição Líquida |
| CDS | (8.799) | 3.863 | (4.936) |
| Total | (8.799) | 3.863 | (4.936) |

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

| 31/03/2016 | | | | | | |
|--------------------------------------|---|--|---|---|--------------------------------|---------|
| | Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾ | Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial | Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial | Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾ | | Total |
| | | | | Instrumentos Financeiros ⁽³⁾ | Garantias Recebidas em Espécie | |
| Operações Compromissadas | 209.394 | - | 209.394 | (455) | - | 208.939 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 27.748 | - | 27.748 | (8.740) | (237) | 18.771 |

| 31/12/2015 | | | | | | |
|--------------------------------------|---|--|---|---|--------------------------------|---------|
| | Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾ | Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial | Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial | Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾ | | Total |
| | | | | Instrumentos Financeiros ⁽³⁾ | Garantias Recebidas em Espécie | |
| Operações Compromissadas | 254.404 | - | 254.404 | (2.569) | - | 251.835 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 26.755 | - | 26.755 | (8.150) | - | 18.605 |

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

| 31/03/2016 | | | | | | |
|--------------------------------------|---|--|---|---|--------------------------------|---------|
| | Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾ | Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial | Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial | Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾ | | Total |
| | | | | Instrumentos Financeiros ⁽³⁾ | Garantias Entregues em Espécie | |
| Operações Compromissadas | 305.940 | - | 305.940 | (22.913) | - | 283.027 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 28.934 | - | 28.934 | (8.740) | - | 20.194 |

| 31/12/2015 | | | | | | |
|--------------------------------------|---|--|---|---|--------------------------------|---------|
| | Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾ | Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial | Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial | Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾ | | Total |
| | | | | Instrumentos Financeiros ⁽³⁾ | Garantias Entregues em Espécie | |
| Operações Compromissadas | 336.643 | - | 336.643 | (22.158) | - | 314.485 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 31.071 | - | 31.071 | (8.150) | (24) | 22.897 |

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2015. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente.
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na

BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2012 e 2014, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2030. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

| Instrumentos de Hedge | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|--------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| | Parcela Efetiva Acumulada | Parcela Inefetiva | Parcela Efetiva Acumulada | Parcela Inefetiva |
| Futuros de Taxa de Juros | 5 | 16 | 2.947 | 80 |
| NDF | (47) | - | 16 | - |
| Total | (42) | 16 | 2.963 | 80 |

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI na BM&FBOVESPA e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*), negociados em mercado de balcão. Durante o 2º trimestre de 2015 parte do fluxo destes acordos foi realizado e, desta forma, houve a reclassificação dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e inclusão no custo inicial dos ativos relacionados ao Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/03/2016, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 320 (R\$ (211) em 31/03/2015).

b) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

| Instrumentos de Hedge | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|-----------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| | Parcela Efetiva Acumulada | Parcela Inefetiva | Parcela Efetiva Acumulada | Parcela Inefetiva |
| Futuro DDI | (9.387) | 51 | (11.728) | (6) |
| <i>Forward</i> | 606 | 46 | 669 | 44 |
| NDF | 2.315 | 25 | 2.801 | 76 |
| Ativos Financeiros | 38 | - | 46 | - |
| Total | (6.428) | 122 | (8.212) | 114 |

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

| Instrumentos de Hedge | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|------------------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------|
| | Parcela Efetiva Acumulada | Parcela Inefetiva | Parcela Efetiva Acumulada | Parcela Inefetiva |
| <i>Swap</i> de Taxa de Juros | (96) | 3 | (54) | 3 |
| Total | (96) | 3 | (54) | 3 |

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

| Estratégias | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|------------------------------|-------------|------------------------|------------------------------|--------------|------------------------|
| | Instrumentos de <i>Hedge</i> | | Objeto de <i>Hedge</i> | Instrumentos de <i>Hedge</i> | | Objeto de <i>Hedge</i> |
| | Valor Nominal | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Nominal | Valor Justo | Valor Contábil |
| <i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas | 78.457 | 345 | 78.457 | 77.905 | 43 | 77.922 |
| <i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados | 7.474 | (107) | 7.474 | 8.200 | (90) | 8.200 |
| <i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis | 899 | (47) | 899 | 1.125 | 16 | 1.125 |
| <i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*) | 19.533 | 148 | 11.526 | 21.927 | (427) | 12.815 |
| <i>Hedge</i> de Operações de Crédito | 4.115 | 100 | 4.115 | 4.346 | 59 | 4.346 |
| <i>Hedge</i> de Captações Estruturadas | - | - | - | 781 | - | 781 |
| <i>Hedge</i> de Operações Ativas | 7.940 | (44) | 8.660 | 7.405 | (263) | 7.876 |
| Total | 118.418 | 395 | 111.131 | 121.689 | (662) | 113.065 |

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

| Estratégias | 31/03/2016 | | | | | | | Total |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|------------------|----------------|
| | 0-1 ano | 1-2 anos | 2-3 anos | 3-4 anos | 4-5 anos | 5-10 anos | Acima de 10 anos | |
| <i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas | - | 29.829 | 26.904 | 11.375 | 3.981 | 6.368 | - | 78.457 |
| <i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados | 6.050 | 1.424 | - | - | - | - | - | 7.474 |
| <i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável | 899 | - | - | - | - | - | - | 899 |
| <i>Hedge</i> de Operações Ativas | 4.628 | 2.778 | - | - | 534 | - | - | 7.940 |
| <i>Hedge</i> de Operações de Crédito | 324 | 679 | - | 858 | 37 | 436 | 1.781 | 4.115 |
| <i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*) | 19.533 | - | - | - | - | - | - | 19.533 |
| Total | 31.434 | 34.710 | 26.904 | 12.233 | 4.552 | 6.804 | 1.781 | 118.418 |

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

| Estratégias | 31/12/2015 | | | | | | | Total |
|---|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|------------------|----------------|
| | 0-1 ano | 1-2 anos | 2-3 anos | 3-4 anos | 4-5 anos | 5-10 anos | Acima de 10 anos | |
| <i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas | 13.324 | 28.185 | 25.779 | 6.460 | 1.402 | 2.755 | - | 77.905 |
| <i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados | - | 8.200 | - | - | - | - | - | 8.200 |
| <i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável | 1.125 | - | - | - | - | - | - | 1.125 |
| <i>Hedge</i> de Operações Ativas | - | 4.627 | 2.778 | - | - | - | - | 7.405 |
| <i>Hedge</i> de Operações de Crédito | 339 | 276 | 474 | 898 | 88 | 447 | 1.824 | 4.346 |
| <i>Hedge</i> de Captações Estruturadas | 781 | - | - | - | - | - | - | 781 |
| <i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ^(*) | 21.927 | - | - | - | - | - | - | 21.927 |
| Total | 37.496 | 41.288 | 29.031 | 7.358 | 1.490 | 3.202 | 1.824 | 121.689 |

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|---------------|---|---------------|---------------|---|---------------|
| | Custo | Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes | Valor Justo | Custo | Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes | Valor Justo |
| Fundos de Investimento | 495 | - | 495 | 218 | - | 218 |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b) | 14.199 | (790) | 13.409 | 19.843 | (2.531) | 17.312 |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a) | 13.256 | (278) | 12.978 | 12.702 | (906) | 11.796 |
| Títulos Públicos - Outros Países ^(1c) | 9.876 | (31) | 9.845 | 9.942 | (59) | 9.883 |
| Chile | 1.528 | - | 1.528 | 1.409 | (2) | 1.407 |
| Coréia | 2.172 | - | 2.172 | 1.626 | - | 1.626 |
| Dinamarca | 2.548 | - | 2.548 | 2.548 | - | 2.548 |
| Espanha | 753 | - | 753 | 1.060 | - | 1.060 |
| Estados Unidos | 1.789 | 6 | 1.795 | 2.028 | (6) | 2.022 |
| Holanda | 111 | - | 111 | 122 | - | 122 |
| Paraguai | 756 | (33) | 723 | 955 | (43) | 912 |
| Uruguai | 210 | (3) | 207 | 185 | (7) | 178 |
| Outros | 9 | (1) | 8 | 9 | (1) | 8 |
| Títulos de Dívida de Empresas ^(1d) | 49.914 | (962) | 48.952 | 47.380 | (544) | 46.836 |
| Ações Negociáveis | 951 | 282 | 1.233 | 706 | 222 | 928 |
| Cédula de Produtor Rural | 1.286 | (128) | 1.158 | 1.176 | (46) | 1.130 |
| Certificado de Depósito Bancário | 771 | - | 771 | 1.576 | (3) | 1.573 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | 2.235 | (145) | 2.090 | 2.244 | (207) | 2.037 |
| Debêntures | 23.082 | (915) | 22.167 | 23.153 | (318) | 22.835 |
| <i>Euro Bonds</i> e Assemelhados | 13.270 | 12 | 13.282 | 10.180 | (68) | 10.112 |
| Letras Financeiras | 7.146 | (60) | 7.086 | 6.893 | (47) | 6.846 |
| Notas Promissórias | 841 | 2 | 843 | 1.060 | (69) | 991 |
| Outros | 332 | (10) | 322 | 392 | (8) | 384 |
| Total ⁽²⁾ | 87.740 | (2.061) | 85.679 | 90.085 | (4.040) | 86.045 |

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 4.841 (R\$ 1.755 em 31/12/2015), b) R\$ 10.922 (R\$ 14.135 em 31/12/2015), c) R\$ 34 (R\$ 8 em 31/12/2015) e d) R\$ 870 (R\$ 808 em 31/12/2015), totalizando R\$ 16.667 (R\$ 16.706 em 31/12/2015);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

| | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Custo | Valor Justo | Custo | Valor Justo |
| Circulante | 27.578 | 27.642 | 22.754 | 22.923 |
| Sem Vencimento | 1.447 | 1.728 | 923 | 1.145 |
| Até um ano | 26.131 | 25.914 | 21.831 | 21.778 |
| Não Circulante | 60.162 | 58.037 | 67.331 | 63.122 |
| De um a cinco anos | 32.436 | 31.609 | 35.739 | 35.098 |
| De cinco a dez anos | 13.287 | 12.849 | 17.041 | 15.682 |
| Após dez anos | 14.439 | 13.579 | 14.551 | 12.342 |
| Total | 87.740 | 85.679 | 90.085 | 86.045 |

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------------|------------------|
| | Custo Amortizado | Custo Amortizado |
| Títulos de Dívida de Empresas | 17.423 | 15.661 |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b) | 11.647 | 14.788 |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a) | 12.034 | 11.721 |
| Títulos Públicos - Outros Países | - | 15 |
| Total ⁽²⁾ | 41.104 | 42.185 |

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) R\$ 1.707 (R\$ 9.460 em 31/12/2015), b) R\$ 9.343, totalizando R\$ 11.050 (R\$ 9.460 em 31/12/2015).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 1.038 (R\$ 828 de 01/01 a 31/03/2015).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| | Custo Amortizado | Custo Amortizado |
| Circulante | 1.646 | 661 |
| Até um ano | 1.646 | 661 |
| Não Circulante | 39.458 | 41.524 |
| De um a cinco anos | 17.247 | 14.500 |
| De cinco a dez anos | 14.125 | 18.870 |
| Após dez anos | 8.086 | 8.154 |
| Total | 41.104 | 42.185 |

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Pessoas Físicas | 183.914 | 187.220 |
| Cartão de Crédito | 54.867 | 58.542 |
| Crédito Pessoal | 28.631 | 28.396 |
| Crédito Consignado | 46.738 | 45.434 |
| Veículos | 18.175 | 20.058 |
| Crédito Imobiliário | 35.503 | 34.790 |
| Grandes Empresas | 134.494 | 152.527 |
| Micro/Pequenas e Médias Empresas | 62.369 | 66.038 |
| Unidades Externas América Latina | 65.150 | 68.463 |
| Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro | 445.927 | 474.248 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (27.901) | (26.844) |
| Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | 418.026 | 447.404 |

| Por vencimento | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--|-------------------|-------------------|
| Vencidas a partir de 1 dia | 16.325 | 15.596 |
| A vencer até 3 meses | 118.238 | 128.389 |
| A vencer de 3 a 12 meses | 101.893 | 111.083 |
| A vencer acima de um ano | 209.471 | 219.180 |
| Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro | 445.927 | 474.248 |

| Por Concentração | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Principal Devedor | 4.012 | 4.615 |
| 10 Maiores Devedores | 24.160 | 27.173 |
| 20 Maiores Devedores | 36.151 | 40.831 |
| 50 Maiores Devedores | 56.671 | 63.797 |
| 100 Maiores Devedores | 76.054 | 85.167 |

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 799 e R\$ 634 de receita de juros e rendimentos em 31/03/2016 e 31/03/2015 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

| Composição de Saldo por Classe de Ativo | Saldo inicial 31/12/2015 | Baixas | Constituição / (Reversão) | Saldo final 31/03/2016 |
|---|-----------------------------|----------------|------------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 14.717 | (3.207) | 3.286 | 14.796 |
| Cartão de Crédito | 4.141 | (1.204) | 1.046 | 3.983 |
| Crédito Pessoal | 8.330 | (1.520) | 1.445 | 8.255 |
| Crédito Consignado | 1.319 | (265) | 677 | 1.731 |
| Veículos | 874 | (212) | 106 | 768 |
| Crédito Imobiliário | 53 | (6) | 12 | 59 |
| Grandes Empresas | 6.459 | (863) | 1.611 | 7.207 |
| Micros / Pequenas e Médias | 4.809 | (1.040) | 1.293 | 5.062 |
| Unidades Externas América Latina | 859 | (126) | 103 | 836 |
| Total | 26.844 | (5.236) | 6.293 | 27.901 |

| Composição de Saldo por Classe de Ativo | Saldo inicial 31/12/2014 | Baixas | Constituição / (Reversão) | Saldo final 31/12/2015 |
|---|-----------------------------|-----------------|------------------------------|---------------------------|
| Pessoas Físicas | 13.385 | (11.235) | 12.567 | 14.717 |
| Cartão de Crédito | 3.740 | (4.055) | 4.456 | 4.141 |
| Crédito Pessoal | 7.024 | (5.221) | 6.527 | 8.330 |
| Crédito Consignado | 1.107 | (622) | 834 | 1.319 |
| Veículos | 1.469 | (1.294) | 699 | 874 |
| Crédito Imobiliário | 45 | (43) | 51 | 53 |
| Grandes Empresas | 3.114 | (4.321) | 7.666 | 6.459 |
| Micros / Pequenas e Médias | 5.158 | (3.981) | 3.632 | 4.809 |
| Unidades Externas América Latina | 735 | (528) | 652 | 859 |
| Total | 22.392 | (20.065) | 24.517 | 26.844 |

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------|---------------|---------------|
| Setor Público | 5 | 2 |
| Indústria e Comércio | 5.157 | 4.314 |
| Serviços | 6.120 | 6.001 |
| Setor Primário | 979 | 922 |
| Outros Setores | 17 | 18 |
| Pessoa Física | 15.623 | 15.587 |
| Total | 27.901 | 26.844 |

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

| | 31/03/2016 | | | | | | 31/12/2015 | | | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Impaired | | Not Impaired | | Total | | Impaired | | Not Impaired | | Total | |
| | Carteira | PCLD | Carteira | PCLD | Carteira | PCLD | Carteira | PCLD | Carteira | PCLD | Carteira | PCLD |
| I - Operações Avaliadas Individualmente | | | | | | | | | | | | |
| Grandes Empresas ^(*) | 12.679 | 6.409 | 121.815 | 798 | 134.494 | 7.207 | 11.627 | 5.716 | 140.900 | 743 | 152.527 | 6.459 |
| II - Operações Avaliadas Coletivamente | | | | | | | | | | | | |
| Pessoas Físicas | 11.603 | 6.969 | 172.311 | 7.827 | 183.914 | 14.796 | 11.579 | 6.587 | 175.641 | 8.130 | 187.220 | 14.717 |
| Cartão de Crédito | 3.906 | 2.345 | 50.961 | 1.638 | 54.867 | 3.983 | 4.072 | 2.436 | 54.470 | 1.705 | 58.542 | 4.141 |
| Crédito Pessoal | 5.141 | 3.516 | 23.490 | 4.739 | 28.631 | 8.255 | 5.049 | 3.442 | 23.347 | 4.888 | 28.396 | 8.330 |
| Crédito Consignado | 1.352 | 665 | 45.386 | 1.066 | 46.738 | 1.731 | 1.242 | 227 | 44.192 | 1.092 | 45.434 | 1.319 |
| Veículos | 789 | 415 | 17.386 | 353 | 18.175 | 768 | 880 | 459 | 19.178 | 415 | 20.058 | 874 |
| Crédito Imobiliário | 415 | 28 | 35.088 | 31 | 35.503 | 59 | 336 | 23 | 34.454 | 30 | 34.790 | 53 |
| Micro / Pequenas e Médias Empresas | 3.649 | 2.590 | 58.720 | 2.472 | 62.369 | 5.062 | 3.276 | 2.357 | 62.762 | 2.452 | 66.038 | 4.809 |
| Unidades Externas América Latina | 679 | 288 | 64.471 | 548 | 65.150 | 836 | 675 | 313 | 67.788 | 546 | 68.463 | 859 |
| Total | 28.610 | 16.256 | 417.317 | 11.645 | 445.927 | 27.901 | 27.157 | 14.973 | 447.091 | 11.871 | 474.248 | 26.844 |

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

| | 31/03/2016 | | |
|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Pagamentos Mínimos Futuros | Rendas a Apropriar | Valor Presente |
| Circulante | 2.748 | (745) | 2.003 |
| Até 1 ano | 2.748 | (745) | 2.003 |
| Não Circulante | 3.116 | (979) | 2.137 |
| Entre 1 e 5 anos | 2.897 | (945) | 1.952 |
| Acima de 5 anos | 219 | (34) | 185 |
| Total | 5.864 | (1.724) | 4.140 |

| | 31/12/2015 | | |
|-----------------------|-------------------------------|-----------------------|-------------------|
| | Pagamentos Mínimos Futuros | Rendas a Apropriar | Valor Presente |
| Circulante | 3.075 | (794) | 2.281 |
| Até 1 ano | 3.075 | (794) | 2.281 |
| Não Circulante | 3.402 | (1.050) | 2.352 |
| Entre 1 e 5 anos | 3.172 | (1.014) | 2.158 |
| Acima de 5 anos | 230 | (36) | 194 |
| Total | 6.477 | (1.844) | 4.633 |

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 149 (R\$ 176 em 31/12/2015).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/03/2016 e 31/12/2015:

| Natureza da Operação | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Ativo | | Passivo (*) | | Ativo | | Passivo (*) | |
| | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo | Contábil | Valor Justo |
| Pessoa Jurídica - Capital de Giro | 2.835 | 2.835 | 2.835 | 2.835 | 2.849 | 2.849 | 2.849 | 2.849 |
| Pessoa Física - Crédito Imobiliário | 2.677 | 2.656 | 2.675 | 2.645 | 2.806 | 2.763 | 2.805 | 2.752 |
| Total | 5.512 | 5.491 | 5.510 | 5.480 | 5.655 | 5.612 | 5.654 | 5.601 |

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

| | % de participação em 31/03/2016 | | 31/03/2016 | | | | | |
|--|---------------------------------|---------|--------------------|----------------------|---------------|--------------|----------------------------|---------------------------------|
| | Total | Votante | Patrimônio Líquido | Resultado Abrangente | Lucro Líquido | Investimento | Resultado de Participações | Valor de Mercado ^(g) |
| Associadas | | | | | | | | |
| Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)} | 42,93 | 42,93 | 4.090 | 17 | 142 | 2.529 | 57 | 2.677 |
| BSF Holding S.A. ^(c) | 49,00 | 49,00 | 1.528 | - | 94 | 1.331 | 46 | - |
| IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)} | 15,01 | 15,01 | 2.875 | (35) | 182 | 424 | 27 | - |
| Outros ^(e) | - | - | - | - | - | 109 | 5 | - |
| Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f) | - | - | - | - | - | 183 | (9) | - |
| Total | - | - | - | - | - | 4.576 | 126 | - |

| | % de participação em 31/12/2015 | | 31/12/2015 | | | | | 31/03/2015 | |
|--|---------------------------------|---------|--------------------|----------------------|---------------|--------------|----------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| | Total | Votante | Patrimônio Líquido | Resultado Abrangente | Lucro Líquido | Investimento | Resultado de Participações | Valor de Mercado ^(g) | Resultado de Participações |
| Associadas | | | | | | | | | |
| Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)} | 42,93 | 42,93 | 3.931 | (26) | 708 | 2.464 | 289 | 2.830 | 59 |
| BSF Holding S.A. ^(c) | 49,00 | 49,00 | 1.561 | - | 447 | 1.348 | 219 | - | 56 |
| IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)} | 15,01 | 15,01 | 3.213 | 12 | 674 | 475 | 102 | - | 5 |
| Outros ^(e) | - | - | - | - | - | 106 | 12 | - | 12 |
| Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f) | - | - | - | - | - | 6 | (2) | - | (1) |
| Total | - | - | - | - | - | 4.399 | 620 | - | 131 |

^(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/03/2016 a posição de 29/02/2016 e em 31/12/2015 a posição de 30/11/2015, conforme o IAS 27.

^(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 773 em 31/03/2016 e R\$ 776 em 31/12/2015, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

^(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/03/2016 que corresponde ao ágio.

^(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

^(e) Em 31/03/2016, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,46% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante).

^(f) Em 31/03/2016, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante) adquirida em 29/01/2016 e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

^(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 31/03/2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 73 (R\$ 73 em 31/12/2015); BSF Holding S.A. no montante de R\$ 62 (R\$ 58 em 31/12/2015) e em 31/12/2015, Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 240.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2015 |
|----------------------------------|------------|------------|------------|
| Total de Ativos ^(*) | 20.324 | 20.183 | 18.241 |
| Total de Passivos ^(*) | 11.831 | 11.477 | 10.487 |
| Total de Receitas ^(*) | 4.183 | 22.083 | 3.419 |
| Total de Despesas ^(*) | (3.765) | (20.255) | (3.126) |

() Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.706 (R\$ 14.690 em 31/12/2015) referente a Ativos, de R\$ 11.830 (R\$ 11.477 em 31/12/2015) referente a Passivos, de R\$ 3.947 (R\$ 20.928 em 31/12/2015) referente a Receitas e de R\$ (3.765) (R\$ (20.254) em 31/12/2015) referente a Despesas.*

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 361 (R\$ 517 em 31/12/2015).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------|------------|
| Circulante | 351 | 491 |
| Até 1 ano | 351 | 491 |
| Não Circulante | 10 | 26 |
| De 1 a 5 anos | 10 | 26 |
| Total de Pagamento Mínimos Futuros | 361 | 517 |
| (-) Juros futuro | - | - |
| Valor Presente | 361 | 517 |

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 293 de 01/01 a 31/03/2016 (R\$ 283 de 01/01 a 31/03/2015).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|--------------|--------------|
| Circulante | 1.363 | 1.267 |
| Até 1 ano | 1.363 | 1.267 |
| Não Circulante | 5.424 | 5.028 |
| De 1 a 5 anos | 4.520 | 4.043 |
| Mais de 5 anos | 904 | 985 |
| Total de Pagamento Mínimos Futuros | 6.787 | 6.295 |

Nota 15 - Imobilizado

| Imobilizado de Uso ⁽¹⁾ | Imóveis de Uso ⁽²⁾ | | | Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾ | | | | Total | |
|-------------------------------------|-------------------------------|--------------|----------------|---|--------------------|------------------------------|--|--------------|--|
| | Imobilizações em Curso | Terrenos | Edificações | Benfeitorias | Instalações de Uso | Móveis e Equipamentos de Uso | Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾ | | Outros (Comunicação, Segurança e Transporte) |
| Taxas Anuais de Depreciação | | | 4% | 10% | 10 a 20% | 10 a 20% | 20 a 50% | 10 a 20% | |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | 792 | 1.008 | 3.026 | 1.673 | 1.801 | 975 | 8.217 | 858 | 18.350 |
| Aquisições | 39 | - | - | 2 | 5 | 8 | 54 | 38 | 146 |
| Baixas | - | - | - | (16) | - | (2) | (70) | (1) | (89) |
| Variação Cambial | - | (1) | (13) | (29) | (1) | (28) | (34) | (2) | (108) |
| Transferências | (139) | - | 1 | 24 | 6 | - | 108 | - | - |
| Outros | 4 | - | - | - | 3 | - | (67) | - | (60) |
| Saldo em 31/03/2016 | 696 | 1.007 | 3.014 | 1.654 | 1.814 | 953 | 8.208 | 893 | 18.239 |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | - | - | (1.764) | (930) | (841) | (579) | (5.138) | (557) | (9.809) |
| Despesa de Depreciação | - | - | (19) | (67) | (34) | (24) | (261) | (22) | (427) |
| Baixas | - | - | - | 16 | - | - | 63 | - | 79 |
| Variação Cambial | - | - | 4 | 18 | 2 | 26 | 20 | 2 | 72 |
| Outros | - | - | - | (1) | (3) | - | 31 | - | 27 |
| Saldo em 31/03/2016 | - | - | (1.779) | (964) | (876) | (577) | (5.285) | (577) | (10.058) |
| Redução ao Valor recuperável | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adições/reconhecimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversões | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/03/2016 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valor Contábil | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/03/2016 | 696 | 1.007 | 1.235 | 690 | 938 | 376 | 2.923 | 316 | 8.181 |

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

| Imobilizado de Uso ⁽¹⁾ | Imobilizações em Curso | Imóveis de Uso ⁽²⁾ | | Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾⁽³⁾ | | | | | Total |
|-------------------------------------|------------------------|-------------------------------|----------------|---|--------------------|------------------------------|---|--|----------------|
| | | Terrenos | Edificações | Benfeitorias | Instalações de Uso | Móveis e Equipamentos de Uso | Sistema Processamento de Dados ⁽³⁾ | Outros (Comunicação, Segurança e Transporte) | |
| Taxas Anuais de Depreciação | | | 4% | 10% | 10 a 20% | 10 a 20% | 20 a 50% | 10 a 20% | |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | 2.277 | 1.011 | 2.220 | 1.468 | 1.116 | 916 | 7.419 | 773 | 17.200 |
| Aquisições | 198 | - | 6 | 139 | 75 | 141 | 824 | 83 | 1.466 |
| Baixas | - | (6) | (13) | (112) | 182 | (68) | (533) | (5) | (555) |
| Variação Cambial | - | 3 | 35 | 81 | 6 | 8 | 6 | 6 | 145 |
| Transferências | (1.681) | - | 777 | 63 | 422 | - | 419 | - | - |
| Outros | (2) | - | 1 | 34 | - | (22) | 82 | 1 | 94 |
| Saldo em 31/12/2015 | 792 | 1.008 | 3.026 | 1.673 | 1.801 | 975 | 8.217 | 858 | 18.350 |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | - | - | (1.695) | (754) | (519) | (504) | (4.538) | (479) | (8.489) |
| Despesa de Depreciação | - | - | (74) | (257) | (129) | (93) | (1.057) | (78) | (1.688) |
| Baixas | - | - | 9 | 109 | (183) | 13 | 489 | 3 | 440 |
| Variação Cambial | - | - | (6) | (27) | (2) | 1 | (7) | (3) | (44) |
| Outros | - | - | 2 | (1) | (8) | 4 | (25) | - | (28) |
| Saldo em 31/12/2015 | - | - | (1.764) | (930) | (841) | (579) | (5.138) | (557) | (9.809) |
| Redução ao Valor recuperável | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adições/reconhecimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reversões | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2015 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Valor Contábil | | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | 792 | 1.008 | 1.262 | 743 | 960 | 396 | 3.079 | 301 | 8.541 |

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 59 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

| Intangíveis ⁽¹⁾ | Direitos Aquisição de Folha de Pagamento | Outros Ativos Intangíveis | | | | Total |
|--|--|--|----------------------------------|--|---------------------------|----------------|
| | | Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros | Gastos com Aquisição de Software | Gastos com Desenvolvimento de Software | Outros Ativos Intangíveis | |
| Taxas de Amortização a.a. | 20% | 8% | 20% | 20% | 10 a 20% | |
| Custo | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | 1.005 | 1.409 | 2.362 | 3.311 | 960 | 9.047 |
| Aquisições | 85 | - | 47 | 70 | 1 | 203 |
| Distratos/ Baixas | (46) | (7) | (3) | - | - | (56) |
| Variação Cambial | - | (4) | (43) | - | (58) | (105) |
| Outros | (3) | (25) | 38 | - | 8 | 18 |
| Saldo em 31/03/2016 | 1.041 | 1.373 | 2.401 | 3.381 | 911 | 9.107 |
| Amortização ⁽²⁾ | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | (600) | (330) | (1.190) | (252) | (342) | (2.714) |
| Despesa de Amortização | (53) | (30) | (87) | (57) | (74) | (301) |
| Distratos/ Baixas | 46 | 7 | - | - | - | 53 |
| Variação Cambial | - | 3 | 24 | - | 45 | 72 |
| Outros | - | - | (1) | - | 60 | 59 |
| Saldo em 31/03/2016 | (607) | (350) | (1.254) | (309) | (311) | (2.831) |
| Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾ | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | (18) | (2) | - | (18) | - | (38) |
| Adições/reconhecimentos | - | - | - | - | - | - |
| Baixas | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/03/2016 | (18) | (2) | - | (18) | - | (38) |
| Valor Contábil | | | | | | |
| Saldo em 31/03/2016 | 416 | 1.021 | 1.147 | 3.054 | 600 | 6.238 |

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 203 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

| Intangíveis ⁽¹⁾ | Outros Ativos Intangíveis | | | | | Total |
|--|--|--|----------------------------------|--|---------------------------|----------------|
| | Direitos Aquisição de Folha de Pagamento | Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros | Gastos com Aquisição de Software | Gastos com Desenvolvimento de Software | Outros Ativos intangíveis | |
| Taxas de Amortização a.a. | 20% | 8% | 20% | 20% | 10 a 20% | |
| Custo | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | 1.067 | 1.582 | 1.965 | 2.836 | 791 | 8.241 |
| Aquisições | 109 | 39 | 410 | 489 | 15 | 1.062 |
| Baixas | (169) | (195) | (134) | (14) | (4) | (516) |
| Variação Cambial | - | - | 109 | - | 185 | 294 |
| Outros | (2) | (17) | 12 | - | (27) | (34) |
| Saldo em 31/12/2015 | 1.005 | 1.409 | 2.362 | 3.311 | 960 | 9.047 |
| Amortização ⁽²⁾ | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | (556) | (337) | (918) | (113) | (149) | (2.073) |
| Despesa de Amortização | (213) | (144) | (358) | (138) | (287) | (1.140) |
| Baixas | 169 | 144 | 134 | - | - | 447 |
| Variação Cambial | - | - | (51) | - | (150) | (201) |
| Outros | - | 7 | 3 | (1) | 244 | 253 |
| Saldo em 31/12/2015 | (600) | (330) | (1.190) | (252) | (342) | (2.714) |
| Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾ | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2014 | (18) | (2) | - | (14) | - | (34) |
| Adições/reconhecimentos | - | - | - | (4) | - | (4) |
| Reversões | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2015 | (18) | (2) | - | (18) | - | (38) |
| Valor Contábil | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2015 | 387 | 1.077 | 1.172 | 3.041 | 618 | 6.295 |

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Depósitos Remunerados | 153.964 | 53.797 | 207.761 | 171.527 | 59.991 | 231.518 |
| Depósitos a Prazo | 38.152 | 53.764 | 91.916 | 45.994 | 59.256 | 105.250 |
| Depósitos Interfinanceiros | 8.519 | 33 | 8.552 | 14.214 | 735 | 14.949 |
| Depósito de Poupança | 107.293 | - | 107.293 | 111.319 | - | 111.319 |
| Depósitos não Remunerados | 58.557 | - | 58.557 | 61.092 | - | 61.092 |
| Depósitos à Vista | 58.557 | - | 58.557 | 61.092 | - | 61.092 |
| Total | 212.521 | 53.797 | 266.318 | 232.619 | 59.991 | 292.610 |

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------|------------|------------|
| Notas Estruturadas | | |
| Ações | 49 | 57 |
| Títulos de Dívida | 346 | 355 |
| Total | 395 | 412 |

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2016 e 31/12/2015.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| | Custo / Valor Justo | Custo / Valor Justo |
| Circulante - Até um ano | 117 | 34 |
| Não Circulante | 278 | 378 |
| De um a cinco anos | 250 | 364 |
| De cinco a dez anos | 15 | 5 |
| Após dez anos | 13 | 9 |
| Total | 395 | 412 |

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Mercado Aberto | 158.870 | 147.070 | 305.940 | 181.198 | 155.445 | 336.643 |
| Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*) | 61.698 | 147.070 | 208.768 | 64.955 | 155.445 | 220.400 |
| Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros | 97.172 | - | 97.172 | 116.243 | - | 116.243 |
| Interbancário | 69.797 | 78.354 | 148.151 | 80.547 | 76.339 | 156.886 |
| Letras Hipotecárias | 33 | 91 | 124 | 31 | 108 | 139 |
| Letras de Crédito Imobiliário | 9.496 | 4.903 | 14.399 | 12.441 | 2.011 | 14.452 |
| Letras de Crédito do Agronegócio | 6.949 | 7.010 | 13.959 | 6.695 | 7.080 | 13.775 |
| Letras Financeiras | 3.639 | 15.551 | 19.190 | 3.860 | 14.636 | 18.496 |
| Financiamento à Importação e à Exportação | 40.389 | 19.244 | 59.633 | 45.633 | 19.933 | 65.566 |
| Repasse no País | 9.281 | 26.055 | 35.336 | 11.884 | 26.920 | 38.804 |
| Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d) | 10 | 5.500 | 5.510 | 3 | 5.651 | 5.654 |

(*) Inclui R\$ 148.139 (R\$ 152.215 em 31/12/2015) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

| | No País | No Exterior |
|---|---------------------|---------------|
| Mercado Aberto ^(*) | 49% do CDI a 17,36% | 0,48% a 3,48% |
| Letras Hipotecárias | - | 3% a 7,5% |
| Letras de Crédito Imobiliário | 81% a 100% do CDI | - |
| Letras Financeiras | IGPM a 113% | - |
| Letras de Crédito do Agronegócio | 70% a 98% do CDI | - |
| Financiamento à Importação e à Exportação | 2,5% a 6,0% | 0,4% a 18% |
| Repasse no País | 2,5% a 14,5% | - |
| Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito | 6,38% a 13,17% | 0,4% a 18% |

(*) A Nota 2f apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Dívida Subordinada ⁽¹⁾ | 8.211 | 49.708 | 57.919 | 10.209 | 55.576 | 65.785 |
| Obrigações por TVM no Exterior | 2.541 | 19.332 | 21.873 | 4.757 | 19.431 | 24.188 |
| Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾ | 909 | 3.340 | 4.249 | 893 | 3.052 | 3.945 |
| Total | 11.661 | 72.380 | 84.041 | 15.859 | 78.059 | 93.918 |

(1) Em 31/03/2016, R\$ 57.136 (R\$ 64.861 em 31/12/2015) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/03/2016, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.838.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

| | No País | No Exterior |
|---|--------------------------|----------------|
| Dívida Subordinada | CDI + 0,7% a IGPM + 7,6% | 5,1% a 6,2% |
| Obrigações por TVM no Exterior | 0,89% a 12,73% | 0,64% a 30,79% |
| Captação por Certificados de Operações Estruturadas | IPA + 2,72% a 16,54% | - |

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Financeiros ⁽¹⁾ | 41.710 | 12.325 | 54.035 | 41.546 | 11.960 | 53.506 |
| Operações com Emissores de Cartões de Crédito | 22.498 | - | 22.498 | 25.191 | - | 25.191 |
| Operações de Seguros e Resseguros | 1.300 | 16 | 1.316 | 1.367 | - | 1.367 |
| Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32) | 2.077 | 10.802 | 12.879 | 2.131 | 10.502 | 12.633 |
| Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos | 116 | - | 116 | 409 | - | 409 |
| Negociação e Intermediação de Valores | 11.390 | - | 11.390 | 7.725 | - | 7.725 |
| Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c) | 301 | 805 | 1.106 | 335 | 758 | 1.093 |
| Serviços Prestados a Receber | 2.478 | 144 | 2.622 | 2.333 | 149 | 2.482 |
| Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾ | - | 558 | 558 | - | 551 | 551 |
| Carteira de Câmbio | - | - | - | 444 | - | 444 |
| Operações sem Características de Concessão de Crédito | 1.550 | - | 1.550 | 1.611 | - | 1.611 |
| Não Financeiros | 7.714 | 3.948 | 11.662 | 7.005 | 4.606 | 11.611 |
| Despesas Antecipadas | 2.322 | 822 | 3.144 | 2.196 | 1.012 | 3.208 |
| Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d) | - | 2.209 | 2.209 | - | 2.183 | 2.183 |
| Diversos no País | 1.273 | - | 1.273 | 602 | - | 602 |
| Prêmio de Operações de Crédito | 806 | 636 | 1.442 | 814 | 850 | 1.664 |
| Diversos no Exterior | 1.918 | 272 | 2.190 | 1.542 | 550 | 2.092 |
| Outros | 1.395 | 9 | 1.404 | 1.851 | 11 | 1.862 |

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|--|---------------|----------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Financeiros | 66.673 | 155 | 66.828 | 68.478 | 237 | 68.715 |
| Operações com Cartões de Crédito | 50.284 | - | 50.284 | 56.143 | - | 56.143 |
| Carteira de Câmbio | 445 | - | 445 | - | - | - |
| Negociação e Intermediação de Valores | 14.443 | 145 | 14.588 | 10.920 | 177 | 11.097 |
| Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a) | 351 | 10 | 361 | 491 | 26 | 517 |
| Recursos de Consorciados | 50 | - | 50 | 45 | - | 45 |
| Outros | 1.100 | - | 1.100 | 879 | 34 | 913 |
| Não Financeiros | 26.320 | 1.002 | 27.322 | 24.975 | 812 | 25.787 |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 4.227 | - | 4.227 | 239 | - | 239 |
| Diversos no País | 1.515 | 97 | 1.612 | 1.681 | 75 | 1.756 |
| Recursos em Trânsito | 11.771 | 164 | 11.935 | 10.893 | - | 10.893 |
| Provisão para Pagamentos Diversos | 1.651 | 188 | 1.839 | 1.944 | 199 | 2.143 |
| Sociais e Estatutárias | 1.974 | 15 | 1.989 | 5.110 | - | 5.110 |
| Relativas a Operações de Seguros | 207 | - | 207 | 253 | - | 253 |
| Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento | 812 | - | 812 | 808 | - | 808 |
| Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e) | - | 496 | 496 | - | 491 | 491 |
| Provisão de Pessoal | 1.371 | 42 | 1.413 | 1.336 | 47 | 1.383 |
| Provisão para Seguro Saúde | 722 | - | 722 | 716 | - | 716 |
| Rendas Antecipadas | 1.801 | - | 1.801 | 1.909 | - | 1.909 |
| Outros | 269 | - | 269 | 86 | - | 86 |

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 29/04/2015 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 10.148, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 17/07/2015 e o processo foi homologado pelo BACEN em 25/06/2015. Em consequência, o capital social foi elevado em 553.083.268 ações.

O capital social está representado por 6.083.915.949 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.047.040.198 ações ordinárias e 3.036.875.751 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 85.148 (R\$ 85.148 em 31/12/2015), sendo R\$ 57.926 (R\$ 58.283 em 31/12/2015) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 27.222 (R\$ 26.864 em 31/12/2015) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

| | 31/03/2016 | | | Valor |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| | Quantidade | | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | |
| Residentes no País em 31/12/2015 | 3.033.657.386 | 1.130.776.196 | 4.164.433.582 | |
| Residentes no Exterior em 31/12/2015 | 13.382.812 | 1.906.099.555 | 1.919.482.367 | |
| Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015 | 3.047.040.198 | 3.036.875.751 | 6.083.915.949 | |
| Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2016 | 3.047.040.198 | 3.036.875.751 | 6.083.915.949 | |
| Residentes no País em 31/03/2016 | 3.034.407.452 | 1.104.453.027 | 4.138.860.479 | |
| Residentes no Exterior em 31/03/2016 | 12.632.746 | 1.932.422.724 | 1.945.055.470 | |
| Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾ | 2.795 | 162.562.650 | 162.565.445 | (4.353) |
| Aquisições de Ações | - | 7.990.000 | 7.990.000 | (200) |
| Exercidas - Outorga de Opções de Ações | - | (7.840.393) | (7.840.393) | 12 |
| Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações | - | (7.483.548) | (7.483.548) | 397 |
| Ações em Tesouraria em 31/03/2016 ⁽¹⁾ | 2.795 | 155.228.709 | 155.231.504 | (4.144) |
| Em Circulação em 31/03/2016 | 3.047.037.403 | 2.881.647.042 | 5.928.684.445 | |
| Em Circulação em 31/12/2015 | 3.047.037.403 | 2.874.313.101 | 5.921.350.504 | |
| | 31/12/2015 | | | Valor |
| | Quantidade | | | |
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | |
| Residentes no País em 31/12/2014 | 2.758.685.730 | 1.043.799.342 | 3.802.485.072 | |
| Residentes no Exterior em 31/12/2014 | 11.350.814 | 1.716.996.795 | 1.728.347.609 | |
| Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014 | 2.770.036.544 | 2.760.796.137 | 5.530.832.681 | |
| Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 - Efetivada em 25/06/2015 | 277.003.654 | 276.079.614 | 553.083.268 | |
| Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015 | 3.047.040.198 | 3.036.875.751 | 6.083.915.949 | |
| Residentes no País em 31/12/2015 | 3.033.657.386 | 1.130.776.196 | 4.164.433.582 | |
| Residentes no Exterior em 31/12/2015 | 13.382.812 | 1.906.099.555 | 1.919.482.367 | |
| Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾ | 2.541 | 53.828.551 | 53.831.092 | (1.328) |
| Aquisições de Ações | - | 111.524.800 | 111.524.800 | (3.324) |
| Exercidas - Outorga de Opções de Ações | - | (5.873.741) | (5.873.741) | 4 |
| Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações | - | (5.342.874) | (5.342.874) | 295 |
| Bonificação de Ações - AGE de 29/04/2015 | 254 | 8.425.914 | 8.426.168 | - |
| Ações em Tesouraria em 31/12/2015 ⁽¹⁾ | 2.795 | 162.562.650 | 162.565.445 | (4.353) |
| Em Circulação em 31/12/2015 | 3.047.037.403 | 2.874.313.101 | 5.921.350.504 | |
| Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾ | 3.047.037.403 | 2.977.664.345 | 6.024.701.748 | |

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 25/06/2015.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

| Custo / Valor de Mercado | 01/01 a 31/03/2016 | |
|---------------------------------|---------------------------|----------------------|
| | Ordinárias | Preferenciais |
| Mínimo | - | 23,79 |
| Médio ponderado | - | 25,06 |
| Máximo | - | 25,98 |
| Ações em Tesouraria | | |
| Custo Médio | 7,25 | 26,70 |
| Valor de Mercado em 31/03/2016 | 26,71 | 31,21 |

| Custo / Valor de Mercado | 01/01 a 31/12/2015 | |
|---------------------------------|---------------------------|----------------------|
| | Ordinárias | Preferenciais |
| Mínimo | - | 24,96 |
| Médio ponderado | - | 28,80 |
| Máximo | - | 31,86 |
| Ações em Tesouraria | | |
| Custo Médio | 7,25 | 26,78 |
| Valor de Mercado em 31/12/2015 | 24,58 | 26,33 |

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

| | 31/03/2016 | 31/03/2015 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro Líquido Individual Estatutário | 4.263 | 5.555 |
| Ajustes: | | |
| (-) Reserva Legal | (213) | (278) |
| Base de Cálculo do Dividendo | 4.050 | 5.277 |
| Dividendos Mínimo Obrigatório - 25% | 1.012 | 1.319 |
| Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados | 1.012 | 1.319 |

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

| | 31/03/2016 | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| | Bruto | IRF | Líquido |
| Pagos/Antecipados | 178 | - | 178 |
| Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2016 | 178 | - | 178 |
| Declarados até 31/03/2016 (Registrados em Outros Passivos) | 966 | (132) | 834 |
| Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2016 | 89 | - | 89 |
| Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1480 por ação | 877 | (132) | 745 |
| Total de 01/01 a 31/03/2016- R\$ 0,1708 líquido por ação | 1.144 | (132) | 1.012 |
| | 31/03/2015 | | |
| | Bruto | IRF | Líquido |
| Pagos/Antecipados | 165 | - | 165 |
| Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2015 | 165 | - | 165 |
| Declarados até 31/03/2015 (Registrados em Outros Passivos) | 1.344 | (190) | 1.154 |
| Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2015 | 82 | - | 82 |
| Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2308 por ação | 1.262 | (190) | 1.072 |
| Total de 01/01 a 31/03/2015- R\$ 0,2412 líquido por ação | 1.509 | (190) | 1.319 |

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------|---------------|
| Reservas de Capital ⁽¹⁾ | 285 | 285 |
| Ágio na Subscrição de Ações | 284 | 284 |
| Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras | 1 | 1 |
| Reservas de Lucros | 10.047 | 9.782 |
| Legal ⁽²⁾ | 7.108 | 6.895 |
| Estatutárias | 12.373 | 9.461 |
| Equalização de Dividendos ⁽³⁾ | 4.813 | 3.355 |
| Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾ | 2.237 | 1.655 |
| Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾ | 5.323 | 4.451 |
| Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III) | (9.434) | (9.277) |
| Especiais de Lucros ⁽⁶⁾ | - | 2.703 |
| Total das Reservas na Controladora | 10.332 | 10.067 |

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de Dezembro de cada período.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/03/2016, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (163) (R\$ (292) de 01/01 a 31/03/2015).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significante.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

| Opções Simples | | | |
|--|-------------------|---|---|
| | Quantidade | Preço de Exercício Médio Ponderado | Valor de Mercado Médio Ponderado |
| Saldo em 31/12/2015 | 45.948.317 | 35,08 | |
| Opções exercíveis no final do período | 32.407.235 | 36,74 | |
| Opções em aberto não exercíveis | 13.541.082 | 31,12 | |
| Opções: | | | |
| Outorgadas | - | - | |
| Canceladas/Perda de Direito (*) | (31.201) | 25,67 | |
| Exercidas | (458.924) | 26,25 | 31,88 |
| Saldo em 31/03/2016 | 45.458.192 | 36,22 | |
| Opções exercíveis no final do período | 32.185.041 | 37,88 | |
| Opções em aberto não exercíveis | 13.273.151 | 32,18 | |
| Faixa de preços de exercício | | | |
| Outorga 2009-2010 | | 23,88 - 44,05 | |
| Outorga 2011-2012 | | 23,88 - 43,03 | |
| Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos) | 2,37 | | |

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

| Opções Simples | | | |
|--|-------------------|---|---|
| | Quantidade | Preço de Exercício Médio Ponderado | Valor de Mercado Médio Ponderado |
| Saldo em 31/12/2014 | 55.162.112 | 32,43 | |
| Opções exercíveis no final do período | 28.872.290 | 32,15 | |
| Opções em aberto não exercíveis | 26.289.822 | 32,73 | |
| Opções: | | | |
| Outorgadas | - | - | |
| Canceladas/Perda de Direito (*) | (400.464) | 33,26 | |
| Exercidas | (55.092) | 24,14 | 33,39 |
| Saldo em 31/03/2015 | 54.706.556 | 33,04 | |
| Opções exercíveis no final do período | 28.854.093 | 32,66 | |
| Opções em aberto não exercíveis | 25.852.462 | 33,45 | |
| Faixa de preços de exercício | | | |
| Outorga 2008-2009 | | 24,19 - 37,00 | |
| Outorga 2010-2012 | | 23,88 - 39,30 | |
| Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos) | 2,58 | | |

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 21,40 por ação em 31/03/2016 (R\$ 33,29 por ação em 31/03/2015).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

| | Quantidade |
|--|-------------------|
| Saldo em 31/12/2015 | 30.605.777 |
| Novas Outorgas | 11.287.445 |
| Cancelados | (54.360) |
| Exercidos | (7.381.469) |
| Saldo em 31/03/2016 | 34.457.393 |
| Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos) | 2,69 |

| | Quantidade |
|--|-------------------|
| Saldo em 31/12/2014 | 26.734.428 |
| Novas Outorgas | 10.402.580 |
| Cancelados | (277.096) |
| Exercidos | (2.251.281) |
| Saldo em 31/03/2015 | 34.608.631 |
| Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos) | 2,55 |

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 24,16 por ação em 31/03/2016 (R\$ 31,24 por ação em 31/03/2015).

| Movimentação da Remuneração Variável em Ações | |
|--|-------------|
| | Quantidade |
| Saldo em 31/12/2015 | 20.295.976 |
| Novos | 10.773.155 |
| Entregues | (9.672.000) |
| Cancelados | (85.777) |
| Saldo em 31/03/2016 | 21.311.354 |

| Movimentação da Remuneração Variável em Ações | |
|--|-------------|
| | Quantidade |
| Saldo em 31/12/2014 | 16.366.009 |
| Novos | 10.818.441 |
| Entregues | (7.511.651) |
| Cancelados | (539.061) |
| Saldo em 31/03/2015 | 19.133.738 |

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Depósitos Compulsórios no Banco Central | 1.583 | 1.304 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 315 | 334 |
| Aplicações em Mercado Aberto | 8.184 | 5.876 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 5.813 | 4.297 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 3.013 | 2.189 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 1.038 | 828 |
| Operações de Crédito | 18.547 | 19.941 |
| Outros Ativos Financeiros | 214 | 198 |
| Total | 38.707 | 34.967 |

b) Despesas de Juros e Rendimentos

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Depósitos | (3.705) | (1.907) |
| Despesas de Captação no Mercado Aberto | (11.901) | (7.192) |
| Recursos de Mercados Interbancários | (563) | (1.996) |
| Recursos de Mercados Institucionais | (1.837) | (1.889) |
| Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência | (4.653) | (2.793) |
| Outros | (27) | (16) |
| Total | (22.686) | (15.793) |

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 2.374 | (119) |
| Derivativos (*) | 1.244 | 2.367 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | 41 | 10 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | (556) | (636) |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | (91) | 43 |
| Total | 3.012 | 1.665 |

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante os períodos findos em 31/03/2016 e 31/03/2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/03/2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu uma reversão de R\$ 314 de perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, registrado na demonstração do resultado na linha "Ganho (Perda) Líquido com investimentos em Títulos e Derivativos".

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Serviços de Contas Correntes | 2.238 | 2.155 |
| Taxas de Administração | 767 | 661 |
| Comissões de Cobrança | 309 | 297 |
| Comissões de Cartões de Crédito | 3.226 | 3.068 |
| Operações de Crédito e Garantias Prestadas | 402 | 408 |
| Comissão de Corretagem | 47 | 58 |
| Outros | 451 | 463 |
| Total | 7.440 | 7.110 |

Nota 25 - Outras Receitas

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | 24 | 4 |
| Recuperação de Despesas | 64 | 37 |
| Reversão de Provisões | 47 | 170 |
| Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32f) | 11 | 98 |
| Outros | 106 | 31 |
| Total | 252 | 340 |

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Despesas de Pessoal | (4.911) | (4.667) |
| Remuneração | (1.902) | (1.952) |
| Encargos | (610) | (671) |
| Benefícios Sociais | (659) | (591) |
| Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29) | 12 | 13 |
| Benefício Definido | (16) | (3) |
| Contribuição Definida | 28 | 16 |
| Plano de Opções de Ações (Nota 22d) | (107) | (69) |
| Treinamento | (36) | (34) |
| Participações de Empregados nos Lucros | (811) | (818) |
| Desligamentos | (99) | (65) |
| Provisões Trabalhistas (Nota 32) | (699) | (480) |
| Despesas Administrativas | (3.533) | (3.417) |
| Processamento de Dados e Telecomunicações | (933) | (923) |
| Serviços de Terceiros | (931) | (883) |
| Instalações | (247) | (227) |
| Propaganda, Promoções e Publicidade | (208) | (218) |
| Despesas de Aluguéis | (341) | (323) |
| Transportes | (99) | (101) |
| Materiais | (63) | (87) |
| Despesas com Serviços Financeiros | (173) | (144) |
| Segurança | (177) | (165) |
| Concessionárias de Serviços Públicos | (120) | (93) |
| Despesas de Viagem | (40) | (48) |
| Outros | (201) | (205) |
| Depreciação | (427) | (399) |
| Amortização | (243) | (211) |
| Despesas de Comercialização de Seguros | (210) | (281) |
| Outras Despesas | (2.063) | (2.025) |
| Despesas relacionadas a Cartões de Crédito | (805) | (826) |
| Perdas com fraudes com Terceiros | (107) | (101) |
| Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | (29) | (26) |
| Provisões Cíveis (Nota 32) | (345) | (518) |
| Provisões Fiscais e Previdenciárias | (215) | (144) |
| Ressarcimento de custos interbancários | (64) | (60) |
| Outros | (498) | (350) |
| Total | (11.387) | (11.000) |

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

| Devidos sobre Operações do Período | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social | 10.675 | 2.873 |
| Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n) | (4.804) | (1.149) |
| Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de: | | |
| Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido | 56 | 52 |
| Variação Cambial de Investimentos no Exterior | (1.917) | 3.187 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 891 | 510 |
| Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III) | 157 | 160 |
| Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa | 61 | 54 |
| Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*) | 4.623 | (7.021) |
| Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social | (933) | (4.207) |
| Referentes a Diferenças Temporárias | | |
| Constituição (Reversão) do Período | (4.042) | 7.104 |
| Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores | (2) | 13 |
| (Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos | (4.044) | 7.117 |
| Total de Imposto de Renda e Contribuição Social | (4.977) | 2.910 |

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

| | 31/12/2015 | Realização / Reversão | Constituição | 31/03/2016 |
|--|---------------|--------------------------|--------------|---------------|
| Refletido no Resultado | 48.911 | (8.811) | 6.873 | 46.973 |
| Créditos de Liquidação Duvidosa | 25.572 | (974) | 2.665 | 27.263 |
| Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social | 6.655 | (239) | 1.946 | 8.362 |
| Provisões para Passivos Contingentes | <u>5.385</u> | <u>(254)</u> | <u>256</u> | <u>5.387</u> |
| Ações Cíveis | 2.149 | (139) | 19 | 2.029 |
| Ações Trabalhistas | 1.812 | (90) | 169 | 1.891 |
| Fiscais e Previdenciárias | 1.420 | (25) | 68 | 1.463 |
| Outros | 4 | - | - | 4 |
| Ágio na Aquisição do Investimento | 511 | (66) | 42 | 487 |
| Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias | 508 | (111) | 18 | 415 |
| Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura | 1.253 | (722) | 30 | 561 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos | 4.951 | (4.951) | 305 | 305 |
| Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde | 322 | (33) | - | 289 |
| Outros | 3.754 | (1.461) | 1.611 | 3.904 |
| Refletido no Patrimônio Líquido | 4.253 | (1.128) | - | 3.125 |
| Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III) | 1.883 | (157) | - | 1.726 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 1.980 | (862) | - | 1.118 |
| Hedge de Fluxo de Caixa | 137 | (109) | - | 28 |
| Outros | 253 | - | - | 253 |
| Total ⁽¹⁾⁽²⁾ | 53.164 | (9.939) | 6.873 | 50.098 |

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 43.500 e R\$ 310.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

| | 31/12/2014 | Realização / Reversão | Constituição | 31/12/2015 |
|--|---------------|--------------------------|---------------|---------------|
| Refletido no Resultado | 32.513 | (7.009) | 23.407 | 48.911 |
| Créditos de Liquidação Duvidosa | 18.909 | (2.319) | 8.982 | 25.572 |
| Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social | 5.430 | (239) | 1.464 | 6.655 |
| Provisões para Passivos Contingentes | <u>4.298</u> | <u>(1.364)</u> | <u>2.451</u> | <u>5.385</u> |
| Ações Cíveis | 1.818 | (624) | 955 | 2.149 |
| Ações Trabalhistas | 1.460 | (382) | 734 | 1.812 |
| Fiscais e Previdenciárias | 1.009 | (351) | 762 | 1.420 |
| Outros | 11 | (7) | - | 4 |
| Ágio na Aquisição do Investimento | 721 | (210) | - | 511 |
| Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias | 394 | (698) | 812 | 508 |
| Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura | 3 | (4) | 1.254 | 1.253 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos | 109 | (109) | 4.951 | 4.951 |
| Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde | 274 | - | 48 | 322 |
| Outros | 2.375 | (2.066) | 3.445 | 3.754 |
| Refletido no Patrimônio Líquido | 4.106 | (1.527) | 1.674 | 4.253 |
| Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III) | 2.514 | (631) | - | 1.883 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 539 | (142) | 1.583 | 1.980 |
| Hedge de Fluxo de Caixa | 50 | - | 87 | 137 |
| Outros | 1.003 | (754) | 4 | 253 |
| Total ^(*) | 36.619 | (8.536) | 25.081 | 53.164 |

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

| | 31/12/2015 | Realização / Reversão | Constituição | 31/03/2016 |
|--|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Refletido no Resultado | 4.277 | (403) | 2.509 | 6.383 |
| Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro | 1.487 | (103) | - | 1.384 |
| Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes | 1.130 | (39) | 77 | 1.168 |
| Planos de Pensão | 336 | - | 23 | 359 |
| Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura | 51 | (63) | 12 | - |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos | 198 | (198) | 2.153 | 2.153 |
| Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital | 286 | - | 132 | 418 |
| Outros | 789 | - | 112 | 901 |
| Refletido no Patrimônio Líquido | 1.804 | (1.308) | 29 | 525 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda | 53 | - | 24 | 77 |
| Hedge de Fluxo de Caixa | 1.313 | (1.308) | - | 5 |
| Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria | 424 | - | 5 | 429 |
| Outros | 14 | - | - | 14 |
| Total (*) | 6.081 | (1.711) | 2.538 | 6.908 |

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 43.500 e R\$ 310.

| | 31/12/2014 | Realização / Reversão | Constituição | 31/12/2015 |
|--|--------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Refletido no Resultado | 4.735 | (1.801) | 1.343 | 4.277 |
| Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro | 2.508 | (1.021) | - | 1.487 |
| Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes | 876 | (425) | 679 | 1.130 |
| Planos de Pensão | 336 | (34) | 34 | 336 |
| Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura | 4 | (12) | 59 | 51 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos | 6 | (6) | 198 | 198 |
| Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital | 563 | (277) | - | 286 |
| Outros | 442 | (26) | 373 | 789 |
| Refletido no Patrimônio Líquido | 956 | (97) | 945 | 1.804 |
| Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda | 132 | (79) | - | 53 |
| Hedge de Fluxo de Caixa | 373 | - | 940 | 1.313 |
| Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria | 442 | (18) | - | 424 |
| Outros | 9 | - | 5 | 14 |
| Total (*) | 5.691 | (1.898) | 2.288 | 6.081 |

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 47.453 e R\$ 370.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2016, são:

| | Créditos Tributários | | | | | Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos | | | Tributos Diferidos Líquidos | |
|---------------------------|------------------------|-------------|---------------------------------|-------------|---------------|--|----------------|-------------|-----------------------------|-------------|
| | Diferenças Temporárias | % | Prejuízo Fiscal e Base Negativa | % | Total | % | % | % | % | |
| 2016 | 9.712 | 23% | 147 | 2% | 9.859 | 20% | (1.335) | 19% | 8.524 | 20% |
| 2017 | 10.788 | 26% | 1.058 | 12% | 11.846 | 23% | (1.364) | 20% | 10.482 | 25% |
| 2018 | 11.035 | 27% | 1.245 | 15% | 12.280 | 25% | (1.390) | 20% | 10.890 | 25% |
| 2019 | 1.042 | 2% | 3.499 | 42% | 4.541 | 9% | (132) | 2% | 4.409 | 10% |
| 2020 | 907 | 2% | 2.413 | 29% | 3.320 | 7% | (560) | 8% | 2.760 | 6% |
| Acima de 2020 | 8.252 | 20% | - | 0% | 8.252 | 16% | (2.127) | 31% | 6.125 | 14% |
| Total | 41.736 | 100% | 8.362 | 100% | 50.098 | 100% | (6.908) | 100% | 43.190 | 100% |
| Valor Presente (*) | 37.227 | | 7.213 | | 44.440 | | (5.923) | | 38.517 | |

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CS para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/03/2016 e 31/12/2015, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

| Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-------------------------------|-------------------------------|
| Lucro Líquido | 5.711 | 5.673 |
| Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos | (63) | (65) |
| Subtotal | 5.648 | 5.608 |
| Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais | (67) | (67) |
| Subtotal | 5.581 | 5.541 |
| Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais: | | |
| Aos Detentores de Ações Ordinárias | 2.871 | 2.807 |
| Aos Detentores de Ações Preferenciais | 2.710 | 2.734 |
| Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias | 2.938 | 2.874 |
| Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais | 2.773 | 2.799 |
| Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a) | | |
| Ações Ordinárias | 3.047.037.403 | 3.047.037.403 |
| Ações Preferenciais | 2.875.882.653 | 2.968.529.572 |
| Lucro por Ação - Básico - R\$ | | |
| Ações Ordinárias | 0,96 | 0,94 |
| Ações Preferenciais | 0,96 | 0,94 |

| Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-------------------------------|-------------------------------|
| Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais | 2.773 | 2.799 |
| Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição | 11 | 17 |
| Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição | 2.784 | 2.816 |
| Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias | 2.938 | 2.874 |
| Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição | (11) | (17) |
| Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição | 2.927 | 2.857 |
| Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a) | | |
| Ações Ordinárias | 3.047.037.403 | 3.047.037.403 |
| Ações Preferenciais | 2.896.900.403 | 3.003.529.076 |
| Ações Preferenciais | 2.875.882.653 | 2.968.529.572 |
| Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações | 21.017.750 | 34.999.504 |
| Lucro por Ação Diluído - R\$ | | |
| Ações Ordinárias | 0,96 | 0,94 |
| Ações Preferenciais | 0,96 | 0,94 |

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 18.160.871 ações preferenciais em 31/03/2016 e 4.367.158 ações preferenciais em 31/03/2015.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

| | Benefício Definido | | Contribuição Definida | | Outros Benefícios | | Total | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------|-----------------------|------------|-------------------|------------|------------|------------|
| | 01/01 a | 01/01 a | 01/01 a | 01/01 a | 01/01 a | 01/01 a | 01/01 a | 01/01 a |
| | 31/03/2016 | 31/03/2015 | 31/03/2016 | 31/03/2015 | 31/03/2016 | 31/03/2015 | 31/03/2016 | 31/03/2015 |
| Custo Serviço Corrente | (13) | (15) | - | - | - | - | (13) | (15) |
| Juros Líquidos | (1) | (2) | 60 | 55 | (5) | (3) | 54 | 50 |
| Aportes e Contribuições | - | - | (32) | (39) | - | - | (32) | (39) |
| Benefícios Pagos | - | - | - | - | 3 | 2 | 3 | 2 |
| Total Valores Reconhecidos | (14) | (17) | 28 | 16 | (2) | (1) | 12 | (2) |

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGDL, totalizaram R\$ 85 (R\$ 54 de 01/01 a 31/03/2015), sendo R\$ 32 (R\$ 39 de 01/01 a 31/03/2015) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

| | Benefício Definido | | Contribuição Definida | | Outros Benefícios | | Total | |
|-----------------------------------|--------------------|-------------|-----------------------|--------------|-------------------|-------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
| No Início do Período | (45) | (75) | (314) | (221) | (13) | (8) | (372) | (304) |
| Efeito na Restrição do Ativo | (14) | (103) | - | (38) | - | - | (14) | (141) |
| Remensurações | 12 | 133 | (2) | (55) | - | (5) | 10 | 73 |
| Total Valores Reconhecidos | (47) | (45) | (316) | (314) | (13) | (13) | (376) | (372) |

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

| Entidade | Plano de Benefício |
|---|---|
| Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar | Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾ Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾ Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾ Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾ Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾ Plano Itaubanco CD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾ Plano BD Itaú ⁽¹⁾ Plano CD Itaú ⁽²⁾ Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾ Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾ Plano de Benefícios II ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾ Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾ |
| Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado | Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾ |

⁽¹⁾ Plano de modalidade de benefício definido;

⁽²⁾ Plano de modalidade de contribuição variável;

⁽³⁾ Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

| | 31/03/2016 | 31/03/2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Taxa de Desconto ⁽¹⁾ | 11,28% a.a. | 10,24% a.a. |
| Tábua de Mortalidade ⁽²⁾ | AT-2000 | AT-2000 |
| Rotatividade ⁽³⁾ | Exp.Itaú 2008/2010 | Exp.Itaú 2008/2010 |
| Crescimentos Salariais Futuros | 7,12% a.a. | 7,12% a.a. |
| Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos | 4,00% a.a. | 4,00% a.a. |
| Inflação | 4,00% a.a. | 4,00% a.a. |
| Método Atuarial ⁽⁴⁾ | Cred.Unit.Projet. | Cred.Unit.Projet. |

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2015 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

| Categorias | Valor Justo | | % Alocação | | |
|-----------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|------------|
| | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 | Meta 2016 |
| Títulos de Renda Fixa | 12.500 | 12.369 | 90,62% | 90,73% | 53% a 100% |
| Títulos de Renda Variável | 593 | 537 | 4,30% | 3,94% | 0% a 20% |
| Investimentos Estruturados | 1 | 27 | 0,01% | 0,20% | 0% a 10% |
| Imóveis | 630 | 633 | 4,57% | 4,64% | 0% a 7% |
| Empréstimos a participantes | 70 | 67 | 0,51% | 0,49% | 0% a 5% |
| Total | 13.794 | 13.633 | 100,00% | 100,00% | |

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 507 (R\$ 452 em 31/12/2015), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 603 (R\$ 606 em 31/12/2015).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2015, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|--------------|--------------|
| 1- Ativos Líquidos dos Planos | 13.794 | 13.633 |
| 2- Passivos Atuariais | (11.677) | (11.587) |
| 3- Superveniência (1-2) | 2.117 | 2.046 |
| 4- Restrição do Ativo (*) | (2.208) | (2.134) |
| 5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4) | (91) | (88) |
| Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a) | 224 | 224 |
| Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b) | (315) | (312) |

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

| | 31/03/2016 | | | | |
|----------------------------------|---------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------------|
| | Ativo Líquido | Passivos Atuariais | Superveniência | Restrição do Ativo | Montante Reconhecido |
| Valor Início do Período | 13.633 | (11.587) | 2.046 | (2.134) | (88) |
| Custo Serviço Corrente | - | (13) | (13) | - | (13) |
| Juros Líquidos ⁽¹⁾ | 370 | (311) | 59 | (60) | (1) |
| Benefícios Pagos | (223) | 223 | - | - | - |
| Contribuições Patrocinadora | 13 | - | 13 | - | 13 |
| Contribuições Participantes | 3 | - | 3 | - | 3 |
| Efeito na restrição do Ativo | - | - | - | (14) | (14) |
| Remensurações ^{(2) (3)} | (2) | 11 | 9 | - | 9 |
| Valor Final do Período | 13.794 | (11.677) | 2.117 | (2.208) | (91) |

| | 31/12/2015 | | | | |
|----------------------------------|---------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------------|
| | Ativo Líquido | Passivos Atuariais | Superveniência | Restrição do Ativo | Montante Reconhecido |
| Valor Início do Período | 13.438 | (11.695) | 1.743 | (1.847) | (104) |
| Custo Serviço Corrente | - | (68) | (68) | - | (68) |
| Juros Líquidos ⁽¹⁾ | 1.334 | (1.151) | 183 | (189) | (6) |
| Benefícios Pagos | (908) | 908 | - | - | - |
| Contribuições Patrocinadora | 60 | - | 60 | - | 60 |
| Contribuições Participantes | 15 | - | 15 | - | 15 |
| Efeito na restrição do Ativo | - | - | - | (103) | (103) |
| Remensurações ^{(2) (3)} | (306) | 419 | 113 | 5 | 118 |
| Valor Final do Período | 13.633 | (11.587) | 2.046 | (2.134) | (88) |

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2016 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,28% a.a. (Em 01/01/2015 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 368 (R\$ 1.028 em 31/12/2015).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 13 (R\$ 15 de 01/01 a 31/03/2015). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2016 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 55.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

| Período | Pagamento Estimado |
|-------------|--------------------|
| 2016 | 949 |
| 2017 | 977 |
| 2018 | 1.009 |
| 2019 | 1.042 |
| 2020 | 1.083 |
| 2021 a 2025 | 5.935 |

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

| Alteração da Premissa | Efeito no Passivo Atuarial dos Planos | | Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*) |
|-----------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|---|
| | Valor | Percentual sobre Passivo Atuarial | Valor |
| | | | |
| - Redução em 0,5% | 566 | 4,92% | (281) |
| - Acréscimo em 0,5% | (520) | (4,51%) | 201 |

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|--|--------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Fundo Previdencial | Restrição do Ativo | Montante Reconhecido | Fundo Previdencial | Restrição do Ativo | Montante Reconhecido |
| Valor Início do Período | 2.229 | (270) | 1.959 | 2.438 | (224) | 2.214 |
| Juros Líquidos | 67 | (7) | 60 | 239 | (20) | 219 |
| Aportes e Contribuições (Nota 29) | (32) | - | (32) | (381) | - | (381) |
| Efeito na Restrição do Ativo | - | - | - | - | (38) | (38) |
| Remensurações | (2) | - | (2) | (67) | 12 | (55) |
| Valor Final do Período (Nota 20a) | 2.262 | (277) | 1.985 | 2.229 | (270) | 1.959 |

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| No Início do Período | (179) | (170) |
| Custo de Juros | (5) | (17) |
| Benefícios Pagos | 3 | 13 |
| Remensurações | - | (5) |
| No Final do Período (Nota 20b) | (181) | (179) |

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

| Período | Pagamento Estimado |
|-------------|--------------------|
| 2016 | 12 |
| 2017 | 13 |
| 2018 | 14 |
| 2019 | 15 |
| 2020 | 15 |
| 2021 a 2025 | 91 |

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

| | Reconhecimento | Aumento de 1% | Redução de 1% |
|-------------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|
| Custo de Serviço e o Custo de Juros | Resultado | 4 | (3) |
| Valor Presente da Obrigação | Outros Resultados Abrangentes | 20 | (17) |

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

| Índices dos Maiores Ramos | Sinistralidade | | Comercialização | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | % | | % | |
| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
| Acidentes Pessoais Coletivo | 6,0 | 3,4 | 42,8 | 41,0 |
| Acidentes Pessoais Individual | 18,5 | 15,9 | 11,9 | 11,3 |
| Compreensivo Empresarial | 46,8 | 55,4 | 20,9 | 21,3 |
| Crédito Interno | 171,2 | 131,3 | 6,9 | 21,1 |
| Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) | 87,0 | 88,2 | 1,4 | 1,4 |
| Doença Grave ou Terminal | 12,4 | 17,8 | 10,7 | 10,7 |
| Extensão de Garantia - Patrimonial | 19,1 | 18,0 | 64,2 | 64,5 |
| Prestamista | 18,3 | 13,0 | 21,2 | 21,5 |
| Renda de Eventos Aleatórios | 17,1 | 8,2 | 14,4 | 15,5 |
| Riscos Diversos | 8,5 | 4,8 | 61,7 | 61,6 |
| Saúde | 132,1 | 143,3 | 0,1 | 0,2 |
| Seguro Educacional | 200,9 | 56,6 | 39,0 | 33,1 |
| Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas | 5,5 | 2,4 | 0,1 | 0,1 |
| Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista | 13,8 | 22,3 | (2,5) | (3,2) |
| Turístico | 40,2 | 54,3 | 6,2 | 5,9 |
| Vida em Grupo | 46,5 | 39,4 | 12,7 | 12,8 |
| Vida Individual | 14,8 | 13,5 | - | - |

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

| | Prêmios e Contribuições Emitidas | | Resseguros | | Prêmios e Contribuições Retidas | |
|---|----------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|
| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
| Acidentes Pessoais Coletivo | 197 | 217 | (1) | - | 196 | 217 |
| Acidentes Pessoais Individual | 51 | 50 | (5) | - | 46 | 50 |
| Compreensivo Empresarial | 15 | 13 | - | - | 15 | 13 |
| Crédito Interno | 25 | 29 | - | - | 25 | 29 |
| Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) | 15 | 14 | - | - | 15 | 14 |
| Doenças Graves ou Terminais | 37 | 40 | (1) | - | 36 | 40 |
| Extensão de Garantia - Patrimonial | 41 | 70 | - | - | 41 | 70 |
| Pensão Pecúlio Invalidez | 70 | 57 | (1) | (2) | 69 | 55 |
| PGBL | 385 | 388 | - | - | 385 | 388 |
| Prestamista | 143 | 206 | - | (3) | 143 | 203 |
| Rendas de Eventos Aleatórios | 32 | 33 | - | - | 32 | 33 |
| Riscos Diversos | 42 | 42 | - | - | 42 | 42 |
| Saúde | 38 | 35 | - | - | 38 | 35 |
| Seguro Habitacional Apólices Mercado - Demais Coberturas | 19 | 15 | - | - | 19 | 15 |
| Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista Tradicional | 62 | 52 | (4) | (7) | 58 | 45 |
| Turístico | 28 | 33 | - | - | 28 | 33 |
| Turístico | 6 | 9 | - | - | 6 | 9 |
| VGBL | 3.888 | 3.641 | - | - | 3.888 | 3.641 |
| Vida em Grupo | 309 | 368 | (4) | (5) | 305 | 363 |
| Vida Individual | 3 | 3 | - | - | 3 | 3 |
| Demais Ramos | 40 | 28 | (3) | (2) | 37 | 26 |
| Total | 5.446 | 5.343 | (19) | (19) | 5.427 | 5.324 |

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

| | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|--|---|--------------------------|-------------------------------------|----------------|---|--------------------------|-------------------------------------|----------------|
| | Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual | Previdência Complementar | Vida com Cobertura de Sobrevivência | Total | Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual | Previdência Complementar | Vida com Cobertura de Sobrevivência | Total |
| Saldo Inicial | 4.755 | 32.688 | 91.862 | 129.305 | 5.872 | 28.228 | 75.678 | 109.778 |
| (+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições | 1.059 | 483 | 3.888 | 5.430 | 4.825 | 2.255 | 15.501 | 22.581 |
| (-) Diferimento pelo Risco Decorrido | (1.356) | (70) | - | (1.426) | (5.780) | (253) | - | (6.033) |
| (-) Pagamento de Sinistros / Benefícios | (402) | (83) | (9) | (494) | (1.553) | (337) | (19) | (1.909) |
| (+) Sinistros Avisados | 437 | - | - | 437 | 1.712 | - | - | 1.712 |
| (-) Resgates | - | (447) | (2.500) | (2.947) | (2) | (1.479) | (8.720) | (10.201) |
| (+/-) Portabilidades Líquidas | - | 69 | 38 | 107 | - | 886 | 504 | 1.390 |
| (+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro | 3 | 1.212 | 3.371 | 4.586 | 9 | 3.244 | 9.052 | 12.305 |
| (+/-) Outras (Constituição / Reversão) | (38) | 24 | (14) | (28) | (328) | 144 | (134) | (318) |
| Provisão de Seguros e Previdência Privada | 4.458 | 33.876 | 96.636 | 134.970 | 4.755 | 32.688 | 91.862 | 129.305 |

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

| | Seguros | | Previdência | | Total | |
|---|--------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
| Prêmios não Ganhos | 2.726 | 3.027 | 15 | 15 | 2.741 | 3.042 |
| Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos | 21 | 24 | 128.832 | 122.914 | 128.853 | 122.938 |
| Resgates e Outros Valores a Regularizar | 20 | 23 | 187 | 166 | 207 | 189 |
| Excedente Financeiro | 1 | 1 | 544 | 547 | 545 | 548 |
| Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾ | 787 | 783 | 19 | 18 | 806 | 801 |
| Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR | 434 | 424 | 24 | 24 | 458 | 448 |
| Despesas Relacionadas e Administrativas | 40 | 42 | 52 | 50 | 92 | 92 |
| Outras Provisões | 429 | 431 | 839 | 816 | 1.268 | 1.247 |
| Total ⁽²⁾ | 4.458 | 4.755 | 130.512 | 124.550 | 134.970 | 129.305 |

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

| | |
|---------------------------------|--------------|
| Saldo em 01/01/2016 | 901 |
| Constituições | 241 |
| Amortizações | (397) |
| Saldo em 31/03/2016 | 745 |
| Saldo a amortizar até 12 meses | 543 |
| Saldo a amortizar após 12 meses | 202 |
| Saldo em 01/01/2015 | 1.647 |
| Constituições | 1.133 |
| Amortizações | (1.879) |
| Saldo em 31/12/2015 | 901 |
| Saldo a amortizar até 12 meses | 644 |
| Saldo a amortizar após 12 meses | 257 |

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Os valores apresentados nas tabelas expressam a posição de 31/12/2015, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente:

I - Bruto de Resseguro

| | |
|--|------------|
| Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*) | 801 |
| (-) Operações DPVAT | 17 |
| (-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados) | 227 |
| (-) Retrocessão e Outras Estimativas | 2 |
| Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib) | 555 |

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2015.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

| Data de Cadastro | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | Total |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| No Final do Ano de Divulgação | 928 | 1.061 | 1.221 | 1.302 | 855 | |
| 1 ano depois | 933 | 1.054 | 1.221 | 1.318 | - | |
| 2 anos depois | 934 | 1.059 | 1.222 | - | - | |
| 3 anos depois | 937 | 1.058 | - | - | - | |
| 4 anos depois | 935 | - | - | - | - | |
| Estimativa Corrente | 935 | 1.058 | 1.222 | 1.318 | 855 | |
| Pagamentos Acumulados até a Data Base | 929 | 1.055 | 1.216 | 1.304 | 596 | 5.100 |
| Passivo Reconhecido no Balanço | 6 | 3 | 6 | 14 | 258 | 287 |
| Passivo em Relação a Anos Anteriores | | | | | | 13 |
| Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço | | | | | | 300 |

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

| Data de Cadastro | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | Total |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| No Final do Ano de Divulgação | 30 | 50 | 32 | 33 | 28 | |
| 1 ano depois | 55 | 58 | 49 | 42 | - | |
| 2 anos depois | 63 | 67 | 54 | - | - | |
| 3 anos depois | 70 | 70 | - | - | - | |
| 4 anos depois | 71 | - | - | - | - | |
| Estimativa Corrente | 71 | 70 | 54 | 42 | 28 | |
| Pagamentos Acumulados até a Data Base | 43 | 50 | 37 | 27 | 15 | 172 |
| Passivo Reconhecido no Balanço | 28 | 20 | 17 | 15 | 13 | 93 |
| Passivo em Relação a Anos Anteriores | | | | | | 162 |
| Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço | | | | | | 255 |

II - Líquido de Resseguro

| | |
|--|------------|
| Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾ | 801 |
| (-) Operações DPVAT | 17 |
| (-) IBNER | 227 |
| (-) Resseguros ⁽²⁾ | 36 |
| (-) Retrocessão e Outras Estimativas | 2 |
| Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb) | 519 |

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2015.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2015.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

| Data de Cadastro | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | Total |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| No Final do Ano de Divulgação | 913 | 1.018 | 1.190 | 1.279 | 849 | |
| 1 ano depois | 913 | 1.008 | 1.188 | 1.295 | - | |
| 2 anos depois | 915 | 1.013 | 1.189 | - | - | |
| 3 anos depois | 917 | 1.013 | - | - | - | |
| 4 anos depois | 915 | - | - | - | - | |
| Estimativa Corrente | 915 | 1.013 | 1.189 | 1.295 | 849 | |
| Pagamentos Acumulados até a Data Base | 912 | 1.010 | 1.184 | 1.281 | 612 | 4.999 |
| Passivo Reconhecido no Balanço | 3 | 3 | 6 | 14 | 237 | 263 |
| Passivo em Relação a anos Anteriores | | | | | | 17 |
| Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço | | | | | | 280 |

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

| Data de Cadastro | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | Total |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| No Final do Ano de Divulgação | 30 | 50 | 32 | 33 | 28 | |
| 1 ano depois | 55 | 58 | 49 | 41 | - | |
| 2 anos depois | 62 | 66 | 55 | - | - | |
| 3 anos depois | 69 | 70 | - | - | - | |
| 4 anos depois | 71 | - | - | - | - | |
| Estimativa Corrente | 71 | 70 | 55 | 41 | 28 | |
| Pagamentos Acumulados até a Data Base | 43 | 50 | 38 | 27 | 15 | 173 |
| Passivo Reconhecido no Balanço | 27 | 20 | 17 | 15 | 13 | 92 |
| Passivo em Relação a Anos Anteriores | | | | | | 147 |
| Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço | | | | | | 239 |

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3c.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2015, 2014 e 2013.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

| Teste de Sensibilidade | Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾ | | | | | |
|--|---|---------------------|-----------------------|---|---------------------|-----------------------|
| | 31/03/2016 ⁽²⁾ | | | 31/12/2015 | | |
| | Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência | Seguros | | Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência | Seguros | |
| | | Bruto de Resseguros | Líquido de Resseguros | | Bruto de Resseguros | Líquido de Resseguros |
| Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade | 8 | (4) | (3) | 8 | (4) | (3) |
| Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade | (8) | 3 | 3 | (8) | 3 | 3 |
| Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco | 38 | 7 | 7 | 38 | 7 | 7 |
| Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco | (39) | (7) | (7) | (39) | (7) | (7) |
| Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda | (12) | - | - | (12) | - | - |
| Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda | 12 | - | - | 12 | - | - |
| Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros | - | (62) | (60) | - | (62) | (60) |
| Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros | - | 63 | 60 | - | 63 | 60 |

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

(2) Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 31/12/2015, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores. No caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

| | 01/01 a 31/03/2016 | | | 01/01 a 31/03/2015 | | |
|-------------------------------|--------------------|---------------|--------------|--------------------|---------------|--------------|
| | Prêmios de Seguros | Prêmio Retido | Retenção (%) | Prêmios de Seguros | Prêmio Retido | Retenção (%) |
| Danos | | | | | | |
| DPVAT | 15 | 15 | 100,0 | 14 | 14 | 100,0 |
| Extensão de Garantia | 41 | 41 | 100,0 | 70 | 70 | 100,0 |
| Prestamista | 143 | 143 | 100,0 | 206 | 203 | 99,0 |
| Pessoas | | | | | | |
| Acidentes Pessoais Coletivo | 197 | 196 | 99,7 | 217 | 217 | 100,0 |
| Acidentes Pessoais Individual | 51 | 46 | 90,0 | 50 | 50 | 100,0 |
| Vida em Grupo | 309 | 305 | 98,8 | 368 | 363 | 99,0 |
| Vida Individual | 3 | 3 | 100,0 | 3 | 3 | 100,0 |

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias;
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros;
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização;
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas e focando nas especificidades de cada risco, conforme diretrizes estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança onde as decisões podem chegar a órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente, partindo de premissas atuariais, é elaborado o mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo, que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. A partir desse mapeamento, modelos de *Asset Liability Management* são utilizados para definir a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preços no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

| Classe | (R\$ milhões) | | | |
|----------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
| | Saldo Contábil | DV01 | Saldo Contábil | DV01 |
| Título Público | | | | |
| NTN-C | 5.033 | (3,24) | 4.821 | (3,20) |
| NTN-B | 2.273 | (2,38) | 2.055 | (1,95) |
| LTN | 550 | (0,00) | - | - |
| Futuro DI | - | - | - | - |
| Título Privado | | | | |
| Indexado a IPCA | 352 | (0,11) | 209 | (0,09) |
| Indexado a PRE | 83 | (0,00) | 77 | (0,00) |
| Ações | 1 | 0,01 | 1 | 0,01 |
| Ativos Pós-Fixados | 6.295 | - | 4.998 | - |
| Compromissadas Over | 4.606 | - | 4.977 | - |

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

| Passivo | Ativo | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|--|---------------------------------|------------------------------|----------------------------|---------------------------------|------------------------------|----------------------------|
| | | Valor do Passivo ⁽¹⁾ | DU do Passivo ⁽²⁾ | DU do Ativo ⁽²⁾ | Valor do Passivo ⁽¹⁾ | DU do Passivo ⁽²⁾ | DU do Ativo ⁽²⁾ |
| Operações de Seguros | Ativo Garantidor | | | | | | |
| Prêmios não Ganhos | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures | 2.726 | 15,8 | 14,1 | 3.025 | 15,8 | 13,8 |
| IBNR, PDR e PSL | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures | 1.258 | 15,7 | 19,1 | 1.243 | 15,7 | 16,9 |
| Outras Provisões | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures | 432 | 104,6 | 30,2 | 434 | 104,6 | 22,7 |
| Subtotal | Subtotal | 4.416 | | | 4.702 | | |
| Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual | | | | | | | |
| Despesas Relacionadas | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures | 52 | 102,7 | 86,9 | 50 | 102,7 | 85,7 |
| Prêmios não Ganhos | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures | 16 | - | 14,1 | 17 | - | 12,2 |
| Sinistros Liquidar | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures | 21 | - | 14,0 | 20 | - | 12,3 |
| IBNR | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures | 24 | 9,8 | 14,1 | 28 | 9,8 | 10,5 |
| Resgates e Outros Valores a Regularizar | LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures | 207 | - | 14,0 | 190 | - | 12,3 |
| Matemática de Benefícios Concedidos | LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures | 1.587 | 102,7 | 87,1 | 1.540 | 102,7 | 85,8 |
| Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL | LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾ | 122.826 | 160,6 | 27,2 | 117.073 | 160,6 | 23,9 |
| Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais | LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures | 4.437 | 208,1 | 83,2 | 4.321 | 208,1 | 79,4 |
| Outras Provisões | LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures | 839 | 208,1 | 83,2 | 816 | 208,1 | 79,4 |
| Excedente Financeiro | LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures | 545 | 207,8 | 83,0 | 548 | 207,8 | 79,2 |
| Subtotal | Subtotal | 130.554 | | | 124.603 | | |
| Total Reservas Técnicas | Total Ativos Garantidores | 134.970 | | | 129.305 | | |

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I - Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 61,89% (86,70% em 31/12/2015) e Munich Re do Brasil com 38,10% (13,23% em 31/12/2015).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50% (50% em 31/12/2015) e Munich Re do Brasil com 50% (50% em 31/12/2015). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 60,21% (60,26% em 31/12/2015) e IRB Brasil Resseguros com 39,79% (39,74% em 31/12/2015).

II - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

| 31/03/2016 | | | | | | |
|--------------------------------------|---|---|-------------------|---|--|----------------|
| Classificação Interna ^(*) | Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto | Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | Derivativos Ativo | Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | Total |
| Baixo | 5.698 | 113.250 | 103 | 1.194 | 4.009 | 124.254 |
| Médio | - | 9 | - | - | - | 9 |
| Alto | - | 15 | - | - | - | 15 |
| Total | 5.698 | 113.274 | 103 | 1.194 | 4.009 | 124.278 |
| % | 4,6 | 91,1 | 0,1 | 1,0 | 3,2 | 100,0 |

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

| 31/12/2015 | | | | | | |
|--------------------------------------|---|---|-------------------|---|--|----------------|
| Classificação Interna ^(*) | Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto | Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | Derivativos Ativo | Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | Total |
| Baixo | 5.667 | 94.709 | 126 | 2.732 | 4.320 | 107.554 |
| Médio | - | 16 | - | - | - | 16 |
| Alto | - | - | - | - | - | - |
| Total | 5.667 | 94.725 | 126 | 2.732 | 4.320 | 107.570 |
| % | 5,3 | 88,1 | 0,1 | 2,5 | 4,0 | 100,0 |

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

| | Créditos | | Débitos | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
| Saldo Inicial | 18 | 262 | 103 | 610 |
| Contratos Emitidos | - | - | 14 | 75 |
| Sinistros a Recuperar | 3 | - | - | - |
| Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador | 12 | 12 | (58) | (36) |
| Outras Constituições / Reversões | - | (256) | - | (546) |
| Saldo Final | 33 | 18 | 59 | 103 |

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------|------------|------------|
| Sinistros de Resseguros | 56 | 52 |
| Prêmios de Resseguros | 21 | 24 |
| Comissão de Resseguros | - | - |
| Saldo Final | 77 | 76 |

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|--|------------|--------------|
| Saldo Inicial | 52 | 2.456 |
| Sinistros Avisados | 4 | 32 |
| Sinistros Pagos | - | (25) |
| Outras Constituições / Reversões | - | (2.412) |
| Atualização Monetária e Juros de Sinistros | - | 1 |
| Saldo Final (*) | 56 | 52 |

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Saldo Inicial | 24 | 949 |
| Constituições | 16 | 61 |
| Reversões | (19) | (45) |
| Outras Constituições / Reversões | - | (941) |
| Saldo Final | 21 | 24 |

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

| | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------------|------------|-------------|
| Saldo Inicial | - | (37) |
| Constituições | 1 | 4 |
| Reversões | (1) | (4) |
| Outras Constituições / Reversões | - | 37 |
| Saldo Final | - | - |

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

| | 31/03/2016 | | 31/12/2015 | |
|---|----------------|----------------------|----------------|----------------------|
| | Valor Contábil | Valor Justo estimado | Valor Contábil | Valor Justo estimado |
| Ativos Financeiros | | | | |
| Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central | 85.385 | 85.385 | 85.100 | 85.100 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 29.189 | 29.193 | 30.525 | 30.525 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 209.394 | 209.394 | 254.404 | 254.404 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*) | 169.905 | 169.905 | 164.311 | 164.311 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*) | 396 | 396 | 642 | 642 |
| Derivativos ^(*) | 27.748 | 27.748 | 26.755 | 26.755 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*) | 85.679 | 85.679 | 86.045 | 86.045 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 41.104 | 40.031 | 42.185 | 38.892 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro | 418.026 | 420.661 | 447.404 | 446.787 |
| Outros Ativos Financeiros | 54.035 | 54.035 | 53.506 | 53.506 |
| Passivos Financeiros | | | | |
| Depósitos | 266.318 | 266.374 | 292.610 | 292.775 |
| Captação no Mercado Aberto | 305.940 | 305.940 | 336.643 | 336.643 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*) | 395 | 395 | 412 | 412 |
| Derivativos ^(*) | 28.934 | 28.934 | 31.071 | 31.071 |
| Recursos de Mercados Interbancários | 148.151 | 147.555 | 156.886 | 156.174 |
| Recursos de Mercados Institucionais | 84.041 | 83.390 | 93.918 | 95.461 |
| Passivos de Planos de Capitalização | 3.026 | 3.026 | 3.044 | 3.044 |
| Outros Passivos Financeiros | 66.828 | 66.828 | 68.715 | 68.715 |

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 79.519 (R\$ 81.180 em 31/12/2015) com o valor justo estimado de R\$ 1.108 (R\$ 1.143 em 31/12/2015).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2016 e 31/12/2015 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

| | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|---|----------------|---------------|--------------|----------------|----------------|---------------|--------------|----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 124.366 | 45.490 | 49 | 169.905 | 123.948 | 40.303 | 60 | 164.311 |
| Fundos de Investimento | 18 | 1.279 | - | 1.297 | 19 | 1.032 | - | 1.051 |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro | 119.538 | 2.794 | 3 | 122.335 | 114.007 | 3.043 | 3 | 117.053 |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro | 898 | - | - | 898 | 4.431 | - | - | 4.431 |
| Títulos Públicos - Outros Países | 674 | 346 | - | 1.020 | 933 | 216 | - | 1.149 |
| Argentina | 588 | - | - | 588 | 696 | - | - | 696 |
| Chile | - | 237 | - | 237 | - | 36 | - | 36 |
| Colômbia | - | 11 | - | 11 | - | 72 | - | 72 |
| Estados Unidos | 86 | - | - | 86 | 132 | - | - | 132 |
| México | - | - | - | - | 3 | - | - | 3 |
| Paraguai | - | 57 | - | 57 | - | 68 | - | 68 |
| Uruguai | - | 41 | - | 41 | - | 40 | - | 40 |
| Outros | - | - | - | - | 102 | - | - | 102 |
| Títulos de Empresas | 3.238 | 41.071 | 46 | 44.355 | 4.558 | 36.012 | 57 | 40.627 |
| Ações Negociáveis | 2.325 | - | - | 2.325 | 2.161 | - | - | 2.161 |
| Certificado de Depósito Bancário | 17 | 2.416 | - | 2.433 | 19 | 2.564 | - | 2.583 |
| Debêntures | 855 | 3.224 | 44 | 4.123 | 2.333 | 2.141 | 48 | 4.522 |
| Euro Bonds e Assemelhados | 41 | 4.043 | 1 | 4.085 | 45 | 940 | 6 | 991 |
| Letras Financeiras | - | 31.267 | - | 31.267 | - | 30.367 | - | 30.367 |
| Outros | - | 121 | 1 | 122 | - | - | 3 | 3 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 28.930 | 50.021 | 6.728 | 85.679 | 32.439 | 49.347 | 4.259 | 86.045 |
| Fundos de Investimento | 5 | 63 | 427 | 495 | 6 | 98 | 114 | 218 |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro | 12.001 | 754 | 223 | 12.978 | 10.793 | 791 | 212 | 11.796 |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro | 13.409 | - | - | 13.409 | 17.312 | - | - | 17.312 |
| Títulos Públicos - Outros Países | 1.914 | 7.879 | 52 | 9.845 | 2.152 | 7.702 | 29 | 9.883 |
| Chile | - | 1.476 | 52 | 1.528 | - | 1.378 | 29 | 1.407 |
| Coréia | - | 2.172 | - | 2.172 | - | 1.626 | - | 1.626 |
| Dinamarca | - | 2.548 | - | 2.548 | - | 2.548 | - | 2.548 |
| Espanha | - | 753 | - | 753 | - | 1.060 | - | 1.060 |
| Estados Unidos | 1.795 | - | - | 1.795 | 2.022 | - | - | 2.022 |
| Holanda | 111 | - | - | 111 | 122 | - | - | 122 |
| Paraguai | - | 723 | - | 723 | - | 912 | - | 912 |
| Uruguai | - | 207 | - | 207 | - | 178 | - | 178 |
| Outros | 8 | - | - | 8 | 8 | - | - | 8 |
| Títulos de Empresas | 1.601 | 41.325 | 6.026 | 48.952 | 2.176 | 40.756 | 3.904 | 46.836 |
| Ações Negociáveis | 1.004 | - | 229 | 1.233 | 661 | - | 267 | 928 |
| Cédula do Produtor Rural | - | 804 | 354 | 1.158 | - | 1.078 | 52 | 1.130 |
| Certificado de Depósito Bancário | - | 648 | 123 | 771 | - | 1.443 | 130 | 1.573 |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | - | - | 2.090 | 2.090 | - | - | 2.037 | 2.037 |
| Debêntures | 597 | 19.301 | 2.269 | 22.167 | 410 | 21.581 | 844 | 22.835 |
| Euro Bonds e Assemelhados | - | 12.733 | 549 | 13.282 | 1.105 | 8.981 | 26 | 10.112 |
| Letras Financeiras | - | 6.749 | 337 | 7.086 | - | 6.479 | 367 | 6.846 |
| Notas Promissórias | - | 843 | - | 843 | - | 937 | 54 | 991 |
| Outros | - | 247 | 75 | 322 | - | 257 | 127 | 384 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | 396 | - | - | 396 | 642 | - | - | 642 |
| Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro | 265 | - | - | 265 | 506 | - | - | 506 |
| Títulos Públicos - Outros Países | 131 | - | - | 131 | 136 | - | - | 136 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | - | 395 | - | 395 | - | 412 | - | 412 |
| Notas Estruturadas | - | 395 | - | 395 | - | 412 | - | 412 |

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2016 e 31/12/2015 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

| | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|-------------------------------|--------------|-----------------|-------------|-----------------|------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Derivativos - Ativo | 1.017 | 25.734 | 997 | 27.748 | 529 | 24.975 | 1.251 | 26.755 |
| Futuros | 1.017 | - | - | 1.017 | 529 | - | - | 529 |
| Swaps - Diferencial a Receber | - | 7.025 | 864 | 7.889 | - | 7.958 | 1.189 | 9.147 |
| Opções | - | 4.836 | 114 | 4.950 | - | 5.550 | 33 | 5.583 |
| Termo | - | 5.359 | - | 5.359 | - | 3.166 | - | 3.166 |
| Derivativos de Crédito | - | 426 | - | 426 | - | 614 | - | 614 |
| Forwards | - | 4.085 | - | 4.085 | - | 3.430 | - | 3.430 |
| Verificação de Swap | - | 232 | - | 232 | - | 355 | - | 355 |
| Outros Derivativos | - | 3.771 | 19 | 3.790 | - | 3.902 | 29 | 3.931 |
| Derivativos - Passivo | - | (28.907) | (27) | (28.934) | - | (31.038) | (33) | (31.071) |
| Swaps - Diferencial a Pagar | - | (13.040) | (10) | (13.050) | - | (16.310) | (21) | (16.331) |
| Opções | - | (5.120) | (17) | (5.137) | - | (5.771) | (12) | (5.783) |
| Termo | - | (3.782) | - | (3.782) | - | (833) | - | (833) |
| Derivativos de Crédito | - | (534) | - | (534) | - | (875) | - | (875) |
| Forwards | - | (2.896) | - | (2.896) | - | (3.142) | - | (3.142) |
| Verificação de Swap | - | (454) | - | (454) | - | (545) | - | (545) |
| Outros Derivativos | - | (3.081) | - | (3.081) | - | (3.562) | - | (3.562) |

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2016 e 31/12/2015. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 95.511 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Março de 2016, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 47.526 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

| | Valor justo em 31/12/2015 | Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado) | Compras | Liquidações | Transferências no e/ou Fora do Nível 3 | Valor Justo em 31/03/2016 | Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/03/2016 |
|--|------------------------------|---|--------------|----------------|--|---------------------------------|--|
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 61 | (3) | 187 | (203) | 7 | 49 | (4) |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro | 3 | - | - | (3) | 3 | 3 | - |
| Títulos de Dívida de Empresas | 58 | (3) | 187 | (200) | 4 | 46 | (4) |
| Debêntures | 48 | (3) | 175 | (179) | 3 | 44 | (2) |
| Euro Bonds e Assemelhados | 6 | - | 7 | (13) | 1 | 1 | (2) |
| Outros | 4 | - | 5 | (8) | - | 1 | - |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 4.259 | 205 | 7.827 | (7.877) | 2.314 | 6.728 | (1.085) |
| Fundos de Investimento | 114 | 313 | - | - | - | 427 | - |
| Títulos Públicos - Governo Brasileiro | 212 | 11 | 24 | (24) | - | 223 | (6) |
| Títulos Públicos - Outros Países - Chile | 29 | - | 167 | (144) | - | 52 | - |
| Títulos de Dívida de Empresas | 3.904 | (119) | 7.636 | (7.709) | 2.314 | 6.026 | (1.079) |
| Ações Negociáveis | 267 | (38) | - | - | - | 229 | - |
| Cédula do Produtor Rural | 52 | 1 | 52 | (105) | 354 | 354 | (105) |
| Certificado de Depósito Bancário | 130 | - | 350 | (357) | - | 123 | - |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | 2.037 | (6) | 4.132 | (4.073) | - | 2.090 | (145) |
| Debêntures | 844 | (79) | 2.119 | (2.050) | 1.435 | 2.269 | (700) |
| Euro Bonds e Assemelhados | 26 | - | 28 | (30) | 525 | 549 | (124) |
| Letras Financeiras | 367 | 2 | 708 | (740) | - | 337 | (5) |
| Notas Promissórias | 54 | - | - | (54) | - | - | - |
| Outros | 127 | 1 | 247 | (300) | - | 75 | - |

| | Valor justo em 31/12/2015 | Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado) | Compras | Liquidações | Transferências no e/ou Fora do Nível 3 | Valor Justo em 31/03/2016 | Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/03/2016 |
|-------------------------------|------------------------------|---|-------------|-------------|--|---------------------------------|--|
| Derivativos - Ativo | 1.251 | (275) | 70 | (49) | - | 997 | 58 |
| Swaps - Diferencial a Receber | 1.189 | (319) | 4 | (10) | - | 864 | - |
| Opções | 33 | 51 | 66 | (36) | - | 114 | 47 |
| Outros Derivativos | 29 | (7) | - | (3) | - | 19 | 11 |
| Derivativos - Passivo | (33) | 16 | (14) | 4 | - | (27) | 18 |
| Swaps - Diferencial a Pagar | (21) | 9 | (2) | 4 | - | (10) | - |
| Opções | (12) | 7 | (12) | - | - | (17) | 18 |

| | Valor Justo em 31/12/2014 | Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado) | Compras | Liquidações | Transferências no e/ou Fora do Nível 3 | Valor Justo em 31/12/2015 | Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015 |
|--|------------------------------|---|--------------|----------------|--|---------------------------------|--|
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 790 | 33 | 102 | (865) | - | 60 | - |
| Títulos Públicos do Governo Brasileiro | - | 4 | - | (1) | - | 3 | - |
| Títulos de Empresas | 790 | 29 | 102 | (864) | - | 57 | - |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | 1 | - | - | (1) | - | - | - |
| Debêntures | 210 | (13) | 66 | (215) | - | 48 | - |
| Notas Promissórias | 577 | 54 | - | (631) | - | - | - |
| Euro Bonds e Assemelhados | 2 | (6) | 27 | (17) | - | 6 | - |
| Outros | - | (6) | 9 | - | - | 3 | - |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 5.404 | (1.241) | 4.453 | (4.624) | 267 | 4.259 | (451) |
| Fundos de Investimento | - | (1.128) | 1.242 | - | - | 114 | - |
| Títulos Públicos - Governo Brasileiro | 249 | (116) | 85 | (6) | - | 212 | (22) |
| Títulos Públicos - Outros Países - Chile | 13 | (1) | 101 | (84) | - | 29 | - |
| Títulos de Empresas | 5.142 | 4 | 3.025 | (4.534) | 267 | 3.904 | (429) |
| Ações Negociáveis | - | - | - | - | 267 | 267 | - |
| Cédula do Produtor Rural | 51 | 1 | 9 | (9) | - | 52 | - |
| Certificado de Depósito Bancário | 58 | 7 | 201 | (136) | - | 130 | - |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | 2.522 | (142) | 68 | (411) | - | 2.037 | (207) |
| Debêntures | 706 | (12) | 915 | (765) | - | 844 | (222) |
| Euro Bonds e Assemelhados | 53 | (8) | 94 | (113) | - | 26 | 2 |
| Letras Financeiras | 270 | 48 | 49 | - | - | 367 | (2) |
| Notas Promissórias | 1.397 | 72 | 1.574 | (2.989) | - | 54 | - |
| Outros | 85 | 38 | 115 | (111) | - | 127 | - |

| | Valor Justo em 31/12/2014 | Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado) | Compras | Liquidações | Transferências no e/ou Fora do Nível 3 | Valor Justo em 31/12/2015 | Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2015 |
|-------------------------------|------------------------------|---|-------------|--------------|--|---------------------------------|--|
| Derivativos - Ativo | 121 | 369 | 316 | (219) | 664 | 1.251 | 31 |
| Swaps - Diferencial a Receber | 33 | 318 | 192 | (18) | 664 | 1.189 | - |
| Opções | 16 | (29) | 124 | (78) | - | 33 | (10) |
| Outros Derivativos | 72 | 80 | - | (123) | - | 29 | 41 |
| Derivativos - Passivo | (44) | (40) | (95) | 148 | (2) | (33) | - |
| Swaps - Diferencial a Pagar | (38) | (38) | (11) | 68 | (2) | (21) | - |
| Opções | (6) | (2) | (84) | 80 | - | (12) | - |
| Termo | (38) | (38) | (11) | 68 | (2) | (21) | - |
| Verificação de Swap | - | - | - | - | - | - | - |

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

| Sensibilidade - Operações Nível III | | 31/03/2016 | |
|---------------------------------------|----------|------------|------------|
| Grupos de Fatores de Risco de Mercado | Cenários | Impactos | |
| | | Resultado | Patrimônio |
| Taxa de Juros | I | (3,4) | (5,8) |
| | II | (85,7) | (141,5) |
| | III | (171,3) | (275,5) |
| Moedas, <i>Commodities</i> e Índices | I | (21,4) | - |
| | II | (42,7) | - |
| Não Lineares | I | (19,1) | - |
| | II | (32,9) | - |

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

| Provisões | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Cíveis | 5.228 | 5.227 |
| Trabalhistas | 6.445 | 6.132 |
| Fiscais e Previdenciárias | 7.650 | 7.500 |
| Outros | 134 | 135 |
| Total | 19.457 | 18.994 |
| Circulante | 3.750 | 3.848 |
| Não Circulante | 15.707 | 15.146 |

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

- a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições

financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. No entanto, não há previsão de quando ocorrerá o julgamento pelo STF, pois, com o impedimento de alguns de seus ministros, não há, por enquanto, quórum suficiente para se decidir a questão.

As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. Em julgamentos relevantes ao longo de 2015, o STJ decidiu que: (i) descabe a inclusão de juros remuneratórios nos cálculos de execução, se inexistir condenação expressa para tanto; e (ii) não haverá pagamento de juros remuneratórios aos poupadores depois de comprovada a data de encerramento das contas de poupança. Também consolidou-se tese de que podem ser incluídos expurgos inflacionários de planos posteriores aos discutidos na ação judicial, a título de correção monetária plena do débito, mesmo sem pedido expresso do poupador. Além disso, permanece consolidado no STJ que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas continuam sendo extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 2.637 (R\$ 2.460 em 31/12/2015), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 717 (R\$ 829 em 31/12/2015).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

| | 01/01 a 31/03/2016 | | | |
|---|--------------------|--------------|------------|---------------|
| | Cíveis | Trabalhistas | Outros | Total |
| Saldo Inicial | 5.227 | 6.132 | 135 | 11.494 |
| (-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t) | (236) | (1.089) | - | (1.325) |
| Subtotal | 4.991 | 5.043 | 135 | 10.169 |
| Atualização / Encargos (Nota 26) | 95 | 152 | - | 247 |
| Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26) | <u>250</u> | <u>547</u> | <u>(1)</u> | <u>796</u> |
| Constituição (*) | 388 | 581 | (1) | 968 |
| Reversão | (138) | (34) | - | (172) |
| Pagamento | (348) | (346) | - | (694) |
| Subtotal | 4.988 | 5.396 | 134 | 10.518 |
| (+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t) | 240 | 1.049 | - | 1.289 |
| Saldo Final | 5.228 | 6.445 | 134 | 11.807 |
| Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2016 (Nota 20a) | 1.733 | 2.250 | - | 3.983 |

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 45.

| | 01/01 a 31/03/2015 | | | |
|---|--------------------|--------------|------------|---------------|
| | Cíveis | Trabalhistas | Outros | Total |
| Saldo Inicial | 4.643 | 5.598 | 159 | 10.400 |
| (-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t) | (132) | (1.029) | - | (1.161) |
| Subtotal | 4.511 | 4.569 | 159 | 9.239 |
| Atualização / Encargos (Nota 26) | 98 | 149 | - | 247 |
| Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26) | <u>420</u> | <u>331</u> | <u>7</u> | <u>758</u> |
| Constituição (*) | 532 | 365 | 7 | 904 |
| Reversão | (112) | (34) | - | (146) |
| Pagamento | (318) | (317) | (1) | (636) |
| Subtotal | 4.711 | 4.732 | 165 | 9.608 |
| (+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t) | 134 | 1.070 | - | 1.204 |
| Saldo Final | 4.845 | 5.802 | 165 | 10.812 |
| Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2015 (Nota 20a) | 2.016 | 2.586 | - | 4.602 |

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 70.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

| Provisões | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-------------------------------|-------------------------------|
| Saldo Inicial | 7.500 | 6.627 |
| (-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização | (65) | (61) |
| Subtotal | 7.435 | 6.566 |
| Atualização / Encargos (*) | 186 | 95 |
| Movimentação do Período Refletida no Resultado | 36 | 75 |
| Constituição (*) | 92 | 85 |
| Reversão (*) | (56) | (10) |
| Pagamento | (73) | (86) |
| Subtotal | 7.584 | 6.650 |
| (+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização | 66 | 62 |
| Saldo Final | 7.650 | 6.712 |

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

| Depósitos em Garantia | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Saldo Inicial | 4.339 | 4.736 |
| Apropriação de Rendas | 91 | 82 |
| Movimentação do Período | 66 | 58 |
| Novos Depósitos | 113 | 151 |
| Levantamentos Efetuados | (22) | (9) |
| Conversão em Renda | (25) | (84) |
| Saldo Final (Nota 20a) | 4.496 | 4.876 |
| Saldo Final após a Reclassificação | 4.496 | 4.876 |

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.121: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.109;
- INSS – Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – R\$ 931: discute-se a legalidade do FAP e inconsistências cometidas pelo INSS na sua apuração. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 101;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 622: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 535;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 570: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 219.

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 16.442, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.477: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.931: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 625 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.391: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.326: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 944: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 1.106 (R\$ 1.093 em 31/12/2015) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

| | 31/03/2016 | 31/03/2015 |
|---|------------|------------|
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro) | 849 | 781 |
| Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a) | 4.400 | 4.299 |

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

e) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram aos PPI – Programas de Parcelamento Incentivado substancialmente relacionados à esfera municipal, instituídos pelas Leis: (Lei nº 5.854, de 27/04/2015) Rio de Janeiro; (Lei nº 8.927, de 22/10/2015 e Decreto 26.624 de 26/10/2015) Salvador; (Lei nº 18.181, de 30/11/2015 e Decreto 29.275 de 30/11/2015) Recife; (Lei complementar nº 95, de 19/10/2015) Curitiba. Os programas promovem a regularização dos débitos referidos nestas leis, decorrentes de créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar.

O efeito líquido dos programas no resultado foi de R\$ 12, e está refletido em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras^(*), limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O BACEN, em linha com o Acordo de Basileia, exige que os bancos apresentem índices mínimos de capitalização equivalentes à relação entre Patrimônio de Referência (PR) e os ativos ponderados ao risco (RWA) de no mínimo 9,875%, decaindo gradualmente até 8,0% em 1º de janeiro de 2019. Em contrapartida, o BACEN também requer o cumprimento de um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACP_{Conservação}, ACP_{Contracíclico} e ACP_{Sistêmico} que, em conjunto com os índices mínimos de capitalização, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo. Atualmente, o valor apurado para ACP_{Conservação} corresponde a 0,625%, enquanto as parcelas ACP_{Contracíclico} e ACP_{Sistêmico} estão fixadas em 0%.

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN é composto por três níveis, onde:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital do BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do Patrimônio de Referência, o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do BACEN, com base no Consolidado Prudencial, que inclui as instituições financeiras, as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisições de operações com risco de crédito ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retenha substancialmente riscos e benefícios.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos – Pilar 3..

() As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado podem ser visualizados no site www.itaub.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Anexo I_IAISG”.*

| | 31/03/2016 |
|---|-----------------------------------|
| | Consolidado Prudencial (*) |
| Patrimônio de Referência | |
| Nível I | 99.290 |
| Capital Principal | 99.220 |
| Capital Complementar | 70 |
| Nível II | 23.582 |
| Total | 122.872 |
| Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco | |
| De Crédito | 637.179 |
| De Mercado | 20.356 |
| Operacional | 37.364 |
| Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) | 694.899 |
| Patrimônio de Referência Mínimo Requerido | 68.621 |
| Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido | 54.251 |
| Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - % | 17,7% |

(*) Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de Março de 2016, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

| Nome do Papel/Moeda | Valor Principal (Moeda Original) | Emissão | Vencimento | Remuneração a.a. | 31/03/2016 |
|---|-------------------------------------|---------|------------|-----------------------------|---------------|
| CDB Subordinado - BRL | | | | | |
| | 466 | 2006 | 2016 | 100% do CDI + 0,7% (*) | 1.278 |
| | 367 | 2010 | 2017 | IPCA + 7,21% a 7,33% | 847 |
| | 833 | | | Total | 2.125 |
| Letra Financeira Subordinada - BRL | | | | | |
| | 365 | 2010 | 2016 | 100% do CDI + 1,35% a 1,36% | 371 |
| | 1.874 | | | 112% a 112,5% do CDI | 1.904 |
| | 30 | | | IPCA + 7% | 62 |
| | 206 | 2010 | 2017 | IPCA + 6,95% a 7,2% | 327 |
| | 3.224 | 2011 | 2017 | 108% a 112% do CDI | 3.467 |
| | 352 | | | IPCA + 6,15% a 7,8% | 600 |
| | 138 | | | IGPM + 6,55% a 7,6% | 252 |
| | 3.650 | | | 100% do CDI + 1,29% a 1,52% | 3.765 |
| | 500 | 2012 | 2017 | 100% do CDI + 1,12% | 524 |
| | 42 | 2011 | 2018 | IGPM + 7% | 59 |
| | 30 | | | IPCA + 7,53% a 7,7% | 47 |
| | 461 | 2012 | 2018 | IPCA + 4,4% a 6,58% | 700 |
| | 3.782 | | | 100% do CDI + 1,01% a 1,32% | 3.963 |
| | 6.373 | | | 108% a 113% do CDI | 7.155 |
| | 112 | | | 9,95% a 11,95% | 162 |
| | 2 | 2011 | 2019 | 109% a 109,7% do CDI | 3 |
| | 12 | 2012 | 2019 | 11,96% | 19 |
| | 101 | | | IPCA + 4,7% a 6,3% | 155 |
| | 1 | | | 110% do CDI | 2 |
| | 20 | 2012 | 2020 | IPCA + 6% a 6,17% | 34 |
| | 1 | | | 111% do CDI | 2 |
| | 6 | 2011 | 2021 | 109,25% a 110,5% do CDI | 10 |
| | 2.307 | 2012 | 2022 | IPCA + 5,15% a 5,83% | 3.608 |
| | 20 | | | IGPM + 4,63% | 26 |
| | 23.609 | | | Total | 27.217 |
| Euronotes Subordinado - USD | | | | | |
| | 990 | 2010 | 2020 | 6,20% | 3.630 |
| | 1.000 | 2010 | 2021 | 5,75% | 3.533 |
| | 730 | 2011 | 2021 | 5,75% a 6,20% | 2.725 |
| | 550 | 2012 | 2021 | 6,20% | 1.957 |
| | 2.600 | 2012 | 2022 | 5,50% a 5,65% | 9.231 |
| | 1.851 | 2012 | 2023 | 5,13% | 6.718 |
| | 7.721 | | | Total | 27.794 |
| Total | | | | | 57.136 |

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2015 e comparativo a 2014, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos com o intuito de adequá-la à atual estrutura organizacional do banco. Serão reportados os seguintes segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. O Banco de Varejo passa a englobar os antigos segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações do Private Bank e da Latam para o Banco de Atacado, sendo estas as principais alterações desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú BMG Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico

Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *fundings* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;
- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Março de 2016
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

| Demonstração Consolidada do Resultado | Banco de Varejo | Banco de Atacado | Atividade com Mercado + Corporação | ITAÚ UNIBANCO | Ajustes | Consolidado IFRS |
|--|-----------------|------------------|------------------------------------|-----------------|----------------|------------------|
| Produto Bancário | 17.074 | 6.822 | 1.971 | 25.867 | 3.941 | 29.808 |
| Margem Financeira ⁽¹⁾ | 9.646 | 4.947 | 1.964 | 16.557 | 3.995 | 20.552 |
| Receita de Prestação de Serviços | 5.422 | 1.745 | 2 | 7.169 | 271 | 7.440 |
| Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização | 2.006 | 130 | 5 | 2.141 | (577) | 1.564 |
| Outras Receitas | - | - | - | - | 252 | 252 |
| Perdas com Créditos e Sinistros | (4.012) | (2.874) | 90 | (6.796) | 940 | (5.856) |
| Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (4.413) | (2.908) | 90 | (7.231) | 938 | (6.293) |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 780 | 49 | - | 829 | 2 | 831 |
| Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros | (379) | (15) | - | (394) | - | (394) |
| Margem Operacional | 13.062 | 3.948 | 2.061 | 19.071 | 4.881 | 23.952 |
| Outras Receitas / (Despesas) Operacionais | (8.652) | (2.763) | (511) | (11.926) | (1.351) | (13.277) |
| Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾ | (7.587) | (2.460) | (364) | (10.411) | (976) | (11.387) |
| Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras | (1.065) | (303) | (147) | (1.515) | (501) | (2.016) |
| Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | - | - | - | - | 126 | 126 |
| Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social | 4.410 | 1.185 | 1.550 | 7.145 | 3.530 | 10.675 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (1.580) | (143) | (123) | (1.846) | (3.131) | (4.977) |
| Participações Minoritárias nas Subsidiárias | (58) | - | (6) | (64) | 77 | 13 |
| Lucro Líquido | 2.772 | 1.042 | 1.421 | 5.235 | 476 | 5.711 |

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 16.021, receita de dividendos R\$ 10, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 3.012 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.509.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 427, de amortização de R\$ 243 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 210.

| | | | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|------------------|-----------------|------------------|
| Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/03/2016 | 842.128 | 505.457 | 111.266 | 1.283.071 | (79.777) | 1.203.294 |
| Passivo Total - 31/03/2016 | 807.140 | 457.467 | 85.798 | 1.174.626 | (86.192) | 1.088.434 |

⁽¹⁾ Inclui:

| | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|---------|-------|
| Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | 1.028 | - | 2.878 | 3.906 | 670 | 4.576 |
| Ágio | 853 | - | - | 853 | 1.816 | 2.669 |
| Imobilizado, Líquido | 5.527 | 1.229 | - | 6.756 | 1.425 | 8.181 |
| Intangível, Líquido | 6.444 | 897 | - | 7.341 | (1.103) | 6.238 |

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Março de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

| Demonstração Consolidada do Resultado | Banco de Varejo | Banco de Atacado | Atividade com Mercado + Corporação | ITAÚ UNIBANCO | Ajustes | Consolidado IFRS |
|--|-----------------|------------------|------------------------------------|-----------------|----------------|------------------|
| Produto Bancário | 17.197 | 5.798 | 1.951 | 24.946 | (4.868) | 20.078 |
| Margem Financeira ⁽¹⁾ | 10.098 | 3.955 | 1.910 | 15.963 | (4.961) | 11.002 |
| Receita de Prestação de Serviços | 5.106 | 1.735 | 25 | 6.866 | 244 | 7.110 |
| Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização | 1.993 | 108 | 16 | 2.117 | (491) | 1.626 |
| Outras Receitas | - | - | - | - | 340 | 340 |
| Perdas com Créditos e Sinistros | (2.878) | (1.984) | 39 | (4.823) | (227) | (5.050) |
| Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (3.503) | (2.051) | 39 | (5.515) | (231) | (5.746) |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 984 | 76 | - | 1.060 | 4 | 1.064 |
| Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros | (359) | (9) | - | (368) | - | (368) |
| Margem Operacional | 14.319 | 3.814 | 1.990 | 20.123 | (5.095) | 15.028 |
| Outras Receitas / (Despesas) Operacionais | (8.465) | (2.649) | (489) | (11.603) | (552) | (12.155) |
| Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾ | (7.435) | (2.376) | (336) | (10.147) | (853) | (11.000) |
| Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras | (1.030) | (273) | (153) | (1.456) | 170 | (1.286) |
| Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | - | - | - | - | 131 | 131 |
| Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social | 5.854 | 1.165 | 1.501 | 8.520 | (5.647) | 2.873 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (2.051) | (256) | (300) | (2.607) | 5.517 | 2.910 |
| Participações Minoritárias nas Subsidiárias | (104) | - | (1) | (105) | (5) | (110) |
| Lucro Líquido | 3.699 | 909 | 1.200 | 5.808 | (135) | 5.673 |

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 19.174, receita de dividendos R\$ 2, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 1.665 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (9.839).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 399, de amortização de R\$ 211 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 281.

| | | | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|------------------|-----------------|------------------|
| Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2015 | 873.202 | 547.236 | 127.716 | 1.359.172 | (82.757) | 1.276.415 |
| Passivo Total - 31/12/2015 | 840.033 | 502.887 | 97.017 | 1.250.955 | (88.599) | 1.162.356 |

⁽¹⁾ Inclui:

| | | | | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|---------|-------|
| Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto | 1.064 | - | 2.436 | 3.500 | 899 | 4.399 |
| Ágio | 232 | - | - | 232 | 1.825 | 2.057 |
| Imobilizado, Líquido | 5.781 | 1.274 | - | 7.055 | 1.486 | 8.541 |
| Intangível, Líquido | 6.606 | 857 | - | 7.463 | (1.168) | 6.295 |

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

| | 01/01 a 31/03/2016 | | | 01/01 a 31/03/2015 | | |
|--|--------------------|----------|--------|--------------------|----------|--------|
| | Brasil | Exterior | Total | Brasil | Exterior | Total |
| Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)} | 38.868 | 4.370 | 43.238 | 24.642 | 2.153 | 26.795 |
| Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização | 1.527 | 37 | 1.564 | 1.605 | 21 | 1.626 |
| Receita de Prestação de Serviços | 6.891 | 549 | 7.440 | 6.551 | 559 | 7.110 |
| Ativos não Correntes ⁽³⁾ | 13.509 | 910 | 14.419 | 13.841 | 995 | 14.836 |

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2015.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

| ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO | | | | |
|---|--------------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | Ativo / (Passivo) | | Receitas / (Despesas) | |
| | 31/03/2016 | 31/12/2015 | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
| Captações no Mercado Aberto | (352) | (249) | (16) | (6) |
| Duratex S.A. | (22) | (41) | (1) | (3) |
| Elekeiroz S.A. | (7) | (8) | - | - |
| Itautec S.A. | (41) | (110) | (2) | - |
| Itaúsa Empreendimentos S.A. | - | (64) | - | (3) |
| Olimpia Promoção e Serviços S.A. | - | (11) | - | - |
| Instituto Unibanco | (257) | - | (11) | - |
| Outras | (25) | (15) | (2) | - |
| Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) | (120) | (116) | 5 | 15 |
| de Prestação de Serviços | | | | |
| Itaú Unibanco S.A. | - | - | - | 7 |
| Itaúsa Empreendimentos S.A. | - | - | - | (2) |
| Olimpia Promoção e Serviços S.A. | (2) | (2) | (6) | - |
| Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar | (118) | (114) | 10 | 8 |
| FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado | - | - | - | 1 |
| Outras | - | - | 1 | 1 |
| Receitas (Despesas) com Aluguéis | - | - | (14) | (13) |
| Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar | - | - | (11) | (10) |
| FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado | - | - | (3) | (3) |
| Despesas com Doações | - | - | (22) | (27) |
| Instituto Itaú Cultural | - | - | (22) | (27) |

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ (1) (R\$ (1) de 01/01 a 31/03/2015) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|--|-------------------------------|-------------------------------|
| Remuneração | 143 | 155 |
| Conselho de Administração | 11 | 8 |
| Administradores | 132 | 147 |
| Participações no Lucro | 39 | 36 |
| Conselho de Administração | 1 | - |
| Administradores | 38 | 36 |
| Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores | 5 | 4 |
| Plano de Pagamento em Ações - Administradores | 96 | 54 |
| Total | 283 | 249 |

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

| Classificação Interna | PD | Classificação Externa | | |
|-----------------------|--|-----------------------|-------------|---------------|
| | | Moody's | S&P | Fitch |
| Baixo | Menor ou igual a 4,44% | Aaa até B2 | AAA até B | AAA até B- |
| Médio | Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95% | B3 até Caa3 | B- até CCC- | CCC+ até CCC- |
| Alto | Maior que 25,95% | Ca1 até D | CC+ até D | CC+ até D |
| <i>Impairment</i> | Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias | Ca1 até D | CC+ até D | CC+ até D |

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação). As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado por área executiva independente das unidades de negócios e responsável pelo controle de riscos, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

| | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | Brasil | Exterior | Total | Brasil | Exterior | Total |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 4.260 | 24.929 | 29.189 | 7.502 | 23.023 | 30.525 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 208.785 | 609 | 209.394 | 252.295 | 2.109 | 254.404 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 162.945 | 6.960 | 169.905 | 157.206 | 7.105 | 164.311 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | - | 396 | 396 | - | 642 | 642 |
| Derivativos | 16.078 | 11.670 | 27.748 | 15.858 | 10.897 | 26.755 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 53.390 | 32.289 | 85.679 | 52.221 | 33.824 | 86.045 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 27.737 | 13.367 | 41.104 | 27.378 | 14.807 | 42.185 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro | 307.956 | 110.070 | 418.026 | 326.241 | 121.163 | 447.404 |
| Outros Ativos Financeiros | 44.484 | 9.551 | 54.035 | 47.665 | 5.841 | 53.506 |
| <i>Off Balance</i> | 271.492 | 28.459 | 299.951 | 272.274 | 30.246 | 302.520 |
| Avais e Fianças | 67.185 | 4.832 | 72.017 | 68.897 | 5.347 | 74.244 |
| Cartas de Crédito a Liberar | 7.502 | - | 7.502 | 6.936 | - | 6.936 |
| Compromissos a Liberar | 196.805 | 23.627 | 220.432 | 196.441 | 24.899 | 221.340 |
| Crédito Imobiliário | 5.912 | - | 5.912 | 6.812 | - | 6.812 |
| Cheque Especial | 80.729 | - | 80.729 | 81.151 | - | 81.151 |
| Cartão de Crédito | 106.157 | 1.025 | 107.182 | 102.721 | 1.211 | 103.932 |
| Outros Limites Pré-Aprovados | 4.007 | 22.602 | 26.609 | 5.757 | 23.688 | 29.445 |
| Total | 1.097.127 | 238.300 | 1.335.427 | 1.158.640 | 249.657 | 1.408.297 |

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2016 e 31/12/2015, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 86,6% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,2% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 6,4% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

| | 31/03/2016 | % | 31/12/2015 | % |
|----------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| Setor Público | 3.070 | 0,7 | 3.182 | 0,7 |
| Indústria e Comércio | 110.386 | 24,7 | 125.386 | 26,5 |
| Serviços | 97.972 | 22,0 | 104.226 | 22,0 |
| Setor Primário | 23.084 | 5,2 | 25.306 | 5,3 |
| Outros Setores | 2.261 | 0,5 | 2.526 | 0,5 |
| Pessoa Física | 209.154 | 46,9 | 213.622 | 45,0 |
| Total | 445.927 | 100,0 | 474.248 | 100,0 |

b) Demais Ativos Financeiros (*)

| | 31/03/2016 | % | 31/12/2015 | % |
|----------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| Setor Primário | 3.448 | 0,6 | 4.313 | 0,7 |
| Setor Público | 203.865 | 36,2 | 197.871 | 32,7 |
| Indústria e Comércio | 11.269 | 2,0 | 11.856 | 2,0 |
| Serviços | 17.553 | 3,1 | 89.932 | 14,9 |
| Outros Setores | 88.451 | 15,7 | 15.420 | 2,5 |
| Pessoa Física | 246 | 0,0 | 546 | 0,1 |
| Financeiras | 238.583 | 42,4 | 284.929 | 47,1 |
| Total | 563.415 | 100,0 | 604.867 | 100,0 |

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

| Classificação Interna | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|-----------------------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|---|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| | Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda | Créditos Vencidos sem Evento de Perda | Créditos Vencidos com Evento de Perda | Total dos Créditos | Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda | Créditos Vencidos sem Evento de Perda | Créditos Vencidos com Evento de Perda | Total dos Créditos |
| Baixo | 310.335 | 4.275 | - | 314.610 | 340.368 | 3.838 | - | 344.206 |
| Médio | 76.904 | 7.206 | - | 84.110 | 76.940 | 6.489 | - | 83.429 |
| Alto | 11.563 | 7.034 | - | 18.597 | 12.609 | 6.847 | - | 19.456 |
| <i>Impairment</i> | - | - | 28.610 | 28.610 | - | - | 27.157 | 27.157 |
| Total | 398.802 | 18.515 | 28.610 | 445.927 | 429.917 | 17.174 | 27.157 | 474.248 |
| % | 89,4% | 4,2% | 6,4% | 100,0% | 90,7% | 3,6% | 5,7% | 100,0% |

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

| | 31/03/2016 | | | | | 31/12/2015 | | | | |
|--|----------------|---------------|---------------|-------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|-------------------|----------------|
| | Baixo | Médio | Alto | <i>Impairment</i> | Total | Baixo | Médio | Alto | <i>Impairment</i> | Total |
| Pessoas Físicas | 101.007 | 58.850 | 12.454 | 11.603 | 183.914 | 102.479 | 60.132 | 13.030 | 11.579 | 187.220 |
| Cartão de Crédito | 37.561 | 11.143 | 2.257 | 3.906 | 54.867 | 40.297 | 11.887 | 2.286 | 4.072 | 58.542 |
| Crédito Pessoal | 7.107 | 7.560 | 8.823 | 5.141 | 28.631 | 6.234 | 8.014 | 9.099 | 5.049 | 28.396 |
| Crédito Consignado | 10.361 | 34.366 | 659 | 1.352 | 46.738 | 9.582 | 33.766 | 844 | 1.242 | 45.434 |
| Veículos | 13.241 | 3.496 | 649 | 789 | 18.175 | 14.149 | 4.292 | 737 | 880 | 20.058 |
| Crédito Imobiliário | 32.737 | 2.285 | 66 | 415 | 35.503 | 32.217 | 2.173 | 64 | 336 | 34.790 |
| Grandes Empresas | 111.880 | 9.930 | 5 | 12.679 | 134.494 | 133.779 | 6.915 | 206 | 11.627 | 152.527 |
| Micros/Pequenas e Médias Empresas | 42.091 | 11.677 | 4.952 | 3.649 | 62.369 | 45.202 | 12.567 | 4.993 | 3.276 | 66.038 |
| Unidades Externas América Latina | 59.632 | 3.653 | 1.186 | 679 | 65.150 | 62.746 | 3.815 | 1.227 | 675 | 68.463 |
| Total | 314.610 | 84.110 | 18.597 | 28.610 | 445.927 | 344.206 | 83.429 | 19.456 | 27.157 | 474.248 |
| % | 70,5% | 18,9% | 4,2% | 6,4% | 100,0% | 72,6% | 17,6% | 4,1% | 5,7% | 100,0% |

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

| | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|--|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
| | Baixo | Médio | Alto | Total | Baixo | Médio | Alto | Total |
| I - Operações Avaliadas Individualmente | | | | | | | | |
| Grandes Empresas | 111.082 | 9.281 | - | 120.363 | 133.251 | 6.721 | 114 | 140.086 |
| II - Operações Avaliadas Coletivamente | | | | | | | | |
| Pessoas Físicas | 98.972 | 53.994 | 7.567 | 160.533 | 100.819 | 55.625 | 8.269 | 164.713 |
| Cartão de Crédito | 37.107 | 10.140 | 1.348 | 48.595 | 39.945 | 11.086 | 1.492 | 52.523 |
| Crédito Pessoal | 7.016 | 7.005 | 5.645 | 19.666 | 6.166 | 7.527 | 6.030 | 19.723 |
| Crédito Consignado | 10.249 | 33.702 | 488 | 44.439 | 9.501 | 33.116 | 642 | 43.259 |
| Veículos | 12.577 | 2.200 | 67 | 14.844 | 13.584 | 2.918 | 84 | 16.586 |
| Crédito Imobiliário | 32.023 | 947 | 19 | 32.989 | 31.623 | 978 | 21 | 32.622 |
| Micro/Pequenas e Médias Empresas | 41.476 | 10.393 | 3.310 | 55.179 | 44.582 | 11.181 | 3.456 | 59.219 |
| Unidades Externas América Latina | 58.805 | 3.236 | 686 | 62.727 | 61.716 | 3.413 | 770 | 65.899 |
| Total | 310.335 | 76.904 | 11.563 | 398.802 | 340.368 | 76.940 | 12.609 | 429.917 |

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

| | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|--|-------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|
| | Vencidos em até 30 dias | Vencidos de 31 a 60 dias | Vencidos de 61 a 90 dias | Total | Vencidos em até 30 dias | Vencidos de 31 a 60 dias | Vencidos de 61 a 90 dias | Total |
| Pessoas Físicas | 6.897 | 3.249 | 1.634 | 11.780 | 6.306 | 2.973 | 1.650 | 10.929 |
| Cartão de Crédito | 1.310 | 509 | 547 | 2.366 | 978 | 417 | 551 | 1.946 |
| Crédito Pessoal | 2.119 | 1.205 | 500 | 3.824 | 1.992 | 1.127 | 505 | 3.624 |
| Crédito Consignado | 562 | 224 | 162 | 948 | 532 | 248 | 153 | 933 |
| Veículos | 1.684 | 622 | 237 | 2.543 | 1.706 | 642 | 245 | 2.593 |
| Crédito Imobiliário | 1.222 | 689 | 188 | 2.099 | 1.098 | 539 | 196 | 1.833 |
| Grandes Empresas | 1.031 | 264 | 156 | 1.451 | 571 | 168 | 73 | 812 |
| Micros/Pequenas e Médias Empresas | 2.028 | 1.028 | 484 | 3.540 | 2.128 | 987 | 429 | 3.544 |
| Unidades Externas América Latina | 1.337 | 262 | 145 | 1.744 | 1.506 | 274 | 109 | 1.889 |
| Total | 11.293 | 4.803 | 2.419 | 18.515 | 10.511 | 4.402 | 2.261 | 17.174 |

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

| 31/03/2016 | | | | | | | |
|-----------------------|---|---|--|-------------------|---|--|----------------|
| Classificação Interna | Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto | Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | Derivativos Ativo | Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | Total |
| Baixo | 238.583 | 169.875 | 396 | 27.527 | 83.064 | 40.495 | 559.940 |
| Médio | - | 13 | - | 62 | 920 | 609 | 1.604 |
| Alto | - | 17 | - | 159 | 818 | - | 994 |
| Impairment | - | - | - | - | 877 | - | 877 |
| Total | 238.583 | 169.905 | 396 | 27.748 | 85.679 | 41.104 | 563.415 |
| % | 42,3 | 30,2 | 0,1 | 4,9 | 15,2 | 7,3 | 100,0 |

| 31/12/2015 | | | | | | | |
|-----------------------|---|---|--|-------------------|---|--|----------------|
| Classificação Interna | Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto | Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | Derivativos Ativo | Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | Total |
| Baixo | 284.929 | 164.283 | 642 | 26.251 | 84.284 | 41.843 | 602.232 |
| Médio | - | 26 | - | 130 | 889 | 342 | 1.387 |
| Alto | - | 2 | - | 374 | 308 | - | 684 |
| Impairment | - | - | - | - | 564 | - | 564 |
| Total | 284.929 | 164.311 | 642 | 26.755 | 86.045 | 42.185 | 604.867 |
| % | 47,1 | 27,2 | 0,1 | 4,4 | 14,2 | 7,0 | 100,0 |

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

| Efeito financeiro da garantia | 31/03/2016 | | | | 31/12/2015 | | | |
|---|------------------------------------|-------------------------|---|-------------------------|------------------------------------|-------------------------|---|-------------------------|
| | (I) Ativos com Excesso de Garantia | | (II) Ativos com Insuficiência de Garantia | | (I) Ativos com Excesso de Garantia | | (II) Ativos com Insuficiência de Garantia | |
| | Valor Contábil do Ativo | Valor Justo da Garantia | Valor Contábil do Ativo | Valor Justo da Garantia | Valor Contábil do Ativo | Valor Justo da Garantia | Valor Contábil do Ativo | Valor Justo da Garantia |
| Pessoas Físicas | 53.513 | 131.890 | 682 | 615 | 54.640 | 135.202 | 639 | 572 |
| Crédito Pessoal | 488 | 1.225 | 461 | 432 | 495 | 1.204 | 448 | 419 |
| Veículos | 17.715 | 45.955 | 219 | 182 | 19.390 | 50.662 | 189 | 152 |
| Crédito Imobiliário | 35.310 | 84.710 | 2 | 1 | 34.755 | 83.336 | 2 | 1 |
| Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas | 154.875 | 454.558 | 7.670 | 2.667 | 169.560 | 481.916 | 7.968 | 2.932 |
| Unidades Externas América Latina | 55.172 | 88.292 | 6.809 | 5.600 | 57.680 | 89.531 | 7.715 | 6.042 |
| Total | 263.560 | 674.740 | 15.161 | 8.882 | 281.880 | 706.649 | 16.322 | 9.546 |

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 167.206 (R\$ 176.046 em 31/12/2015).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

| | 01/01 a 31/03/2016 | 01/01 a 31/03/2015 |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Imóveis Não de Uso | - | 97 |
| Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário | 137 | 29 |
| Veículos - Vinculado a Operações de Crédito | 4 | 5 |
| Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação | 5 | 20 |
| Total | 146 | 151 |

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices baseados nestes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequados.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.464 de 26 de Junho de 2007 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado (como risco de taxa de juros, risco de variação cambial, entre outros). Este arcabouço de limites e alertas cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais). A estrutura de limites de risco de mercado estende-se ao nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar a concentração de riscos. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados diariamente, sendo que os excessos e violações potenciais de limites são reportados e discutidos para cada limite estabelecido:

- Em um dia útil, para a gestão das unidades de negócios responsáveis e executivos da área de controle de risco e das áreas de negócios; e
- Em até um mês, para órgãos colegiados competentes.

Relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. Além disso, o processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados. O processo de definição dos níveis de limites e os relatórios de violações seguem a governança de aprovação dos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O fluxo de informações estabelecido visa a dar ciência aos diversos níveis executivos da instituição, inclusive aos membros do Conselho de Administração por intermédio de Comitês responsáveis pela gestão de riscos. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle, sendo revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27 de Junho de 2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de negociação e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco, componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (“MtM – Mark to Market”); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01- Delta Variation): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado através da metodologia por Simulação Histórica, que reprecifica integralmente todas as suas posições com base na série histórica dos preços dos ativos. Durante o primeiro trimestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou por incorporar as exposições de cada unidade externa cálculo do seu VaR Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de maneira a contemplar também os fatores de risco dessas unidades, aprimorando assim a metodologia utilizada.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e a diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período. O VaR Total Médio no trimestre manteve-se inferior a 1% do patrimônio líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em linha com o trimestre anterior.

De 01/01 a 31/03/2016, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 174,1 milhões ou 0,15% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2015 foi de R\$ 207,0 milhões ou 0,18% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

| | VaR Total (Simulação Histórica) | | | | | | | | | | | |
|--|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/03/2016 ⁽¹⁾ | | | | 31/03/2016 ⁽²⁾ | | | | 31/12/2015 ⁽²⁾ | | | |
| | Média | Mínimo | Máximo | VaR Total | Média | Mínimo | Máximo | VaR Total | Média | Mínimo | Máximo | VaR Total |
| VaR por Grupo de Fatores de Risco | | | | | | | | | | | | |
| Taxas de Juros | 122,9 | 86,2 | 165,4 | 165,4 | 120,2 | 84,2 | 160,3 | 160,1 | 131,9 | 78,2 | 236,4 | 121,2 |
| Cupons Cambiais | 111,2 | 99,9 | 123,5 | 102,0 | 110,5 | 100,0 | 123,2 | 101,7 | 93,6 | 75,1 | 139,2 | 108,6 |
| Varição Cambial | 16,7 | 8,5 | 27,7 | 20,7 | 16,4 | 8,7 | 26,9 | 18,0 | 47,2 | 11,3 | 118,6 | 13,1 |
| Índices de Preços | 114,4 | 86,8 | 146,3 | 140,2 | 114,3 | 85,6 | 146,3 | 139,0 | 134,1 | 103,9 | 294,9 | 108,9 |
| Renda Variável | 58,3 | 53,0 | 69,4 | 62,5 | 58,3 | 52,9 | 69,1 | 62,5 | 28,5 | 17,2 | 70,4 | 59,3 |
| Efeito de Diversificação | | | | (315,8) | | | | (309,0) | | | | (233,3) |
| Risco Total | 174,1 | 155,1 | 208,5 | 174,9 | 197,2 | 174,6 | 230,3 | 200,9 | 207,0 | 152,3 | 340,7 | 204,0 |

(1) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

(2) O VaR por Grupo de Fatores de Risco não considera as informações das unidades externas.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

| | 31/03/2016 | | | | | | 31/12/2015 | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|------------------|
| | 0-30 dias | 31-180 dias | 181-365 dias | 1-5 anos | Acima de 5 anos | Total | 0-30 dias | 31-180 dias | 181-365 dias | 1-5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Ativos Remunerados | 346.954 | 179.695 | 96.403 | 284.299 | 161.838 | 1.069.189 | 376.617 | 203.639 | 97.021 | 277.995 | 186.609 | 1.141.881 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 21.254 | 5.786 | 1.390 | 759 | - | 29.189 | 23.454 | 3.436 | 2.879 | 753 | 3 | 30.525 |
| Aplicações no Mercado Aberto | 165.871 | 38.257 | 5.002 | 253 | 11 | 209.394 | 196.402 | 57.997 | 5 | - | - | 254.404 |
| Depósitos Compulsórios no Banco Central | 59.847 | - | - | - | - | 59.847 | 62.766 | - | - | - | - | 62.766 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 19.023 | 12.239 | 10.204 | 71.937 | 56.502 | 169.905 | 12.872 | 9.413 | 13.649 | 57.700 | 70.677 | 164.311 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado | - | - | 221 | 175 | - | 396 | - | - | - | 642 | - | 642 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 3.768 | 11.309 | 12.565 | 31.609 | 26.428 | 85.679 | 3.903 | 7.106 | 11.914 | 35.098 | 28.024 | 86.045 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 340 | 285 | 1.021 | 17.247 | 22.211 | 41.104 | 342 | - | 319 | 14.500 | 27.024 | 42.185 |
| Derivativos | 6.684 | 6.392 | 5.211 | 7.128 | 2.333 | 27.748 | 6.040 | 7.152 | 2.653 | 8.116 | 2.794 | 26.755 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro | 70.167 | 105.427 | 60.789 | 155.191 | 54.353 | 445.927 | 70.838 | 118.535 | 65.602 | 161.186 | 58.087 | 474.248 |
| Passivos Remunerados | 256.432 | 82.933 | 69.368 | 306.757 | 62.758 | 778.248 | 290.908 | 98.129 | 74.635 | 316.852 | 72.968 | 853.492 |
| Depósitos de Poupança | 107.293 | - | - | - | - | 107.293 | 111.319 | - | - | - | - | 111.319 |
| Depósitos a Prazo | 9.638 | 18.618 | 9.896 | 47.816 | 5.948 | 91.916 | 13.465 | 19.252 | 13.277 | 57.694 | 1.562 | 105.250 |
| Depósitos Interfinanceiros | 3.431 | 4.506 | 582 | 33 | - | 8.552 | 4.475 | 8.727 | 1.012 | 735 | - | 14.949 |
| Mercado Aberto | 120.770 | 13.688 | 24.412 | 134.614 | 12.456 | 305.940 | 144.750 | 15.186 | 21.262 | 134.708 | 20.737 | 336.643 |
| Mercado Interbancário | 8.909 | 36.991 | 23.897 | 64.455 | 13.899 | 148.151 | 8.056 | 42.525 | 29.966 | 62.654 | 13.685 | 156.886 |
| Mercado Institucional | 773 | 4.720 | 6.168 | 43.961 | 28.419 | 84.041 | 4.988 | 5.123 | 5.748 | 42.938 | 35.121 | 93.918 |
| Derivativos | 5.618 | 4.388 | 4.318 | 12.602 | 2.008 | 28.934 | 3.850 | 7.309 | 3.348 | 14.715 | 1.849 | 31.071 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | - | 22 | 95 | 250 | 28 | 395 | 5 | 7 | 22 | 364 | 14 | 412 |
| Passivos de Planos de Capitalização | - | - | - | 3.026 | - | 3.026 | - | - | - | 3.044 | - | 3.044 |
| Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾ | 90.522 | 96.762 | 27.035 | (22.458) | 99.080 | 290.941 | 85.709 | 105.510 | 22.386 | (38.857) | 113.641 | 288.389 |
| Diferença Acumulada | 90.522 | 187.284 | 214.319 | 191.861 | 290.941 | 85.709 | 191.219 | 213.605 | 174.748 | 288.389 | | |
| Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados | 8,5% | 17,5% | 20,0% | 17,9% | 27,2% | | 7,5% | 16,7% | 18,7% | 15,3% | 25,3% | |

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

| Ativo | 31/03/2016 | | | | |
|---|----------------|-----------|---------------|---------------|----------------|
| | Dólar | Euro | Peso Chileno | Outros | Total |
| Disponibilidades | 6.290 | - | 652 | 4.051 | 10.993 |
| Depósitos Compulsórios no Banco Central | 142 | - | 3.338 | 4.468 | 7.948 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 17.980 | - | 863 | 6.086 | 24.929 |
| Aplicações em Mercado Aberto | 407 | - | - | 202 | 609 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 6.031 | - | 271 | 658 | 6.960 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | 396 | - | - | - | 396 |
| Derivativos | 10.099 | - | 1.480 | 91 | 11.670 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 28.142 | - | 2.346 | 1.801 | 32.289 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 13.367 | - | - | - | 13.367 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida | 55.719 | 20 | 35.980 | 18.351 | 110.070 |
| Total do Ativo | 138.573 | 20 | 44.930 | 35.708 | 219.231 |

| Passivo | 31/03/2016 | | | | |
|---|----------------|----------|---------------|---------------|----------------|
| | Dólar | Euro | Peso Chileno | Outros | Total |
| Depósitos | 42.377 | - | 24.436 | 29.120 | 95.933 |
| Captações no Mercado Aberto | 23.904 | - | 96 | 123 | 24.123 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | 395 | - | - | - | 395 |
| Derivativos | 9.111 | - | 1.475 | 175 | 10.761 |
| Recursos de Mercados Interbancários | 52.334 | - | 4.363 | 664 | 57.361 |
| Recursos de Mercados Institucionais | 40.164 | - | 7.986 | 336 | 48.486 |
| Total do Passivo | 168.285 | - | 38.356 | 30.418 | 237.059 |

| | | | | | |
|------------------------|-----------------|-----------|--------------|--------------|-----------------|
| Posição Líquida | (29.712) | 20 | 6.574 | 5.290 | (17.828) |
|------------------------|-----------------|-----------|--------------|--------------|-----------------|

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

| Ativo | 31/12/2015 | | | |
|---|----------------|---------------|---------------|----------------|
| | Dólar | Peso Chileno | Outros | Total |
| Disponibilidades | 6.060 | 779 | 4.611 | 11.450 |
| Depósitos Compulsórios no Banco Central | 234 | 503 | 6.435 | 7.172 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 16.281 | 2.093 | 4.649 | 23.023 |
| Aplicações em Mercado Aberto | 1.966 | 56 | 87 | 2.109 |
| Ativos Financeiros Mantidos para Negociação | 6.125 | 73 | 907 | 7.105 |
| Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado | 642 | - | - | 642 |
| Derivativos | 9.581 | 1.279 | 37 | 10.897 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 28.833 | 3.063 | 1.928 | 33.824 |
| Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento | 14.807 | - | - | 14.807 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida | 63.456 | 36.776 | 20.931 | 121.163 |
| Total do Ativo | 147.985 | 44.622 | 39.585 | 232.192 |

| Passivo | 31/12/2015 | | | |
|---|----------------|---------------|---------------|----------------|
| | Dólar | Peso Chileno | Outros | Total |
| Depósitos | 55.539 | 25.811 | 30.657 | 112.007 |
| Captações no Mercado Aberto | 23.405 | 240 | 142 | 23.787 |
| Passivos Financeiros Mantidos para Negociação | 412 | - | - | 412 |
| Derivativos | 9.179 | 1.396 | 429 | 11.004 |
| Recursos de Mercados Interbancários | 59.203 | 3.796 | 821 | 63.820 |
| Recursos de Mercados Institucionais | 44.901 | 8.112 | 334 | 53.347 |
| Total do Passivo | 192.639 | 39.355 | 32.383 | 264.377 |

| | | | | |
|------------------------|-----------------|--------------|--------------|-----------------|
| Posição Líquida | (44.654) | 5.267 | 7.202 | (32.185) |
|------------------------|-----------------|--------------|--------------|-----------------|

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 546,7 bilhões (R\$ 586,2 bilhões 31/12/2015), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 34,0% do total, ou R\$ 185,8 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

| Recursos de Clientes | 31/03/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|---|----------------|----------------|--------------|----------------|----------------|------------|
| | 0-30 dias | Total | % | 0-30 dias | Total | % |
| Depósitos | 178.919 | 266.318 | | 190.352 | 292.610 | |
| Recursos à Vista | 58.557 | 58.557 | 10,7 | 61.092 | 61.092 | 10,4 |
| Recursos de Poupança | 107.293 | 107.293 | 19,6 | 111.319 | 111.319 | 19,0 |
| Recursos a Prazo | 9.638 | 91.916 | 16,8 | 13.465 | 105.250 | 18,0 |
| Outros Recursos | 3.431 | 8.552 | 1,6 | 4.476 | 14.949 | 2,6 |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾ | 4.114 | 74.352 | 13,6 | 4.128 | 75.590 | 12,9 |
| Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾ | 2.309 | 148.139 | 27,1 | 2.863 | 152.215 | 25,9 |
| Dívida Subordinada | 421 | 57.919 | 10,6 | 4.722 | 65.785 | 11,2 |
| Total | 185.763 | 546.728 | 100,0 | 202.065 | 586.200 | 100 |

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 137,3 bilhões e representavam 73,9% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 25,1% do total de recursos e 17,6% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

| Indicadores de Liquidez | 31/03/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------|------------|
| | % | % |
| Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾ | 73,9 | 77,5 |
| Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾ | 25,1 | 26,7 |
| Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾ | 17,6 | 18,1 |

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 781.692 (R\$ 863.180 em 31/12/2015).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

| Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos | 31/03/2016 | | | | | 31/12/2015 | | | | |
|--|----------------|----------------|---------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|
| | 0 - 30 dias | 31 - 365 dias | 366-720 dias | Acima de 720 dias | Total | 0 - 30 dias | 31 - 365 dias | 366-720 dias | Acima de 720 dias | Total |
| Ativos Financeiros ⁽¹⁾ | | | | | | | | | | |
| Disponibilidades | 18.384 | - | - | - | 18.384 | 18.544 | - | - | - | 18.544 |
| Aplicações em Instituições Financeiras | 181.829 | 43.805 | 656 | 278 | 226.568 | 229.295 | 40.016 | 696 | 239 | 270.246 |
| Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾ | 66.244 | - | - | - | 66.244 | 72.091 | - | - | - | 72.091 |
| Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada | 93.801 | 37.009 | - | - | 130.810 | 133.315 | 33.742 | - | - | 167.057 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 21.784 | 6.796 | 656 | 278 | 29.514 | 23.889 | 6.274 | 696 | 239 | 31.098 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 67.458 | 16.385 | 7.478 | 70.796 | 162.117 | 71.124 | 15.485 | 11.017 | 78.774 | 176.400 |
| Títulos Públicos - Livres | 52.708 | - | - | - | 52.708 | 65.965 | - | - | - | 65.965 |
| Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra | 8.792 | 1.955 | 1.055 | 4.421 | 16.223 | 68 | 2.675 | 712 | 6.866 | 10.321 |
| Títulos Privados - Livres | 5.958 | 14.430 | 6.423 | 66.375 | 93.186 | 5.091 | 12.681 | 10.305 | 71.908 | 99.985 |
| Títulos Privados - Compromissadas de Recompra | - | - | - | - | - | - | 129 | - | - | 129 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 6.684 | 9.120 | 3.242 | 5.743 | 24.789 | 5.955 | 7.685 | 3.430 | 6.289 | 23.359 |
| Posição Bruta | - | 36 | - | 473 | 509 | - | 1 | - | 20 | 21 |
| Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa | - | 2.440 | - | 824 | 3.264 | - | 852 | - | 975 | 1.827 |
| Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva | - | (2.404) | - | (351) | (2.755) | - | (851) | - | (955) | (1.806) |
| Posição Líquida | 6.684 | 9.084 | 3.242 | 5.271 | 24.281 | 5.955 | 7.684 | 3.430 | 6.269 | 23.338 |
| Swaps | 111 | 2.527 | 1.415 | 3.836 | 7.889 | 666 | 2.140 | 1.935 | 4.406 | 9.147 |
| Opções | 685 | 2.651 | 1.248 | 366 | 4.950 | 2.413 | 2.000 | 692 | 478 | 5.583 |
| Contratos a Termo | 4.011 | 1.347 | 1 | - | 5.359 | 1.204 | 1.961 | 1 | - | 3.166 |
| Demais Derivativos | 1.877 | 2.559 | 578 | 1.069 | 6.083 | 1.672 | 1.583 | 802 | 1.385 | 5.442 |
| Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾ | 56.728 | 157.681 | 80.806 | 173.184 | 468.399 | 63.263 | 171.813 | 86.118 | 187.619 | 508.813 |
| Total de Ativos Financeiros | 331.083 | 226.991 | 92.182 | 250.001 | 900.257 | 388.181 | 234.999 | 101.261 | 272.921 | 997.362 |

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 67.001 (R\$ 66.556 em 31/12/2015) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 10.947 (R\$ 9.461 em 31/12/2015), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 42.303 (R\$ 38.978 em 31/12/2015) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 5.361 (R\$ 5.495 em 31/12/2015).

| Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos | 31/03/2016 | | | | | 31/12/2015 | | | | |
|---|-----------------|----------------|----------------|-------------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|-------------------|-----------------|
| | 0 - 30 dias | 31 - 365 dias | 366 - 720 dias | Acima de 720 dias | Total | 0 - 30 dias | 31 - 365 dias | 366 - 720 dias | Acima de 720 dias | Total |
| Passivos Financeiros | | | | | | | | | | |
| Depósitos | 179.276 | 34.960 | 7.304 | 66.510 | 288.050 | 190.890 | 45.133 | 8.331 | 64.843 | 309.197 |
| Depósito a Vista | 58.557 | - | - | - | 58.557 | 61.092 | - | - | - | 61.092 |
| Depósito Poupança | 107.293 | - | - | - | 107.293 | 111.319 | - | - | - | 111.319 |
| Depósito a Prazo | 9.862 | 29.849 | 7.287 | 66.488 | 113.486 | 13.873 | 34.660 | 8.326 | 64.819 | 121.678 |
| Depósito Interfinanceiros | 3.565 | 5.111 | 17 | 22 | 8.715 | 4.606 | 10.473 | 5 | 24 | 15.108 |
| Depósitos Compulsórios | (39.599) | (9.253) | (2.149) | (16.000) | (67.001) | (40.807) | (9.021) | (2.043) | (14.685) | (66.556) |
| Depósito a Vista | (11.585) | - | - | - | (11.585) | (10.224) | - | - | - | (10.224) |
| Depósito Poupança | (24.875) | - | - | - | (24.875) | (26.838) | - | - | - | (26.838) |
| Depósito a Prazo | (3.139) | (9.253) | (2.149) | (16.000) | (30.541) | (3.745) | (9.021) | (2.043) | (14.685) | (29.494) |
| Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾ | 150.793 | 38.028 | 53.311 | 106.710 | 348.842 | 167.363 | 39.464 | 63.773 | 111.189 | 381.789 |
| Títulos Públicos | 119.421 | 6.348 | 3.205 | 22.245 | 151.219 | 139.530 | 5.315 | 2.588 | 29.937 | 177.370 |
| Títulos Privados | 6.312 | 31.678 | 50.106 | 84.465 | 172.561 | 8.043 | 30.146 | 61.185 | 81.252 | 180.626 |
| Exterior | 25.060 | 2 | - | - | 25.062 | 19.790 | 4.003 | - | - | 23.793 |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾ | 4.276 | 21.302 | 19.976 | 42.936 | 88.490 | 4.188 | 24.186 | 19.178 | 40.612 | 88.164 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾ | 6.680 | 49.798 | 23.070 | 24.578 | 104.126 | 5.902 | 58.159 | 24.116 | 25.672 | 113.849 |
| Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾ | 403 | 12.190 | 12.923 | 50.970 | 76.486 | 4.775 | 10.115 | 13.764 | 56.006 | 84.660 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 5.618 | 6.223 | 3.459 | 10.675 | 25.975 | 3.765 | 8.537 | 4.104 | 11.269 | 27.675 |
| Posição Bruta | - | 2 | - | 5 | 7 | 1 | 11 | - | 4 | 16 |
| Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa | - | (79) | - | (125) | (204) | (85) | (1.269) | - | (236) | (1.590) |
| Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva | - | 81 | - | 130 | 211 | 86 | 1.280 | - | 240 | 1.606 |
| Posição Líquida | 5.618 | 6.221 | 3.459 | 10.670 | 25.968 | 3.764 | 8.526 | 4.104 | 11.265 | 27.659 |
| Swaps | 161 | 1.745 | 1.825 | 9.319 | 13.050 | 783 | 3.368 | 2.618 | 9.562 | 16.331 |
| Opções | 601 | 3.037 | 1.075 | 424 | 5.137 | 1.460 | 3.025 | 805 | 493 | 5.783 |
| Contratos a Termo | 3.782 | - | - | - | 3.782 | 828 | 5 | - | - | 833 |
| Demais Derivativos | 1.074 | 1.439 | 559 | 927 | 3.999 | 693 | 2.128 | 681 | 1.210 | 4.712 |
| Total Passivos Financeiros | 307.447 | 153.248 | 117.895 | 286.379 | 864.969 | 336.076 | 176.573 | 131.223 | 294.906 | 938.778 |

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

| Compromissos <i>Off Balance</i> | 31/03/2016 | | | | | 31/12/2015 | | | | |
|---|--------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|----------------|--------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|----------------|
| | 0 - 30 dias | 31 - 365 dias | 366 - 720 dias | Acima de 720 dias | Total | 0 - 30 dias | 31 - 365 dias | 366 - 720 dias | Acima de 720 dias | Total |
| Avais e Fianças | 1.825 | 12.068 | 6.090 | 52.034 | 72.017 | 2.018 | 13.819 | 5.477 | 52.930 | 74.244 |
| Compromissos a Liberar | 82.857 | 28.280 | 29.315 | 79.980 | 220.432 | 84.641 | 28.808 | 28.404 | 79.487 | 221.340 |
| Cartas de Crédito a Liberar | 7.502 | - | - | - | 7.502 | 6.936 | - | - | - | 6.936 |
| Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16) | - | 262 | - | - | 262 | - | 340 | - | - | 340 |
| Total | 92.184 | 40.610 | 35.405 | 132.014 | 300.213 | 93.595 | 42.967 | 33.881 | 132.417 | 302.860 |

Nota 37 – Informações Suplementares

Itaú Chile Holdings – Em 17 de julho de 2015, após aprovação das autoridades regulatórias competentes, ocorreu a dissolução da subsidiária Itaú Chile Holdings (ICH). Com isso, os investimentos detidos pela ICH foram transferidos ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A operação produziu um efeito contábil de R\$ (251) milhões.